

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

GABI BOMFIM CRUZ

**SENTIDOS DE TRANS, TRAVESTI, TRANSEXUAL E TRANSGÊNERO NA
ESCOLA, NO NOTICIÁRIO E NO CONSULTÓRIO**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2024

GABI BOMFIM CRUZ

**SENTIDOS DE TRANS, TRAVESTI, TRANSEXUAL E TRANSGÊNERO NA
ESCOLA, NO NOTICIÁRIO E NO CONSULTÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, significado e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Ventura

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2024

C962s	Cruz, Gabi Bomfim. Sentidos de trans, travesti, transexual e trans gênero na escola, no noticiário e no consultório. / Gabi Bomfim Cruz; orientador: Adilson Ventura da Silva. – Vitória da Conquista, 2024. 149f. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Inclui referência F. 140 – 149. 1. Semântica. 2. Preconceito. 3. Trans. I. Silva, Adilson Ventura (orientador). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III CDD: 401.43
-------	--

Catlogação na fonte: *Karolyne Alcântara Profeta — CRB 5/2134*
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Meanings of trans, transvestite, transexual and transgender in school, in the news and in the psychological office

Palavras-chave em inglês: Semantics; prejudice; trans.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (Presidente-Orientador); Profa, Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB) e Profa. Dra. Isadora Lima Macedo (UFBA) – Membros Titulares

Data da defesa: 27 de março de 2024.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4594-522X>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1677003033681959>

GABI BOMFIM CRUZ

SENTIDOS DE TRANS, TRAVESTI, TRANSEXUAL E TRANS GÊNERO NA
ESCOLA, NO NOTICIÁRIO E NO CONSULTÓRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

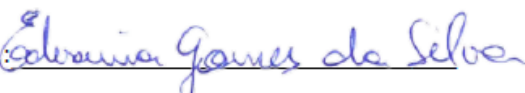
Data da aprovação: 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva
Instituição: UESB – Presidente-Orientador

Ass.: 

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.: 

Profa. Dra. Isadora Lima Machado
Instituição: UFBA – Membro Titular

Ass.:  **ISADORA LIMA MACHADO**
Data: 01/04/2024 23:18:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e à secretaria. Agradeço também à FAPESB pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa e à CAPES.

A todos os colegas GEPES que me acolheram desde a minha chegada no programa, pessoas com quem aprendi bastante neste período de dois anos. Gostaria também de agradecer ao professor Adilson pela confiança e pelos ensinamentos. Por me mostrar o quanto a pós-graduação pode ser divertida, leve e muito interessante. Além de um orientador maravilhoso, ganhei um amigo. Agradeço também a professora Isadora e a professora Edvania pelas maravilhosas contribuições que trouxeram para esta pesquisa, agradeço pelo cuidado e pela leitura atenciosa, me sinto honrada de ter professoras tão incríveis compondo a banca avaliadora deste trabalho.

Um agradecimento especial a Graci, Livia, Danilo, Ivan e Vanda que fizeram parte deste trabalho desde o início, sem vocês nada disso seria possível. Agradeço também às minhas amigas Nanda e Pêtra pela torcida e pelo apoio. Agradeço também aos meus irmãos da Dona Iracema, Oscar, Pablo e Diegão, saibam que foram a minha base, o meu chão durante todo esse processo, me sinto muito honrada em poder chamar vocês de família. Agradeço também à Paula pelo amor, pelo cuidado e pela força nessa reta final, obrigada por segurar a minha mão nesse momento, minha rainha.

Agradeço aos meus pais: Francisco e Verônica. Obrigada por terem lutado pela minha educação, se hoje estou concluindo esse trabalho é porque vocês lutaram muito por isso lá atrás.

Saibam que todos vocês possuem um lugar muito especial no meu coração, amo vocês.

Por fim, agradeço a todas as travestis que lutaram no passado e pavimentaram a estrada em que caminhamos hoje!

“Se a linguagem pode sustentar o corpo, pode também ameaçar sua existência”.

Judith Butler

RESUMO

O ser humano é um ser simbólico, o modo como sua relação se dá com o real, é inevitavelmente mediada pela linguagem. Logo, os sentidos que funcionam na sociedade se relacionam com o modo como as pessoas vêem e agem no mundo. A mediação da linguagem se dá de tal forma que nos constituímos enquanto sujeitos a partir do modo como somos chamados ou nomeados. Acontece que a nomeação também pode ser uma forma de injúria e alguns sujeitos são constituídos como subordinados a outros, dessa forma a sociedade começa a tratar essas pessoas de forma hostil. Um grupo social que constantemente é vítima de violências é a comunidade trans, sendo que o Brasil o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo (ANTRA, 2022). Além da violência física, pessoas trans experienciam a evasão escolar, falta de acesso ao mercado formal de trabalho e à saúde, compreendemos assim que a conduta da população brasileira é violenta com pessoas desse grupo social. Entendendo que o modo como determinado grupo social significa na língua possa fazer com que uma população seja hostilizada, o nosso trabalho tem como objetivo analisar o sentido das expressões Trans, Transgênero, Transexual e Travesti em textos informativos e de grande relevância para a construção da opinião popular. Para efetuar as análises, mobilizamos pressupostos da Semântica Histórica da Enunciação, proposta pelo professor Eduardo Guimarães (2002, 2005, 2009, 2018) que entende que os sentidos são constituídos no acontecimento da linguagem. Observamos os procedimentos enunciativos de reescrituração e articulação, que dizem respeito às relações enunciativas estabelecidas entre palavras em um texto, bem como observamos as relações de argumentação e a cena enunciativa, em que conseguimos observar os lugares sociais em que os falantes são agenciados ao dizer. Sendo assim, perguntamos: quais são os sentidos de trans, transexual, transgênero e travesti em textos informativos e de relevância na população brasileira? Quem é socialmente autorizado a definir o que são pessoas trans, transexuais, transgêneros e travestis? A violência que esse grupo social é vítima, materializam os sentidos que circulam na sociedade? Assim a hipótese de nosso trabalho é: serão encontrados na designação das palavras “Trans, Transexual, Transgênero e Travesti”, sentidos que se relacionam com a violência que essas pessoas sofrem. O corpus da pesquisa foi construído com textos da mídia, materiais do novo ensino médio, assim como, obras de orientação e diagnóstico utilizados pela psiquiatria e psicologia. Os resultados apontam para sentidos de Trans, Transgênero, Transexual e Travesti relacionados a patologias, estereótipos de gênero, fetiche, rejeição ao próprio corpo, entre outros. Observamos também que os sentidos compõem o real a tal ponto que os sentidos de trans, travesti, transexual e transgênero que funcionam nesses

recortes também se materializam nas agressões que mulheres trans e travestis sofrem. Observamos também que em alguns recortes, essas expressões são evitadas de modo que só sejam utilizadas as palavras LGBT e suas variações, o que instaura sentidos de isonomia entre a comunidade trans e outros corpos cisgênero. Por fim, observamos que na maioria das cenas enunciativas temos um falante agenciado no lugar social de cisgênero, autorizado a falar o que são pessoas trans. Assim, compreendemos que ser cisgênero também está relacionado aos lugares sociais em que somos agenciados ao dizer, desse modo a semântica se mostra como uma área que pode contribuir com os estudos de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

Semântica; preconceito; trans.

ABSTRACT

The human being is a symbolic being, the way in which his relationship occurs with reality is inevitably mediated by language. Therefore, the senses that function in society are related to the way people see and act in the world. The mediation of language occurs in such a way that we constitute ourselves as subjects based on the way we are called or named. It turns out that appointment can also be a form of insult and some subjects are constituted as subordinates to others, so society begins to treat these people in a hostile way. A social group that is constantly the victim of violence is the trans community, with Brazil being the country that kills the most trans woman and travestis in the world (ANTRA, 2022). In addition to physical violence, trans people experience school dropout, lack of access to the formal job market and health, we understand that the behavior of the Brazilian population is violent towards people from this social group. Understanding that the way a certain social group means in language can cause a population to be hostile, our work aims to analyze the meaning of the expressions trans, transgender, transsexual and travesti in informative texts of great relevance for the construction of opinion popular. To carry out the analyses, we mobilized assumptions from the *Semântica Histórica da Enunciação*, proposed by professor Eduardo Guimarães (2002, 2005, 2009, 2018) who understands that meanings are constituted in the event of language. We observed the enunciative procedures of *reescrituração* and *articulação*, which concern the enunciative relationships established between words in a text, as well as observing the relationships of argumentation and the *cena enunciativa*, in which we were able to observe the social places in which speakers are acted upon when saying. Therefore, we ask: what are the meanings of trans, transsexual, transgender and transvestite in informative and relevant texts for the Brazilian population? Who is socially authorized to define what trans, transsexual, transgender and transvestite people are? Does the violence that this social group is a victim of materialize the meanings that circulate in society? Therefore, the hypothesis of our work is: meanings that relate to the violence that these people suffer will be found in the designation of the words “Trans, Transsexual, Transgender and Travesti”. The research corpus was constructed with media texts, new high school materials, as well as guidance and diagnostic works used by psychiatry and psychology. The results point to meanings of trans, transgender, transsexual and travesti related to pathologies, gender stereotypes, fetishes, rejection of one's own body, among others. We also observe that the meanings compose the real to such an extent that the meanings of trans, travesti, transsexual and transgender that function in these excerpts also materialize in the aggressions that trans women and transvestites suffer. We also observed that in some

excerpts, these expressions are avoided so that only the words LGBT and their variations are used, which establishes senses of isonomy between the trans community and other cisgender bodies. Finally, we observed that in most enunciative scenes we have a speaker acting in the social position of cisgender, authorized to say what trans people are. We understand that being cisgender or transgender is also related to the social places in which we are represented, meaning that semantics appears as an area that can contribute to gender studies.

KEYWORDS

Semantics; prejudice; trans.

RESUMEN

Los seres humanos son seres simbólicos y su forma de relacionarse con la realidad está inevitablemente mediada por el lenguaje. Por lo tanto, los significados que funcionan en la sociedad están relacionados con la forma en que las personas ven y actúan en el mundo. La mediación del lenguaje se produce de tal manera que nos constituimos como sujetos a partir de la forma en que somos llamados o nombrados. Resulta que nombrar también puede ser una forma de insulto y algunos sujetos se constituyen como subordinados a otros, por lo que la sociedad comienza a tratar a estas personas de forma hostil. Un grupo social que es constantemente víctima de violencia es la comunidad trans, siendo Brasil el país que más mata mujeres trans y travestis en el mundo (ANTRA, 2022). Además de la violencia física, las personas trans sufren abandono escolar, falta de acceso al mercado de trabajo formal y a la asistencia sanitaria, por lo que entendemos que la conducta de la población brasileña es violenta hacia las personas de este grupo social. Entendiendo que la forma en que un determinado grupo social significa en el lenguaje puede provocar la hostilidad de una población, nuestro trabajo tiene como objetivo analizar el significado de las expresiones Trans, Transgénero, Transexual y Travesti en textos informativos de gran relevancia para la construcción de la opinión popular. Para realizar los análisis, movilizamos premisas de la Semântica Histórica da Enunciação, propuesta por el profesor Eduardo Guimarães (2002, 2005, 2009, 2018), quien considera que los significados se constituyen en el acontecer del lenguaje. Observamos los procedimientos enunciativos de reescrituração y articulação, que se refieren a las relaciones enunciativas que se establecen entre las palabras de un texto, además de observar las relaciones de argumentación y la cena enunciativa, en la que pudimos observar los lugares sociales en los que actúan los hablantes al decir. Así, nos preguntamos: ¿cuáles son los significados de trans, transexual, transgénero y travesti en textos informativos relevantes para la población brasileña? ¿Quién está autorizado socialmente para definir lo que son las personas trans, transexuales, transgénero y travestis? ¿La violencia sufrida por este grupo social materializa los significados que circulan en la sociedad? Entonces, la hipótesis de nuestro trabajo es: en la designación de las palabras "Trans, Transexual, Transgénero y Travesti", se encontrarán significados que se relacionan con la violencia que sufren estas personas. El corpus de la investigación fue construido a partir de textos de los medios de comunicación, materiales de la nueva enseñanza media, así como trabajos de orientación y diagnóstico utilizados por la psiquiatría y la psicología. Los resultados señalan significados de Trans, Transgénero, Transexual y Travesti relacionados con patologías, estereotipos de género, fetiche, rechazo al propio cuerpo, entre otros. También observamos que

los significados conforman la realidad hasta tal punto que los significados de trans, travesti, transexual y transgénero que operan en estos recortes también se materializan en las agresiones que sufren las mujeres trans y travestis. También observamos que en algunos recortes se evitan estas expresiones para utilizar sólo las palabras LGBT y sus variantes, lo que establece significados de isonomía entre la comunidad trans y otros cuerpos cisgénero. Finalmente, observamos que en la mayoría de las escenas enunciativas tenemos un hablante actuando en la posición social de cisgénero, autorizado a decir lo que son las personas trans. Así, nos damos cuenta de que ser cisgénero también está relacionado con los lugares sociales en los que se actúa cuando decimos cosas, por lo que la semántica se muestra como un área que puede contribuir a los estudios de género.

PALABRAS CLAVE

Semántica; prejuicios; trans.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
APA	Associação Psiquiátrica Americana
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
COI	Comitê Olímpico Internacional
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis e Trans
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Trans, mais
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Trans e Intersexo
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Trans, Queer, mais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Trans, Queer, Intersexo, Assexual, mais
OMS	Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIACÃO.....	21
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Coleta de dados	30
3.2 Construção do Corpus	31
3.2.1 <i>Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)</i>	32
3.2.2 <i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais</i>	35
3.2.3 <i>Novo Ensino Médio e materiais didáticos</i>	37
3.2.4 <i>Mídia jornalística em portais de notícias digitais</i>	39
4 ANÁLISES	40
4.1 Análise da CID 10	40
4.2 Análise da CID 11	54
4.3 Análise do DSM-V	61
4.4 Considerações	86
4.5 Análises de Reportagens	90
4.6 Considerações	121
4.7 Análises em materiais didáticos do Novo Ensino Médio.....	122
4.8 Considerações	132
5 CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser simbólico, já que a sua relação com o real se dá a partir da mediação da linguagem. Assim, entende-se que a significação está relacionada com o modo como as pessoas agem no mundo. Sentidos atribuídos a determinado nome se relacionam com o modo como o vemos e o entendemos (Ventura, 2018).

Deste modo, compreendemos que o estudo da linguagem e dos sentidos nos ajuda também a pensar na conduta da população, já que esta se dá conforme sentidos os quais estão expostos à população. Dessa forma, uma pessoa, ao aprender o nome de algo, atribui sentidos, que são constituídos historicamente, a esse algo e passa a agir de determinada forma frente a ele (Ventura, 2018).

Butler (2021), afirma que nomear ou ser chamado de determinada forma são uma das formas em que os sujeitos se constituem. Somos nomeados na língua, portanto, somos sujeitos na língua.

Por isso, Butler (2021) aponta que o modo como se nomeiam pessoas, também, pode ser uma forma de injúria, principalmente se esse nome estiver atrelado a sentidos pejorativos, ou seja, que constituam esse sujeito em um lugar de subordinação perante a outros. Um exemplo disso são as manifestações de preconceito, nas quais, determinados grupos sociais são chamados de forma pejorativa, e a sociedade passa a agir de forma hostil a esse grupo social.

O preconceito pode ser entendido como uma atitude hostil contra alguém que é desvalorizado na sociedade. Vários grupos sociais são atingidos por essa desvalorização como: mulheres, a comunidade LGBT, pessoas pretas, idosos, pessoas com deficiências, entre outros (Lima; Vala, 2004). Preconceito será qualquer manifestação de estranhamento e desmerecimento de outros grupos sociais e o entendimento de que estes são inferiores. As manifestações preconceituosas, por estarem relacionadas à cultura, por vezes passam de forma muito sutil e despercebida em nosso dizer (Silva, 2010).

Falar de preconceito é também falar de outros termos, já que ele é geralmente manifestado pela discriminação, sendo ela uma atitude hostil direcionada a determinado grupo social (Crochik, 2011). Alguns preconceitos são tão difundidos que se tornam estereótipos (Silva, 2010).

O estereótipo pode ser entendido como uma reprodução fiel de ideias e o estabelecimento de sentidos fixos para determinadas pessoas. O preconceito e o estereótipo também estão relacionados a juízos de valores que funcionam em nossa sociedade (Chochik,

1996). Podemos dizer que os estereótipos contribuem no processo de segregação e marginalização.

A segregação significa a separação de determinado grupo social de outros, a marginalização, por sua vez, significa tornar o outro marginal, afastá-lo (Crochik, 2011). O fenômeno do preconceito também está diretamente ligado à generalização, que é a ideia de que certas características pertencem a todos os membros de um mesmo grupo (Chochik, 1996).

Um grupo social que é frequentemente vítima de preconceito é o grupo das pessoas trans (transgênero, transexuais e travestis) (Carrieri; Souza; Aguiar; 2013). Segundo Jesus (2012), essas pessoas reivindicam reconhecimento social e legal por um gênero que não lhes foi designado ao nascer.

Para começarmos a falar sobre as categorias trans, transgênero, transexuais e travestis, em primeiro lugar, é importante destacar que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados como transgênero ou cisgênero. Cisgênero ou “cis” são chamadas as pessoas que se apresentam na sociedade conforme o gênero e expectativas de gênero que lhes foram atribuídos ao nascimento (Jesus, 2012).

Por outro lado, transgênero ou “trans” são conceitos para pessoas dissidentes das expectativas de gênero que lhes foram atribuídas ao nascer. Uma parte da literatura científica e da comunidade trans afirma que as categorias “travestis” e “transexuais” também cabem dentro do conceito de “trans” e “transgênero”, contudo, isso não é um consenso (Jesus, 2012). A linha que divide essas classificações é tênue, de forma que uma travesti possa ou não se identificar como mulher trans.

Jesus (2012) aponta que a expressão “travesti” é mais antiga que o conceito de “transexual” e esse seria um dos motivos de sua grande difusão no Brasil. Contudo, a primeira geralmente apresenta uma conotação pejorativa em nossa sociedade, sendo frequentemente associada à ideia de “imitação”, “engano” e “fingir o que não se é”. É importante salientar que as travestis devem ser tratadas no feminino e não como “os travestis”. Esta expressão, segundo Barbosa (2013), está também frequentemente associada a prostituição, criminalidade e fetiche.

Atualmente, pessoas trans, transexuais, transgêneros e travestis passaram a estar mais presentes em noticiários, filmes e novelas. Isso pode dar a impressão de que a transgeneridade seja um fenômeno da contemporaneidade, contudo, a literatura científica aponta para o contrário. Alguns estudos sugerem que em determinados povos nativos da América do Norte havia até cinco “gêneros¹” diferentes.

¹Colocamos “gêneros” entre aspas por se tratar de um anacronismo.

Houve também outras culturas ao redor do mundo com experiências análogas à transgeneridade, como é o caso das “mahu”, as “muxes”, as “f’afafine” e as “panema”. É importante salientar que, em boa parte desses casos, essas vivências eram aceitas e por vezes até enaltecidas. Outro exemplo bastante conhecido é o de Xica Manicongo, escravizada, trazida para o Brasil no período colonial e que se recusava a se vestir como homem (Cavalcante; Sousa, 2020).

Nesses exemplos, a divisão do gênero é bastante diferente da que estamos habituados. Segundo Engels (1984), na sociedade de classes, as figuras tanto masculinas quanto femininas servem a uma ordem da manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Para que essa ordem seja mantida, é importante que as categorias “homem” e “mulher” estejam bem divididas. Essa divisão é chamada de binarismo de gênero e consiste na ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são naturais. Assim, transitar entre gêneros seria ir contra a natureza (Silva *et al.*, 2015).

Essa divisão é sustentada na ideia de que existam preferências e comportamentos típicos de cada gênero, isso é chamado de estereótipos de gênero (Jesus, 2012). Nessa lógica é entendido como natural que homens e mulheres se vistam de determinada forma e que se sintam atraídos afetivossexualmente por pessoas do gênero oposto, fenômeno que também é chamado de heteronormatividade (Cavalcante; Sousa, 2020).

Na binaridade de gênero, existe também a ideia de que o gênero de uma pessoa necessariamente corresponda a suas características biológicas, a isso é dado o nome de cis-sexismo (Jesus, 2012). Essa ideia reforça o sentido de que a genital define as características psicossociais de uma pessoa, o que é chamado de Genitalismo (Cavalcante; Sousa, 2020).

Corpos trans, inevitavelmente, colocam em jogo a heteronormatividade, o cis-sexismo e o binarismo (Rigolon *et al.*, 2020). Contudo, mesmo que uma pessoa transite entre os gêneros, ela ainda é atingida por essas ideias (Barbosa, 2013).

Por mexerem com uma estrutura tão importante para a manutenção da ordem social, essas pessoas experienciam várias formas de discriminação. A sociedade acaba sendo deveras excludente com pessoas que não coadunam com determinados padrões, e o preço disso é a violência e a segregação (Cavalcante; Sousa, 2020).

No Brasil, essas pessoas ainda lutam para ter os seus direitos civis básicos garantidos². Elas não têm direito à própria identidade, ao próprio nome e à própria vida, levando em

²Algumas leis que favorecem a comunidade trans: Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008 do Ministério da saúde que define as diretrizes do processo transexualizador no SUS; O decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 que garante o reconhecimento da identidade de gênero e uso do nome social no

consideração os crimes hediondos (execução, facadas, alvejamento, apedrejamentos, entre outras manifestações de ódio) dos quais são vítimas (Silva *et al.*, 2015). Segundo o último dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras, da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), cerca de 140 pessoas trans foram assassinadas no ano de 2021, colocando o Brasil como o país que mais mata pessoas Trans no mundo pelo décimo terceiro ano consecutivo (ANTRA, 2022). Esse tipo de preconceito é chamado de transfobia (Jesus, 2012).

A transfobia pode levar as pessoas trans a quadros depressivos, distúrbios alimentares e ao suicídio. Pesquisadores apontam que ela é um dos motivos mais associados às taxas de suicídio desse grupo (Rigolon *et al.*, 2020). Ela gera efeitos negativos na vida dessas pessoas, inclusive, impedindo que algumas delas se assumam enquanto trans (Sousa; Rocha, 2018).

Apesar desses dados, percebe-se também que, em muitos serviços de saúde, os profissionais são despreparados em relação às questões de gênero, o que faz a atuação ser atravessada por julgamentos e transfobia. Alguns autores apontam que um dos motivos para que isso aconteça seja uma lacuna na formação desses profissionais, uma vez que estes acabam não tendo nenhuma disciplina sobre o assunto (Rigolon *et al.*, 2020).

Em relação à saúde, não podemos deixar de destacar que a transexualidade ainda é entendida como uma patologia por parte da população. Isso acontece porque por décadas a transgeneridade era um diagnóstico em manuais de saúde. Alguns autores versam sobre como a criação de diagnósticos ajuda a propagar a ideia do que é normal e do que não é, o que historicamente colocou pessoas trans no lugar da anormalidade (Grade *et al.*, 2019). Tanto o despreparo de profissionais quanto a patologização acabam sendo um obstáculo para que pessoas trans acessem serviços de saúde (Rigolon *et al.*, 2020).

Além da falta de acesso à saúde, pessoas trans também sofrem com a evasão escolar, ou, como Bento (2011) prefere chamar, expulsão escolar, uma vez que, para esta autora, essas pessoas estão sendo excluídas da escola por causa do preconceito.

Muitos alunos trans geralmente são vítimas de agressões e insultos. Além disso, precisam lidar com a organização escolar que não favorece pessoas como eles. Assim, a escola acaba sendo um lugar hostil (Silva *et al.*, 2015). Toda essa estigmatização, humilhação e esse perigo prejudicam a socialização dessas pessoas (Raimundo *et al.*, 2021).

âmbito da administração pública federal; a Lei 11.340/2006 que estipula a punição aqueles que violentarem mulheres cisgênero, transgênero ou travestis.

Além do sofrimento na escola, pesquisas apontam que a família também seja um lugar de hostilidade para essas pessoas. Em muitos casos, a família acaba sendo o primeiro lugar em que pessoas desse grupo experienciam a exclusão e a estigmatização. Isso interfere drasticamente no desenvolvimento de suas identidades, portanto, no modo como se relacionam com os outros e consigo.

As manifestações de discriminação no contexto familiar costumam aparecer quando a criança/adolescente passa se identificar como trans/travesti (Silva *et al.*, 2015). Elas acabam sendo rejeitadas pelos pais e até mesmo são expulsas de casa (Sousa; Rocha, 2018).

A partir destes dados e da afirmação de que os sentidos na língua determinam o modo como as pessoas percebem e agem no mundo, é importante identificar quais sentidos, os termos que descrevem pessoas trans, transexuais, transgênero e travesti, estão em conflito em textos de grande circulação na população brasileira, para que se compreenda melhor como essas identidades são constituídas no Brasil.

Para a análise desses sentidos, lançaremos mão da Semântica Histórica da Enunciação – uma vertente da semântica que se situa em uma posição materialista, na qual se entende que a língua não é transparente e que sua relação com o real é histórica. Considera-se que a análise do sentido da linguagem deve se localizar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer. Essa teoria trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia. Por esse motivo, o tratamento da enunciação deve se dar em um espaço que seja possível considerar a constituição histórica do sentido (Guimarães, 2002).

Essa semântica trabalha com conceitos como articulação e reescrituração, que nos permitem observar as relações enunciativas de sentido a partir das relações entre as palavras em um texto, bem como nos permitem inclusive observar os lugares ocupados pelos falantes em determinado espaço de enunciação. Guimarães entende que há uma divisão desigual entre falantes e línguas no campo do dizer, em que determinados falantes são autorizados a falar certas coisas e outros não. Assim, a teoria de Guimarães além de nos permitir analisar um texto, nos permite também observar os lugares sociais que são ocupados quando um falante se relaciona com a língua, ou seja, quem pode dizer ou não sobre determinado assunto (Guimarães, 2018).

Para a análise, foram escolhidos: textos jornalísticos, textos de materiais didáticos do Novo Ensino Médio e textos de consulta e diagnóstico utilizados pela psicologia e psiquiatria. Os textos jornalísticos foram escolhidos porque a mídia colabora com a disseminação de ideias (Costa; Ventura, 2021), influenciando a formação da opinião pública (Leal; Ventura, 2018). Os materiais didáticos foram selecionados por serem um dos principais instrumentos utilizados

para mediar o ensino e a aprendizagem nas escolas, dispondo de atividades e recursos didáticos que conduzem à atividade do professor, ou seja, um material que tem grande importância na formação dos cidadãos brasileiros (Teixeira *et al.*, 2021). Por fim, escolhemos também os materiais de consulta e diagnóstico direcionados à Psicologia e à Psiquiatria, como o CID-11 e CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, décima primeira e décima edição) e o DSM 5 (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição). Estes manuais foram selecionados por conta da importância que exercem sobre atuação desses profissionais da saúde mental em relação a pessoas Trans, Transsexuais, Transgêneros e Travestis.

Para que se analisem os sentidos em questão, compreende-se que seja necessário lançarmos mão de um Trajeto Temático, que, por sua vez, é compreendido enquanto um dispositivo de leitura do arquivo, que possibilita agrupar materiais textuais diversos na construção do corpus. A variedade de textos permite fazer emergir novas determinações para o tema estudado (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2017[1994] *apud* Zoppi-Fontana, 2018).

A partir do que já foi exposto até agora, as perguntas que nortearão essa pesquisa são: *Quais são os sentidos de Trans, Transexual, Transgênero e Travesti em textos da Psicologia/Psiquiatria, reportagens e em livros didáticos do Novo Ensino Médio? Como funciona a nomeação dessas pessoas nesses textos e quem está autorizado a nomeá-las? As manifestações de preconceito que esse grupo social é vítima, materializam os sentidos que circulam na sociedade?*

Entendendo que esse grupo social³ é alvo constante de manifestações discriminatórias e que os sentidos que funcionam na língua são materializados na conduta da população, a hipótese que sugerimos é: encontraremos uma relação entre a designação das palavras “Trans, Transsexual, Transgênero e Travesti” e as violências que essa população sofre.

O objetivo Geral do nosso trabalho consiste em analisar sentidos de *Trans, Transsexual, Transgênero e Travesti* em textos da mídia, materiais didáticos do Novo Ensino Médio e em documentos de orientação e diagnóstico utilizados por Psicólogos e Psiquiatras. A investigação será feita a partir dos pressupostos da Semântica Histórica da Enunciação. Para isso, definimos os seguintes objetivos específicos: Montar um corpus de pesquisa com textos da mídia, da educação e da saúde mental; Identificar o que os termos, Trans, Transexual, Transgênero e

³Neste trabalho, por fins didáticos, iremos incluir pessoas Trans, Transgênero, Transsexuais e Travestis em um mesmo grupo social.

Travesti, designam nesses textos; e, por fim, discutir os mecanismos da teoria a partir das análises empreendidas.

Essa dissertação será dividida em Introdução, Aporte Teórico-Metodológico, Metodologia, Análises, Considerações e Conclusão.

2 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIACÃO

A semântica é uma área da linguística que se dedica a estudar os sentidos na língua e tem como marco inicial os trabalhos de Michel Bréal no século XIX (Guimarães, 2002b). Pode-se dizer que ela é uma das áreas do conhecimento responsáveis pelo estudo do significado linguístico (Katz, 1982).

Em seu trabalho, Bréal se opôs ao naturalismo e à gramática comparada, para ele: “[...] limitar o estudo da linguagem aos estudos de vogais e consoantes seria reduzi-la a fisiologia e que o estudo das perdas sofridas é cair na ilusão de que a linguagem é um edifício em ruínas” (Bréal, 1992 [1904], p.17).

Citando a herança da obra de Bréal, Guimarães (2022b) aponta que a ruptura desse autor com a posição naturalista se deu pelo fato de que, para ele, a linguagem era vista não como um organismo, sendo preferível entendê-la como um fenômeno humano e por isso histórico. Defendia-se, assim, que a transformação da língua se dá a partir da ação da vontade do homem, e para isso ele mobilizou conceitos como subjetividade, vontade e desejo. Nessa perspectiva, a linguagem representa um acúmulo de trabalho intelectual. Essa vertente teórica é chamada de semântica histórica.

A partir de então, a semântica ramificou-se em diversas correntes teóricas, com epistemologias distintas. Benveniste é um exemplo disso, pois, de acordo com Guimarães (2002b), ele possui uma certa filiação com a semântica histórica, já que, em alguma medida, suas obras retomam alguns conceitos trazidos por Bréal, atualizando-os, como por exemplo, o da subjetividade. Nesse contexto, Benveniste (1988) afirma que é na e pela linguagem que o homem se faz sujeito, já que ela fundamenta na realidade o seu conceito de ego. Assim, a subjetividade seria propriedade fundamental da linguagem.

Contudo, Guimarães (2002b) aponta que a obra de Benveniste possui também um caráter estruturalista, uma vez que ele trabalha com o conceito saussuriano de signo. Desse modo, Benveniste tenta romper a barreira do fechamento do sistema linguístico, inserindo nele o estudo da significação. Propõe-se assim a diferenciação entre o semântico e o semiótico, sendo o semântico, o entendimento da língua enquanto produtora de mensagens, e o semiótico, como o tratar dos signos.

O trabalho de Benveniste acaba influenciando outra corrente importante para a área, que é a semântica argumentativa de Ducrot, o que pode ser percebido na relação que este estabelece entre a argumentação e a estrutura do enunciado. Ao estudar questões da significação, ele

também propõe uma noção de polifonia, segundo a qual na enunciação estão representadas figuras diferentes de sujeito, o que está ligado diretamente com a sua ideia de sentido (Guimarães, 2002b).

Outra ramificação importante para nós é a Semântica Histórica da Enunciação, a qual utilizaremos como aporte teórico-metodológico para analisarmos o nosso corpus. Essa semântica dialoga com os trabalhos de Bréal, Benveniste, Ducrot e a Análise de Discurso. Assim, trata-se a questão da significação, concomitantemente, como "linguística, histórica e relativa ao sujeito que a enuncia" (Guimarães, 2002b, p. 85).

Guimarães (2005), o proponente dessa teoria, afirma que, para ele, ser semanticista é compreender que a língua fala de algo e que, ao mesmo tempo, o que se diz é construído na linguagem. Por esse motivo, entende-se que o sentido de um elemento linguístico está relacionado com o modo como ele integra uma parte maior. Assim, considera-se que, de certo modo, uma forma linguística funciona em um enunciado, que por sua vez é parte em um texto.

Nessa teoria, o texto é entendido como uma unidade que só faz sentido porque integra enunciados e inevitavelmente é ele que faz com que estes tenham sentido. Desse modo, entende-se que, ao observar como se dá essa integração, é possível conduzir uma interpretação de um texto. Contudo, é importante salientar que não é pensar o texto como um monólito formado de enunciados, mas sim como integrado por eles (Guimarães, 2016b).

Portanto, analisar um texto não é apenas destrinchar o modo como funciona a integração de enunciados envolve também observar o passado que funciona no presente. Isso significa que a enunciação de um texto se relaciona com a de outros textos, o que nos mostra que o sentido tem materialidade histórica (Guimarães, 2002b).

Guimarães (2005) afirma também que a enunciação é entendida nessa teoria como um acontecimento no qual o sujeito e a língua se relacionam. Para ele, o estudo da enunciação, a partir do momento que se considera a materialidade da língua, aproxima-se das Ciências Humanas e se distancia dos estudos da lógica.

Para compreendermos o conceito de enunciação, é necessário que entendamos alguns elementos relevantes para a sua definição. São eles: o sujeito, a temporalidade e o real. Sendo que o real não se trata de contexto, mas sim da materialidade histórica, e o sujeito não é colocado em um lugar central, afinal, assim como a língua, ele é entendido enquanto atravessado pela história. Ou seja, não se enuncia enquanto um ser físico e nem num mundo físico, mas sim enquanto um ser inserido num mundo simbólico (Guimarães, 2005).

Nessa semântica, o conceito de enunciação também é dependente do conceito de acontecimento. Nela, o acontecimento da linguagem não é compreendido como um fato no

tempo, como algo que acontece em determinado momento do passado, ele tem a sua própria temporalidade. Nesse contexto, a temporalidade configura-se como um presente que recorta um passado e abre em si uma futuridade. O presente e o futuro da enunciação funcionam por um passado que os faz significar, portanto, um texto projeta sentido porque está recortando um memorável (Guimarães, 2005).

Sobre o memorável, Ventura (2012) afirma que as palavras podem possuir mais de um sentido a ser recortado e que, conforme isso ocorre, o sentido da forma linguística é definido. Isso justificaria as diferentes análises sobre o mesmo corpus e também explicaria o fato de que podemos ter interpretações diferentes de um mesmo acontecimento.

Podemos pensar essa questão da seguinte forma: convivem num mesmo acontecimento três tempos distintos. São eles: o presente, o passado, que aparece recortado na enunciação, e um futuro, que estabelece interpretação dos sentidos (Guimarães, 2011). O sujeito, então, é tomado por essa temporalidade do acontecimento. Portanto, ele não é entendido como um referencial para o tempo da língua. Logo, falar é incontornavelmente estar rememorando (Guimarães, 2005).

O acontecimento se dá naquilo que o autor chama de espaços de enunciação, relembrando que o sujeito, aqui, não é um ser psico-fisiológico. Portanto, a enunciação não obedecerá ao esquema falante-ouvinte, sendo os falantes agenciados em locutores pelo acontecimento, no espaço de enunciação. Este, por sua vez, é definido como: “espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes” (Guimarães, 2018, p.23).

Guimarães (2018) aponta que o conceito de espaço de enunciação permite observar o funcionamento de sentidos a partir da relação entre língua e falantes, ele observa que as línguas são divididas desigualmente, como se uma língua pudesse explicar a outra, portanto essa divisão seria hierárquica. São espaços ocupados de disputa incessante, haja vista que além dessa hierarquia entre línguas, nesses espaços estão distribuídos papéis sociais, tanto daqueles que podem dizer quanto dos que não podem (Guimarães, 2005). O espaço de enunciação distribui desigualmente a língua de forma política (Guimarães, 2013).

Para Guimarães (2005), a noção de político se situa em uma posição materialista, ou seja, o político é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem, não podendo, desse modo, ser concebido de forma pejorativa e nem relacionado a assuntos como igualdade, direitos, etc. Ele é o fundamento das relações sociais. O autor define o político da seguinte forma: “O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma

normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (Guimarães, 2005, p. 16).

Para ele, o político é incontornável, na medida que os sujeitos estão sempre recorrendo à palavra, e a linguagem é sempre atravessada por essa divisão. Sendo marcada por uma hierarquia de identidades, a divisão distribui os falantes segundo os valores dessa hierarquia. Isso indica que é possível dizer certas coisas e outras não, pode-se falar ou não de determinados lugares, de locutores e ter ou não certos interlocutores (Guimarães, 2005).

Vale salientar que, nessa semântica, o político se distingue da análise de discurso de linha francesa, pois na AD o político está ligado às relações interdiscursivas. Há nela ação da ideologia no interdiscurso, enquanto na Semântica Histórica da Enunciação, o político diz respeito às divisões enunciativas que configuram a enunciação (Oliveira, 2014). O que significa dizer que nessa semântica, a divisão dos lugares do dizer é que mostrará o movimento político em uma enunciação.

Guimarães (2018) aponta que o político é a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real, é o que organiza os lugares sociais no dizer.

Outro conceito importante para esta pesquisa é o de cena enunciativa que, para Guimarães (2005), seriam especificações locais no espaço de enunciação. Trata-se das posições do dizer nas quais os sujeitos são agenciados no acontecimento enunciativo. Assim, quando nos atentamos a esses lugares, estamos necessariamente estudando a própria constituição do sentido do texto. Para Guimarães (2018), a cena enunciativa é composta por Locutor, Locutário, alocutor-x, alocutário-x e enunciador.

O Locutor é definido por Guimarães (2005) como a configuração no acontecimento de suposta origem do dizer e da temporalidade, já que o falante é tomado na temporalidade da enunciação. É também dividido no acontecimento, já que, ao enunciar, fala enquanto sujeito e ser sujeito é falar de determinada posição. Para estar no lugar de Locutor, devido à enunciação ser política, deve estar afetado por lugares sociais. Assim, para que este se apresente como a origem do dizer, é preciso que ele ocupe um lugar social. O Locutor só fala de um lugar social, e este lugar é chamado nessa teoria de alocutor-x.

O sujeito que enuncia não sabe que fala de um lugar social (alocutor-x) em uma cena enunciativa. O responsável por isso é o que Guimarães (2005) vai chamar de enunciador. Este, por sua vez, diz respeito ao modo como se enuncia (Guimarães, 2023). Conforme Guimarães (2005), este pode ser de tipos específicos: enunciador-individual, enunciador-coletivo, enunciador-genérico e enunciador-universal. O primeiro é um lugar na cena da enunciação, que

se dá como independente da história, como se o que o indivíduo fala viesse dele. Já o segundo é aquele que fala como se falasse por um grupo ou corporação.

O terceiro, para Guimarães (2005), é um tipo de enunciador em que o Locutor também simula ser a origem do que diz, só que não de uma perspectiva individual, mas diz como se dissesse algo que todos dizem – mostra-se como um indivíduo que fala como outros. O autor chama essa posição na cena enunciativa de enunciador-genérico. Um exemplo disso são os ditados populares e provérbios (Guimarães, 2013).

Por fim, o enunciador-universal é caracterizado por se apresentar como quem diz algo verdadeiro, em relação aos fatos. Ele está no lugar em que se diz sobre o mundo, apresentando-se como submetido ao regime do veritativo. Um exemplo disso são os textos científicos (Guimarães, 2005).

Assim como Ducrot, Guimarães (2018) também trata da argumentação em sua teoria. Para ele, argumentar é indicar uma conclusão, é também um processo de significação produzido no acontecimento. Quando se argumenta, esse argumento se apresenta como algo que sustenta uma conclusão. Levando em consideração que o sujeito nessa teoria é agenciado em posições do dizer, entende-se que a argumentação não é a sustentação de uma conclusão que um falante fisiológico faz, mas sim a sustentação feita por papéis sociais, ou seja, a sustentação que um alocutor faz para seu alocutário.

Para Guimarães (2010), a unidade de análise será o enunciado. Assim sendo, observamos como este está integrado a determinado texto e não nos atemos à sequência em que estão dispostas as formas linguísticas no acontecimento, mas sim como elas aparecem correlacionadas.

Partindo disso, analisamos as relações das palavras com outras a partir da observação de determinados procedimentos enunciativos de produção de sentido, chamados de Reescrituração e Articulação. Segundo Guimarães (2005), procedimentos como anáfora, repetição, substituição, elipse, entre outros estão ligados diretamente ao sentido de um texto, ou seja, esses processos constituem o sentido do texto. Assim, quando uma forma linguística se apresenta como correspondente a outra, existe um sentido funcionando. Esse processo é chamado de reescrituração. Nele, um trecho de um texto rediz o que já foi dito – e ao dizer o mesmo, diz outra coisa, e esse novo sentido passa a fazer parte da expressão reescrita.

Conforme Guimarães (2009), as reescriturações podem ser por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação, definição e enumeração. A reescrituração por expansão indica que a reescrituração expandiu a expressão linguística reescrita, ampliando também os seus

sentidos. Quando se dá por condensação, o que temos é o oposto, um enunciado reduz o outro, ou seja, uma palavra ou expressão resume a que foi reescrita.

A reescrituração por repetição é a que acontece quando uma expressão é retomada de forma literal em outro momento do texto. A que se dá por substituição acontece quando uma expressão é retomada por outra. Já a reescrituração por elipse acontece quando há a omissão de uma expressão em outro lugar no texto. A que se dá por definição serve para definir o reescrito (Ventura, 2012). Por último, a reescrituração por enumeração: esta se apresenta como expressões que, em conjunto, possuem determinados aspectos de uma unidade de sentido, de modo a enumerá-los (Guimarães, 2009).

As variadas formas de reescrituração podem produzir sentidos diversos, como efeitos de sinonímia, em que uma expressão se mostra como sinônimo da outra em um texto; de especificação, em que a reescrituração determina o reescrito, dando-lhe uma especificidade; de desenvolvimento, determinando a forma linguística que foi expandida; de generalização, em que na expressão condensada funcionam sentidos de generalização e totalização, em que uma palavra engloba todos os sentidos mostrados anteriormente. Por fim, sentidos de enumeração, que também podem produzir efeitos de expansão (Guimarães, 2009).

O procedimento de articulação é aquele em que se estabelecem relações semânticas entre formas linguísticas, de modo que significam em sua contiguidade. As articulações podem ser de três tipos: dependência, coordenação e incidência. O primeiro caso ocorre quando duas ou mais formas linguísticas se organizam, tornando-as pertencentes a um mesmo grupo. A segunda ocorre quando elementos de uma mesma natureza estão coordenados como se fossem um só. E a terceira se dá quando há uma relação de elementos de natureza distintas e que formam um novo (Guimarães, 2009).

Além de observar essas relações enunciativas, também iremos nos valer do conceito de paráfrase enquanto ferramenta de análise na Semântica Histórica da Enunciação. Souza e Ventura (2019, p. 353) apontam que a paráfrase “É o mecanismo que o analista lança mão para interpretar, ou, em outras palavras, ela é um teste.”

Assim, o analista testa algumas possibilidades de paráfrase – o que supostamente pode ajudá-lo a compreender sentidos que estão funcionando em determinado acontecimento, observando se um enunciado pode ser substituído por outro, averiguando se o seu sentido é modificado ou não. Na paráfrase, é testado se um enunciado reage bem ou não tão bem em determinado acontecimento (Souza; Ventura, 2019).

A partir desses procedimentos enunciativos, poderemos identificar os sentidos que estão funcionando em um palavra, ou seja, aquilo que uma expressão linguística designa. A

designação em Guimarães (2002) é descrita como a significação de um nome, mas que se dá a partir das relações de linguagem, que por sua vez são tomadas na história. Assim, não se trata de uma referência, o que o nome designa não é a descrição do objeto.

Guimarães (2007) entende que a relação entre palavras em um texto é constituída entre um determinante e um determinado, dessa forma, em nosso trabalho, também observamos essas relações de determinação nos recortes. Por fim, utilizamos também o conceito de Domínio de Projeção de Sentido (DPS), proposto e desenvolvido por Souza (2022), uma ferramenta analítica que contribui com mecanismo de testes parafrásticos supracitados. Para ele:

O objetivo deste instrumento é sinalizar as relações políticas de sentido do termo analisado, partindo da ilusão da transparência para as interpretações projetadas pelo acontecimento. Em outras palavras, no gráfico é possível ver duas dimensões: a dimensão sintática/material e a dimensão enunciativa. Ele condensa estas interpretações em possíveis conclusões de sentidos testadas na lista de paráfrases (Souza, 2022, p. 56).

Por trabalhar com a ideia de interpretações projetadas, a ferramenta se aproxima do conceito de futuridade de Guimarães. Na representação gráfica da DPS, o termo como aparece no texto está dentro de uma forma geométrica oval, também se utiliza o símbolo Ξ , letra do alfabeto grego chamada de *csi*, que indica projeções possíveis de sentido e possibilidades de interpretação (Souza, 2022).

3 METODOLOGIA

Para a constituição do corpus da pesquisa, tomamos de empréstimo teórico um conceito da Análise de Discurso de linha francesa proposto por Guilhaumou e Maldidier, chamado de trajeto temático. Zoppi-Fontana (2003) explica que o trajeto temático é um dispositivo de leitura de arquivo que extrapola os limites da escrita, pois possibilita colocar em estado de dispersão enunciados de lugares, gêneros e tempos diferentes. É como um fio que amarra vários materiais textuais em um só corpus. Segundo Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p: 118):

A análise de um trajeto temático se apoia sobre o conhecimento das tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem e, antes de tudo, coloca em destaque o novo na repetição. Uma análise como essa ultrapassa os limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os passos daquilo que produz na linguagem.

Para conseguir efetuar um trajeto temático, é importante que identifiquemos nos enunciados um tema em comum, que em nosso caso são expressões linguísticas que reescrevam as palavras *Trans*, *Transgênero*, *Travesti* e *Transexuais*, em textos da mídia, da medicina/psicologia e em materiais didáticos – para que assim possamos observar as regularidades e diferenças encontradas nesses materiais distintos.

Também utilizamos o mecanismo de sondagem de corpus proposto por Guimarães (2018), no qual o objetivo não é selecionar um punhado de frases e enunciados para chegar aos resultados empíricos, mas encontrar acontecimentos de enunciação com os quais seja possível analisar a questão dos sentidos sobre o tema pesquisado. Para isso, foi necessário encontrar enunciados decisivos, visando à compreensão das designações de determinadas formas linguísticas.

Amparando-nos no autor acima citado, buscamos encontrar recortes de acontecimentos de enunciação, para que pudéssemos analisá-los e relacioná-los a outros recortes, entendendo como recorte “um fragmento do acontecimento da enunciação [...] não é simplesmente uma sequência” (Guimarães, 2018, p. 76).

No primeiro momento, elegemos uma expressão que será a origem da análise, para que possamos observar como esta se relaciona com outras a partir dos mecanismos de reescrituração e articulação. Também observamos em alguns casos como a cena enunciativa se configura nestes recortes, bem como as relações de argumentação presentes. Por vezes, utilizamos também os testes parafrásticos, o Domínio de Projeção de Sentido (DPS) e observamos as relações de determinação no acontecimento da enunciação.

Feito isso, relacionamos os recortes analisados. Ainda que esse seja um procedimento geral, para cada tipo de corpus conduzimos as análises de formas diferentes, sem seguir uma mesma ordem em relação às reescrituras, articulações, paráfrases e cena enunciativa. Caso conduzíssemos as análises desconsiderando suas nuances, poderíamos comprometer a fluidez desse trabalho.

Começamos com as análises da CID-10. Nela, os recortes foram encontrados no caderno intitulado como *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10*. Constam ali psicodiagnósticos (Transtornos Mentais) que possuem no início do seu código a letra F, indo dos grandes grupos do *F00* até o *F98*. Os grandes Grupos são subdivididos a partir de uma relação de afinidade, como exemplo disso, temos os códigos que vão do *F60* ao *F69* formando um grupo maior, chamado de *Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto*.

No que se refere ao código *F64*, que corresponde à experiência trans, analisamos o texto no qual este se insere, o *F60-F69 transtornos da personalidade e do comportamento do adulto*. Pelo processo de sondagem de corpus, escolhemos também os textos dos códigos *F64.0 transexualismo*; *F64.1 travestismo bivalente*; *F65.1 travestismo fetichista*; *F65.6 transtornos múltiplos da preferência sexual* e *F64.2 transtorno de identidade sexual na infância*.

Na CID-11, após o procedimento de sondagem de corpus, escolhemos os textos dos códigos: *HA60 incongruência de gênero na adolescência ou na idade adulta* e *HA61, incongruência de gênero na infância*.

A análise do DSM V foi dividida em duas partes. A primeira com foco na categoria diagnóstica em si e na segunda analisamos recortes de outras partes do capítulo, tais como: características diagnósticas, características associadas que apoiam o diagnóstico, desenvolvimento e curso, disforia de gênero em associação com um transtorno do desenvolvimento sexual, por fim, fatores de risco e prognóstico. É importante salientar que o texto do DSM não foi analisado por completo, uma vez que efetuamos o procedimento de sondagem de corpus.

Em relação às reportagens, foram selecionadas: uma matéria da BBC; quatro da CNN; três do G1; uma do R7 e três da VEJA. Esta obra não considera data, autor das reportagens e nem o nome do portal, uma vez que essas informações são irrelevantes para o estudo enunciativo dos sentidos nesse trabalho.

Buscamos reportagens publicadas a partir do ano de 2015 até 2024. Buscamos as reportagens na plataforma do *Google* e utilizamos como palavras de busca as expressões: “trans, transexual, transgênero e travesti”. Buscamos reportagens que trouxessem temas bastante

discutidos sobre este grupo social, como esportes, violência, banheiros, entre outros, bem como procuramos reportagens que explicassem o que é este grupo social.

Após um trecho de cada matéria, indicamos em nota de rodapé o link da publicação. Assim, as reportagens serão apresentadas como REPORTAGEM 01, REPORTAGEM 02, REPORTAGEM 03, etc.

No que diz respeito aos materiais didáticos, usamos recortes das obras: “Vamos juntos profe”, um projeto integrador de Ciências Humanas e sociais do Novo Ensino Médio; “Da escola pro mundo”, um projeto integrador da área de Linguagens e suas tecnologias; “Vivências”, um projeto de vida e “Tramas de Linguagens”, livros didáticos de Linguagens e suas tecnologias. É importante salientar que as obras em questão são manuais do professor. Estas são apresentadas como LIVRO 01, LIVRO 02, LIVRO 03, etc.

Por fim, gostaríamos de indicar o modo como os recortes estão dispostos no trabalho. Chamamos o primeiro recorte selecionado de um texto como R1, os recortes seguintes da mesma seção foram colocados como R2, R3, R4 e assim por diante. Quando mudamos de seção, capítulo, ou reportagem, a contagem dos recortes se reinicia. Ou seja, os primeiros recortes de cada novo material ou seção são chamados de R1.

Além dos textos da CID, do DSM, dessas reportagens e desses livros didáticos, outros textos também foram submetidos a uma análise semântica, pois percebemos que, para discutir aspectos teóricos, como cena enunciativa, seria necessário analisar outros textos para fins comparativos.

Assim, foram utilizadas algumas obras científicas produzidas por transfeministas e trechos de outras reportagens. Uma vez que esses textos foram utilizados para complementar a análise, assumimos que ele não faz parte do corpus de pesquisa.

É importante frisar também que, ainda que as nossas palavras de entrada sejam “Trans, Transgênero, Transexual e Travesti”, em alguns recortes aparecem outras palavras como “sexo e gênero” e que são reescrituras de trans, transgênero, transexual ou travesti. Optamos por não colocar as palavras sexo e gênero como entrada de análise também, porque isso iria ampliar o número de reportagens e diagnósticos da CID e do DSM para se analisar, recortes estes que não necessariamente falassem sobre a comunidade trans.

3.1 Coleta de dados

Uma vez que os textos que compõem a pesquisa são de origens diferentes, o método de coleta irá variar com as características de cada um. Para os livros didáticos, optamos por buscar

versões digitais na plataforma E-docente, encontradas na parte do site referente ao Ensino Médio. É importante salientar que, nesta pesquisa, não utilizamos os livros que estavam em processo de avaliação. Encontradas as obras, utilizamos o atalho Ctrl + F em busca das palavras trans, transgênero, travesti e transexual, bem como variações da sigla LGBT como: LGBTQIA+, LGBT+, etc.

Depois que foram encontrados os recortes que se encaixavam nesses pré requisitos, efetuamos a sondagem de corpus. Os recortes selecionados nesse procedimento de sondagem foram capturados por meio da ferramenta *Print Screen*, para que pudessem ser transcritos e utilizados para análise.

As reportagens jornalísticas foram buscadas na internet. Utilizamos como um primeiro critério a importância e o tamanho do portal, sendo assim escolhemos os seguintes: BBC, CNN, G1, R7 e Veja. Utilizamos as plataformas de pesquisa dos portais e buscamos as palavras trans, transgênero, travesti e transexual. Encontradas algumas reportagens, procedemos com o mecanismo de sondagem de corpus. Os trechos selecionados foram capturados por meio da ferramenta *Print Screen* e foram transcritos e utilizados nas análises.

Empreendemos também diferentes formas de coleta para os textos de orientação e diagnóstico da Psicologia e Psiquiatria. No DSM 5, a pesquisa foi feita apenas no capítulo intitulado Disforia de Gênero, uma vez que nele estão presentes indicações e métodos de diagnóstico do grupo social que estamos pesquisando. Feito isso, procedemos com a sondagem de corpus.

Na CID 11, o texto utilizado para análise está presente no capítulo Incongruência de Gênero, pois este também orienta a forma como profissionais de saúde devem lidar com pessoas transgênero e afins. Na CID 10, usamos trechos dos textos presentes nas categorias F64, transtornos da identidade sexual, e F65, transtornos da preferência sexual. Os recortes escolhidos foram escaneados, posteriormente foram transcritos e analisados.

3.2 Construção do Corpus

Nesta seção, iremos falar um pouco sobre os materiais que foram utilizados na construção do corpus da pesquisa. Primeiro, iremos introduzir a história da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde até o lançamento de suas últimas edições. A seguir falaremos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, também falaremos de sua história, de sua criação até os dias de hoje. Logo após falaremos um pouco sobre as diretrizes do Novo Ensino Médio e das modalidades de material

didático chamadas de “projetos de vida” e “projetos integradores”. Por fim, falaremos um pouco dos portais de notícias que funcionam na internet.

3.2.1 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)

Em sua oitava edição, a CID é descrita como um conjunto de normas e classificação de morbidade e mortalidade, aprovada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que é utilizada em boa parte do globo, sendo a própria OMS responsável pela publicação das revisões (OMS, 1965).

Galvão e Ricarte (2021) definem a CID como uma ferramenta diagnóstica que apresenta classes e subclasses de condições relacionadas à saúde, sendo elas causas de morte ou não. Essas classificações englobam desde doenças infecciosas até transtornos mentais e comportamentais. Geralmente são utilizadas por profissionais de saúde, pesquisadores, empresas privadas, entre outros. Podendo ser utilizada tanto para razões clínicas quanto por razões de admissão (Cesar *et al.*, 2001). A CID também é uma ferramenta fundamental para a construção de políticas públicas (Almeida *et al.*, 2020). Hoje, ela está em sua 11ª edição, que entrou em vigor em janeiro de 2022.

Para que compreendamos como essa classificação se desenvolveu durante a história e como ela chega a 10 revisões, tomaremos como ponto de partida o início da história das classificações de doenças. Começaremos, portanto, com François Bassier de Lacroix, o primeiro a tentar fazer uma classificação de maneira sistemática das doenças de sua época, que foi chamada de Tratado de Sauvages. Contudo, estudos estatísticos das doenças se iniciaram com John Graunt, com seu tratado sobre tabelas mortuárias em Londres (OMS, 1975).

William Farr, o primeiro estatístico do Escritório de Registro Geral da Inglaterra e do País de Gales, acreditava que deveria ser adotada uma classificação uniforme. Assim, no primeiro congresso internacional de estatística, em 1853, foi considerada a necessidade de uma classificação uniforme das causas de morte. Com isso, foi solicitado ao Farr e ao Marc d’Espine que construíssem uma nomenclatura uniforme de causas de morte que pudesse ser aplicada em vários países. Em 1855, ambos apresentaram suas listas, resultando na aprovação de uma lista comum constituída de 139 títulos. Ela foi sujeita a revisões nos anos de 1864, 1874, 1880 e 1886. Apesar de elas não terem sido aprovadas universalmente, o critério proposto por Farr acabou sendo um marco e teve sua importância na construção daquilo que hoje entendemos como CID (OMS, 1975).

Outro nome importante para a construção das futuras classificações estatísticas é Jacques Bertillon. Seu trabalho teve como norte a classificação de causas de morte, que já era usada em Paris e tinha também como método o critério adotado por Farr. Sua classificação foi no primeiro momento chamada de Causas de Morte de Bertillon e recebeu aprovação em 1893. Em 1898, a Associação Americana de Saúde Pública recomendou o uso oficial da classificação de Bertillon no Canadá, México e nos Estados Unidos e logo após sugeriu que houvesse uma revisão da classificação a cada década, medida essa que permaneceu até a décima edição do CID⁴ (OMS, 1975).

Em 1900, aconteceu em Paris a primeira conferência Internacional de Revisão da Classificação de Bertillon, da qual participaram 26 países. As próximas reuniões ocorreram nos anos de 1909, 1929, e 1938, nas quais, respectivamente, foram definidas a terceira, a quarta e a quinta revisão (OMS, 1975). Desde então, em cada edição aumentou consideravelmente o número de códigos catalogados. No que se refere a essa gradação, Laurenti (1991) destaca o aumento exponencial de categorias da quinta para a sexta revisão, que deixou de ser chamada de “classificação de causas de morte de Bertillon” e se tornou a “classificação de doenças, lesões e causas de morte da OMS”.

Uma das razões dessa crescente está relacionada ao fato de que, ao passar a ser revisada pela OMS, começou-se a catalogar também morbidades, além das mortalidades. As últimas revisões, inclusive, possuem mais classificações para morbidade, sendo a décima, aprovada em 1989, passando a ser intitulada como “Classificação Estatística Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde”, nomenclatura utilizada até hoje. Atualmente, além de diagnósticos, podem ser encontradas nela informações para todos os níveis de assistência à saúde (Laurenti, 1991).

Desde sua primeira edição, novas conferências deveriam ser realizadas a cada 10 anos, a fim de definirem novas revisões. Isso ocorreu até o ano de 1989, no qual foi definida a décima edição. A partir daí, houve um intervalo de 30 anos até a construção da atual edição, a décima primeira, com a justificativa de que a versão anterior já apresentava limites e insuficiências. Nesse sentido, Almeida *et al.* (2020, p. 2) afirmam que:

Os principais motivos foram: I. Necessidade de atualização científica, com incorporação de mais definições e 41 mil códigos a mais que a versão anterior. O aumento das entidades nosográficas reflete a adaptação da classificação ao desenvolvimento científico. II. Necessidade de mudança estrutural para formato eletrônico em virtude da introdução de documentação eletrônica em

⁴Que só recebeu esse nome em 1989.

todas as áreas do setor da saúde e em todos os ambientes de trabalho, incluindo regiões com recursos limitados. A nova classificação pode ser usada on-line, ou off-line, onde a estabilidade da internet é menos confiável [...].

Os mesmos autores afirmam ainda que a CID-11 aparece em um momento de grande avanço tecnológico, em que as informações são transmitidas muito rapidamente. Para se adequar a essa realidade, tal versão foi colocada na internet, podendo ser acessada por qualquer um a qualquer momento.

Em relação às atualizações trazidas nessa nova edição, os autores destacam que o conhecimento médico foi atualizado em concordância com os atuais avanços científicos, tais como progressos sobre o HIV e criação de transtornos dos jogos eletrônicos. Outra mudança citada é a criação de um capítulo que aborda questões relacionadas à saúde sexual, que traz o código da *Incongruência de Gênero*⁵, que se refere às experiências de pessoas trans, transgênero, transexuais e travestis. Na edição anterior, havia a categoria *Transtorno de identidade sexual*, voltada para esse mesmo grupo social, inserida na seção de transtornos mentais. Essa mudança só foi possível devido ao que esses autores chamam de “preocupação com a inclusão social e a aceitação de diferenças”.

Segundo os mesmos pesquisadores, a implantação de um sistema como esse perpassa vários obstáculos. Nesse contexto, é esperado que, no Brasil, sua implementação seja desafiadora, uma vez que o português não é a língua oficial da OMS e que o processo de tradução demanda tempo. Inclusive, para que as análises realizadas nesta dissertação fossem feitas, foi necessário que nós fizéssemos a tradução desse material. Outro fator que pode prolongar o período de adaptação é a existência de vários projetos em andamento que têm ainda o CID-10 como base.

No que diz respeito a sua estrutura, Galvão e Ricarte (2021) apontam que a CID-11 passou a ter 28 capítulos e que alguns aparecem pela primeira vez agora nessa edição. São Eles:

capítulos 4 (Diseases of the immune system), 7 (Sleep-wake disorders), 17 (Conditions related to sexual health), 26 (Supplementary Chapter Traditional Medicine Conditions), V (Supplementary section for functioning assessment) e X (Extension Codes), este último utilizado exclusivamente para fins de pós-coordenação, ou seja, para combinação com os códigos principais quando recomendado (Galvão; Ricarte, 2021, p. 110).

Além dos novos capítulos, Galvão e Ricarte (2021) também apontam que essa edição traz como novidade a alteração no formato dos códigos, que na CID-10 eram escritos de acordo

⁵Do original “Gender Incongruence”, tradução feita pelos autores

com a seguinte norma: o LNN.N. No qual L seria referente ao capítulo, o NN ao código numérico de dois dígitos e o N separado por um ponto, utilizado quando fosse uma necessidade. A CID-11, por seu turno, possui um outro formato, o CLNC.CC, no qual o primeiro C é referente ao capítulo, o L é uma letra, o N mais um número, um outro dígito ou número que será o próximo C e, caso seja necessário, devido às particularidades de cada diagnóstico, serão incluídos mais dois C após um ponto.

Como exemplo, os autores trazem o diagnóstico de *Gaming disorder*, grafado sob o código 6C51, pertencente ao grupo de *Disorders due to addictive behaviour*, que por sua vez está na classe 06, intitulada de *Mental behavioural neurodevelopmental disorders*. Com isso, o código nos informa que *Gaming disorder* é uma espécie de “*Disorder due to addictive behaviours*”, que por sua vez é um tipo de “*Mental behavioural or neurodevelopmental disorders*”.

3.2.2 Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

A classificação de patologias, principalmente as que infringem certo sofrimento psíquico, é parte importante da história da psiquiatria e psicologia. Em todos esses anos houve embates e diferenças entre as classificações desenvolvidas, no que diz respeito à etiologia, evolução e características definidoras (APA, 1994).

Em 1840, nos Estados Unidos da América surgiu a primeira tentativa de colher informações e organizar estatisticamente o que era então chamado de *perturbações mentais*, estabelecendo-se assim duas grandes categorias patológicas principais: “idiota/loucura”. Em 1917, a comissão de Estatística da Associação Psiquiátrica Americana (APA), em conjunto com a Comissão de Higiene Mental, recolheu de forma uniforme informações sobre patologias em hospitais psiquiátricos, o que culminou em uma primária classificação estatística e no início de uma relação entre a Associação Psiquiátrica Americana e a Academia de Medicina de Nova Iorque. Assim nasce uma nova classificação, denominada de *Standard Classified Nomenclature of Disease* (APA, 1994).

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, pessoas que tinham sofrido afecções no aparelho nervoso durante o combate, bem como aqueles que passaram a apresentar perturbações comportamentais, começaram a ser estudadas e catalogadas. Concomitantemente, a CID, que neste período estava em sua sexta edição, passou a incluir algumas categorias relacionadas a questões psicológicas tais como: psicoses, “déficits” na cognição, entre outros (APA, 1994).

Esses acontecimentos fizeram com que em 1952 a APA desenvolvesse uma variante da CID-6, chamada de *Diagnostic and Statistical Manual: Mental Disorders*, a primeira edição do DSM foi publicada em 1953 (Dunker, Kyrillos Neto, 2011). Podemos dizer que sua estrutura era um tanto rudimentar e simplória se comparada com as edições atuais, pois era basicamente uma lista de categorias alinhadas a uma descrição clínica (Araújo; Lotufo Neto, 2014).

A segunda revisão lançada era similar a sua antecessora, com exceção do termo “reação” (APA, 1994), da predominância da psicodinâmica psiquiátrica em sua constituição e também porque os sintomas não foram colocados como distúrbios específicos, ao contrário, eram vistos como problemas relacionados aos conflitos e/ou reações aos problemas da vida (Dunker; Kyrillos Neto, 2011).

Entre 1952 e 1973, o DSM foi duramente criticado por alguns grupos sociais. O motivo dessa avaliação negativa foi a alegação de que se encontravam nele individualização, patologização e segregação de minorias. Um exemplo disso é a associação entre a histeria e feminilidade, bem como a associação entre homossexualidade e perversão. Devido ao posicionamento de ativistas, o DSM II não configurou a homossexualidade como uma categoria relacionada à desordem, como era na primeira. Assim, a categoria foi substituída por *distúrbio de orientação sexual*.

1970 foi um ano marcado pelo ativismo da comunidade chamada de LGBT, ela invadiu o congresso da APA e protestou contra a patologização da homossexualidade, fazendo com que, em 1973, a homossexualidade deixasse de ser considerada uma patologia. Surgiu assim a categoria, *homossexualidade egodistônica*, como forma de identificar pessoas que praticavam experiências homossexuais, mas que gostariam de parar (Dunker; Kyrillos Neto, 2011).

No ano de 1980, a terceira versão do DSM foi publicada trazendo algumas novidades, principalmente no que se refere à metodologia, foram adotados um sistema multiaxial e uma abordagem descritiva dos fenômenos (APA, 1994). O DSM III marca uma considerável transformação na psiquiatria, pois modificou a concepção de pesquisa e de prática psiquiátrica, já que a partir daí a psiquiatria teria disponível um sistema de diagnóstico que poderia ser utilizado em pesquisas empírico-experimentais (Dunker; Kyrillos Neto, 2011). Em 1994, o DSM IV foi publicado com 297 desordens, algumas delas sendo novidade (Dunker; Kyrillos Neto, 2011).

Como resultado de anos de estudos e pesquisas, em 2013 foi lançada a quinta edição do DSM, com o intuito de atualizar os diagnósticos das edições anteriores. Dentre as mudanças, chamam a atenção o abandono do modelo multiaxial, bem como a fragmentação do capítulo

Transtornos Sexuais em três novos: Disforia de Gênero, Disfunções Sexuais e Transtornos Parafilicos (Araújo; Lotufo Neto, 2014).

A Disforia de gênero, como veremos adiante nesta dissertação, descreve sujeitos que apresentam uma diferença entre o gênero experienciado e o que lhe foi atribuído no momento do nascimento. No DSM, a disforia de gênero vai além da identificação do indivíduo como trans, ela também diz respeito à perturbação experimentada por pessoas que experienciam a transição de gênero ou o desejo da transição. Na atual edição, foram trazidas mais informações sobre a experiência transgênero na infância e foram excluídos especificadores ligados à orientação sexual (Araújo; Lotufo Neto, 2014).

As mudanças que foram apresentadas nessa versão dividiram opiniões, principalmente por conta do que críticos do manual chamaram de “falta de critério”, ou seja, os parâmetros que patologizam a comunidade trans são mais morais que supostamente científicos, o que segundo eles pode fazer com que mais pessoas sejam diagnosticadas com transtornos mentais de forma inadequada (Araújo; Lotufo Neto, 2014).

3.2.3 Novo Ensino Médio e materiais didáticos

Para a BNCC, o Ensino Médio tem o intuito de valorizar os papéis sociais dos jovens em questões que vão além da sua condição de estudante e ajudar também nos processos de formação de sua identidade (Brasil, 2018). O Ensino Médio também tem como função: “[...] a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária” (Brasil, 2018, p. 467).

Assim sendo, a escola cumpre o papel de formação social do indivíduo. No que tange às questões de diversidade sexual e gênero, esse espaço precisa permitir aos estudantes “conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais” (Brasil, 2018, p. 467)” e “combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença” (Brasil, 2018, p. 468).

No portal do Governo Federal, encontramos a informação de que o Novo Ensino Médio, além do que foi exposto acima, é apresentado como aquele que permite que: com a ajuda dos professores, os alunos possam construir seus percursos de formação. Uma vez que esta é a última etapa da Educação Básica e antecede tanto o Ensino Superior quanto a vida profissional, a nova organização curricular do Ensino Médio foi projetada para ajudar os jovens a decidirem sobre o seu futuro, segundo o portal. Para isso, são oferecidos diferentes itinerários formativos,

permitindo que os alunos escolham em quais áreas específicas como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Sociais e Naturais desejam se aprofundar. Espera-se também com isso a redução da evasão escolar.

Observamos que a BNCC reforça também que as escolas devem adotar uma noção ampliada e plural das juventudes que, além de compreender sua diversidade, também os reconheçam enquanto cidadãos ativos na sociedade (Brasil, 2018). A ideia é formar jovens: “como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis” (Brasil, 2018, p. 463), bem como ajudá-los em decisões éticas em questões da sociedade contemporânea, de modo a auxiliá-los a se abrirem para o novo (Brasil, 2018).

De acordo com Freitas e Martins (2008), a educação escolar brasileira ainda está muito vinculada ao uso do livro didático, e ele acaba sendo o principal referencial para o trabalho em sala de aula. Devido ao fato de os materiais didáticos estarem direcionados a um público leitor jovem, o livro acaba sendo, para este grupo, um importante material de referência, informação e consulta sobre diversos temas.

Consonantes com os autores acima citados, Días (2011) afirma que o livro didático é um dos materiais pedagógicos protagonistas na Educação Básica e que essa ferramenta propicia a transmissão dos conhecimentos ensinados em sala de aula, sendo um potente articulador da aprendizagem e auxiliando na organização dos profissionais da educação. Sendo assim, os materiais didáticos assumem o importante papel de mediadores da construção de entendimentos de sociedade (Freitas; Martins, 2008).

Partindo da ideia de que os materiais didáticos pedagógicos são as principais referências para os professores e alunos, entendemos que eles têm uma grande importância na formação social dos indivíduos, já que a sala de aula é o espaço onde crianças e adolescentes podem ter os primeiros contatos com a sociedade. É onde jovens tomam decisões, compartilham ideias e aprendem a conviver com as diferentes culturas (Ricardo e Junior, 2009).

Além do livro convencional, as escolas contam também com os livros de “Projeto de Vida” e “Projetos Integradores”. Segundo o mesmo portal, deseja-se que os projetos de vida permitam que os jovens dialoguem com a realidade e aprendam sobre os desafios da sociedade atual, sejam eles econômicos, ambientais ou sociais. Já os projetos integradores, segundo o portal da Editora Moderna, que são complementares ao livro didático disciplinar, são organizados em volume único e integram as áreas de conhecimento que são ofertadas aos alunos. Em nossa pesquisa usamos trechos tanto de livros didáticos disciplinares como de projetos integradores e de vida, todos materiais do Novo Ensino Médio.

Levando em consideração o que foi apresentado acima, compreendemos que o estudo enunciativo de textos presentes em livros didáticos do novo ensino médio nos ajudará a entender como temas voltados a pessoas trans poderão trabalhados em sala de aula nos próximos anos.

3.2.4 Mídia jornalística em portais de notícias digitais

Em nossa pesquisa utilizamos, entre as várias categorias de textos jornalísticos, o digital, ou seja, aqueles que são hospedados em websites. A notícia é o principal produto do jornalismo, e com as revoluções tecnológicas a internet passou a ser um lugar de destaque (Longhi; Sousa, 2012). Os portais ampliam o conceito de jornalismo e geralmente são de grande fluxo, grande alcance, e boa parte deles oferece gratuitamente para a população um volume acentuado de informações (Herckovitz, 2009). Este é o motivo pelo qual optamos por esse tipo de veiculação de notícias em detrimento das mídias físicas e radiotelevisivas.

A internet, para fins de divulgação de notícias, é algo que começou a ganhar projeção na década de 1990 (Almeida, 2016). Aqui no Brasil, os portais de maior alcance geralmente estão filiados aos grandes meios de comunicação da mídia, sejam eles de rádio, de televisão ou impressa, o que dá a esses portais uma considerável credibilidade e relevância. Um grande exemplo disso é que a maior empresa de comunicação do Brasil tem uma presença incisiva nas redes (Herckovitz, 2009).

Um dos pontos importantes em que o jornalismo digital conseguiu superar o que era produzido em épocas passadas é a instantaneidade com a qual tipo de notícia pode ser produzida e circulada (Souza, 2013).

Apesar dos aspectos positivos da expansão dos veículos de comunicação, esses também despertam algumas preocupações, pois possuem aspectos negativos. Nesse contexto, Brioli (2011) aponta que a mídia e os estereótipos acabam se entrelaçando em alguma medida. Os veículos de comunicação que também se mostram como um ambiente rico e comunicativo, em alguns casos, podem reproduzir visões e ideias de grupos hegemônicos e estereotipantes de determinados grupos sociais menos privilegiados.

Assim sendo, a mídia se torna um instrumento de propagação de estereótipos que favorecem grupos dominantes, contribuindo com a naturalização de determinadas ideias (Brioli, 2011). Ela também afirma que a mídia não seria a origem de alguns desses estereótipos, mas pode colaborar com o seu impacto e permanência (Brioli, 2011). Com isso, tornou-se inevitável discutir como esses portais podem contribuir para a divulgação de assuntos sociais de maneira responsável (Herckovitz, 2009).

4 ANÁLISES

Nesta seção, iniciamos as análises semânticas no corpus selecionado, começando pela análise da CID-10 e CID-11, passando para o DSM-V, posteriormente analisamos as reportagens – e por fim os materiais didáticos.

4.1 Análise da CID 10

Para iniciar as análise, vamos nos ater aos sentidos que estão funcionando no grupo geral *F.64 TRANSTORNO DE IDENTIDADE SEXUAL*, um grande grupo diagnóstico que possui como os subgrupos: *Transexualismo (F.64.0)*, *Travestismo Bivalente (F.64.1)*, *Transtorno de Identidade Sexual na Infância (F.64.2)*, *Outros transtornos da identidade sexual (F64.8)* e *Transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9)*. A relação estabelecida entre o grupo geral e os subgrupos será entendida como uma reescrituração por enumeração. Assim, *Transtorno de Identidade Sexual* é reescrito por enumeração em *Transexualismo*, *Travestismo Bivalente*, *Transtorno de Identidade Sexual na Infância*, *Outros Transtornos da Identidade Sexual* e *Transtorno Não especificado da Identidade Sexual*.

Antes de analisarmos cada subcategoria individualmente, focaremos na relação estabelecida entre elas e no modo como foram dispostas na classificação. A partir das relações enunciativas aqui descritas, pode-se interpretar que Transexualismo e Travestismo são Transtornos de Identidade Sexual. Considerando o exposto, propomos que em Transexualismo e Travestismo funcionem sentidos de patologia. Dito isso, iremos analisar agora o texto correspondente ao diagnóstico de Transexualismo.

R1 F64.0 Transexualismo

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado (OMS, 1989, p. 42).

Iniciaremos a nossa análise observando as relações de reescrituração no recorte acima citado, destacando, inicialmente, a relação em que *desejo* reescreve por substituição *Transexualismo*. A expressão *desejo* também aparece em outra reescrituração, a que se dá por expansão entre *Transexualismo* e *desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto*,

instaurando sentidos de desenvolvimento. Para observar as relações de sentido aqui estabelecidas, gostaríamos de propor as seguinte paráfrases:

- a) Transexuais desejam ser do sexo oposto;
- b) Transexuais desejam ser homem/mulher;
- c) Transexuais querem mudar de sexo;
- d) Transexuais querem viver e serem aceitos pelo modo como vivem seu sexo.

Para nós, as duas primeiras paráfrases reagem bem com o recorte original. A terceira, apesar de também conseguir parafraseá-lo, não o faz tão bem como as duas anteriores. Já a quarta não consegue parafrasear o trecho acima. Presumimos que isso se dá pelo uso da expressão *oposto*, que instaura sentidos de que os sexos são opostos, de que existem apenas homens, mulheres e pessoas que desejam migrar de uma categoria para outra. Por causa dessa relação de sentidos, propomos que, nesse recorte, *sexo* apareça como algo possível de ser mudado. Outro sentido que percebemos funcionando nesse recorte é de que transexuais desejam ser o que não são, uma vez que *ser* aqui não diz respeito à experiência com seu próprio sexo, mas sim ao desejo de mudá-lo para ser o oposto do que se é.

Gostaríamos agora de expandir um pouco essa discussão, nesse recorte, por funcionarem sentidos de oposição entre sexos, percebemos uma visão que desconsidera a existência de pessoas intersexo, sendo elas pessoas que nasceram com características biológicas entendidas como masculinas e também com as que são entendidas como femininas, grupo este que é alvo de intervenções cirúrgicas corretivas que tentam enquadrá-los como homens ou mulheres (Tilio; Haines, 2021). Percebemos também, a partir da expressão *oposto*, que nesse recorte funcionam sentidos da não existência de pessoas transsexuais que não sejam nem de uma categoria, nem de outra – que chamamos no início dessa dissertação de Binarismo.

A expressão *desejo* também se articular por incidência com o: *se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado*. Nessa articulação, percebemos alguns memoráveis sendo recortados. O primeiro diz respeito ao trecho *sentimento de mal estar*, que recorta memoráveis de “disforia de gênero”. Neste, compreende-se que pessoas transexuais e transgênero experienciam um desgosto com as características do seu corpo e apresentam o desejo de terem aspectos anatômicos de um corpo do sexo diferente do

seu.

Isso remete aos estudos científicos de Harry Benjamin, que propõe uma diferenciação entre pessoas transexuais em relação às homossexuais. A norma definida por ele para determinar o “transexual de verdade” seria a relação de abjeção de pessoas transexuais com suas genitálias. No ano de 1973, a transexualidade passa, enfim, a ser intitulada como “disforia de gênero”, termo cunhado pelo psicólogo John Money. Após essa mudança, o corpo transexual passa a ser para a psiquiatria e para a psicologia o corpo que sofre com a sua incongruência de gênero (Bento; Pelúcio, 2012).

No trecho *desejo de submeter-se a intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado*, há o funcionamento de sentido de que pessoas transexuais são aquelas que querem passar por cirurgias, intervenções estéticas e hormonais para se parecerem com o sexo oposto.

Para nós, nesse recorte, a palavra *Transexualismo* estabelece uma relação de sinonímia com *Transtorno de Identidade Sexual*, que por sua vez é determinada por patologia e por *desejo de viver e ser aceito como pessoa do sexo oposto*. Essas relações de determinação instauram sentidos de que ser transexual é ter um transtorno de identidade sexual – portanto, é uma pessoa doente.

Desejo de viver e ser aceito como pessoa do sexo oposto é determinado por *mal estar ou Inadaptação a seu sexo anatômico e Intervenção Cirúrgica ou hormonal*, o que leva à interpretação de que a pessoa transexual é aquela que rejeita seu corpo e deseja fazer intervenções cirúrgicas nele.

Gostaríamos também de fazer algumas considerações em relação à cena enunciativa. Para isso, iremos analisar um trecho escrito por uma autora transfeminista, para que assim possamos comparar as análises dos dois recortes.

Dessa forma, as corporalidades de mulheres transexuais e travestis na relação com tais discursividades e materializações podem aceitar, rejeitar ou produzir subversões sobre uma série de negociações, assim como as mulheres cis, brancas ou negras também o fazem (Nascimento, 2021).

Vamos assumir como origem da análise as expressões *mulheres transexuais e travestis*, que se articulam por incidência com corporeidades, o que instaura sentidos de que nesse recorte está se falando sobre a relação dessas pessoas com seus corpos. *Mulheres transexuais e travestis* também irão se articular por incidência com *podem aceitar, rejeitar ou produzir subversões*, o que instaura sentidos de que mulheres trans e travestis não necessariamente irão desejar

corresponder às normas de gênero às quais são geralmente obrigadas a obedecer – segundo o recorte, essas pessoas também podem ser subversivas ou até mesmo rejeitar essas normas no que diz respeito a sua vivência com seus próprios corpos. Outro ponto interessante a ser observado é que, a partir da articulação por incidência entre *mulher transexuais e travestis* com *assim como as mulheres cis, brancas ou negras*, instauram-se sentidos de que mulheres cis também possam se portar em frente às normas de gênero de forma subversiva. Aqui há um ponto interessante a ser observado, pois mulheres trans e cisgênero são colocadas num mesmo lugar em relação ao gênero, as alterações corporais que se apresentam como definidoras da transgeneridade aqui não são colocadas dessa forma, ou seja, pessoa trans não é aquela que quer mudar o seu corpo, assim como uma pessoa cis possa desejar mudar seu próprio corpo.

Quando comparamos os dois recortes analisados, percebemos uma diferença exponencial em relação ao modo como pessoas transexuais e travestis significam nos recortes. No primeiro, como dito anteriormente, ser trans significa querer ser de um sexo oposto ao seu, desejar “adequar” seu corpo em uma norma binária de gênero, entre outros. Já no segundo recorte, transexuais e travestis instauram também sentidos de subversão e rejeição às normas binárias de gênero. Destacamos também que, considerando que no segundo recorte pessoas cisgênero e transgênero são colocadas em um mesmo lugar em relação a normas de gênero, compreendemos que no primeiro recorte elas são colocadas em lugares diferentes. Portanto, afirmamos que no primeiro recorte os sentidos de cisgênero e transgênero são divididos hierarquicamente, de modo em que transgênero seja um termo subordinado a cisgênero, o que não acontece no segundo.

No que se refere a enunciação, entendemos que a diferença entre os recortes se dá pela diferença no lugar social em que os falantes de ambos estão agenciados.

Percebemos que, em ambos os recortes, os locutores são agenciados no lugar social de alocutor-cientísta, contudo eles falam de lugares diferentes da ciência. No primeiro recorte, por serem utilizadas expressões como *sexo anatômico*, compreendemos que esse lugar do dizer é muito próprio das Ciências Naturais. Já no segundo, a partir do uso das expressões *discursividades e materializações*, compreendemos que se trata de um recorte do campo das Ciências Humanas.

Entendendo que a nossa análise aqui está sendo efetuada na CID, uma classificação muito importante na sociedade, compreendemos que há uma disputa no centro do dizer. Há um funcionamento político em que apenas determinado tipo de ciência pode falar sobre pessoas trans em manuais de saúde – que apenas o que as Ciências Naturais têm a dizer sobre este tema e pode ocupar esse espaço aparecem como autorizadas a falar sobre esses corpos.

Como mostra Donna Haraway (1995), há uma disputa pelo status de ciência verdadeira na sociedade, em que todo o trabalho filosófico e epistemológico, no que diz respeito aos estudos de sexo e gênero, é entendido como verborragia e como algo que foi criado para distrair a atenção das pessoas do conhecimento verdadeiro do mundo, que só seria alcançado por ciências como a Ciência Biológica.

Haraway (1995) também aponta que, historicamente, esse tipo de ciência marcou e mitificou certos tipos de corpos. Aqueles que eram marcados eram todos que não eram brancos e masculinos, o que nos faz pensar que o lugar social ocupado por aquele que fala desse lugar de ciência seja o lugar do homem branco cisgênero. Portanto, os corpos brancos e masculinos marcam corpos que não são como os seus e se autorizam a falar a verdade sobre esses corpos.

No primeiro enunciado temos um falante agenciado em lugar social em que se é permitido falar do corpo trans, o definindo, como alguém de fora, utilizando uma lógica patologizadora. Por esse motivo hipotetizamos que o alocutor, além de cientista, é cisgênero. Entramos, então, naquilo que parece um impasse teórico, como dizer que o alocutor é cisgênero, se na semântica não nos interessa o sujeito biológico/empírico?

Judith Butler (2021) afirma que aquele que fala não é a origem de seu discurso, já que o sujeito que diz é produzido na linguagem pelo processo performativo do discurso. Vale salientar que, para ela, “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2013, p. 111), portanto a performance é algo que está no dizer, no enunciar, e que não diz respeito a intenção do sujeito. Isso significa dizer que um sujeito só é cisgênero a partir de sua performance de cisgênero, que por sua vez acontece através da linguagem.

Ao pensar esse aspecto sobre a óptica da Semântica Histórica da Enunciação, percebemos que podemos tecer um breve diálogo com o conceito de performance da Butler, para pensar o lugar social ocupado pelo falante na cena enunciativa.

Entendendo que o alocutor é o lugar social no dizer, propomos que ser cisgênero seja dizer de determinado lugar social, o lugar da cisgeneridade. Assim, quando estamos falando que o alocutor é cisgênero, isso não significa que estamos considerando os seus aspectos biológicos/psicológicos, mas que cisgênero é um lugar social.

Viviane Vergueiro Simakawa(2015) aponta que a cisgeneridade é um conceito formado a partir compreensões ocidentais de gênero que definem determinados corpos como normais, ou seja, é a premissa de que existem corpos naturais e outros não, em que os corpos naturais apresentariam uma congruência entre a fisiologia e a identidade.

Em uma entrevista⁶, Viviane Vergueiro aponta que a cisgeneridade é antes de tudo um conceito analítico que podemos utilizar assim como usamos “heterossexualidade” e “branquitude”. Dessa forma a cisgeneridade seria um conceito que ajudaria a tirar daqueles corpos que não são trans o lugar de normalidade e portanto ajudar a tirar o corpos trans da anormalidade. Utilizar a cisgeneridade enquanto conceito, contribui para tensionar a hierarquia social em que pessoas trans estão subordinadas à pessoas que não são trans.

Assim a cisgeneridade seria esse lugar social entendido como normalidade e que portanto pode enunciar sobre outros corpos que não pertencem a esse grupo social. Assim, o alocutor-cisgênero seria o lugar social daquele corpo que se refere ao corpo trans como um outro corpo.

Para nós, pelo fato de que conseguimos identificar diferentes modos de se dizer na enunciação, compreendemos assim que a Semântica Histórica da Enunciação pode ser um caminho teórico para se discutir que a cisgeneridade é atravessados pela linguagem.

O trecho da CID analisado apresenta sentidos estereotipados, o que apresenta uma ideia patologizante sobre esse grupo e a coloca como verdade – fato este que se configura como preconceito, como uma violência às pessoas desse grupo.

Butler (2021) afirma que, ainda que a injúria física seja de natureza diferente da injúria que está no campo do dizer, o modo como se nomeia algo, aqui no caso, pessoas transexuais, constitui esses sujeitos na sociedade. Isso não significa dizer que afirmações podem ser uma ameaça, mas “a ameaça surge precisamente através do ato que o corpo performatiza ao falar o ato” (Butler, 2021, p. 17). Dessa forma, quando um locutor agenciado num lugar social de cisgênero, autorizado a falar sobre corpos trans, nomeia esses corpos a partir de uma lógica estereotipante e patologizadora, o dizer também atinge e violenta determinados grupos sociais.

A partir das relações descritas acima, propomos que a cena esteja dividida da seguinte forma: Alocutor-cientista e Alocutor-cisgênero, Alocutário psicólogo/médico e Enunciador universal.

Assim, propomos que o lugar social no qual está agenciado o falante é o de cientista e de cisgênero, e o seu correlato, o lugar de Psicólogo/Médico. Em relação ao enunciador, propomos que ele seja universal, pelo modo como é enunciado como se apenas descrevesse a realidade de pessoas transexuais, de forma a-histórica. Pelo modo como a cena enunciativa aqui é dividida politicamente, propomos que o falante seja agenciado em um lugar em que está

⁶Disponível em: Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

outorgado a falar a verdade sobre as pessoas transexuais. Portanto, entendemos que, politicamente, pessoas cisgênero e cientistas estão no lugar social em que é permitido dizer quais pessoas são trans e quais não são.

A segunda subcategoria que iremos analisar é o Travestismo Bivalente F64.1.

R1 F64.1 Travestismo bivalente

Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual. Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não transexual. Exclui: travestismo fetichista (F65.1) (OMS, 1989, p. 42).

Vamos começar a análise por *Travestismo Bivalente*, que reescreve *Transtorno de identidade sexual* e é reescrito por expansão em: *usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência*. Essa expressão também é reescrita por substituição em *mudança de vestimenta*. A expressão *vestimentas do sexo oposto*, recota memoráveis como “Isso é roupa de mulher/homem”, em que funcionam sentidos de que existem roupas que apenas homens devem usar e outras que apenas mulheres devam usar. Isso instaura sentidos de estereótipos de gênero. Segundo D’amorim (1997), estes seriam o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres. Seria a ideia de que existem comportamentos e preferências que são típicos de cada sexo.

Aqui, assim como no recorte anterior, a palavra *sexo* aparece novamente instaurando sentidos de que existem apenas dois sexos, identificamos isso pelo uso da palavra *oposto*. Assim, no que se refere à cena enunciativa, aqui, também temos um alocutor-cisgênero e alocutor-cientista, sendo esse alocutor cientista aquele fala de um lugar das Ciências Naturais. Esse alocutor sustenta conclusões de que corpos nascem com determinados sexos e que, quando querem mudá-los, são transexuais, mas quando se comportam de forma estereotipada em relação ao que é esperado para o seu sexo oposto e ainda assim não querem mudar o seu corpo, essa pessoa seria travesti.

Discutiremos agora o modo como nesse recorte e no anterior o *sexo* aparece como algo que é natural, como inerente ao sujeito e à sua natureza. Scott (1990) aponta que, no que se refere aos estudos de sexo e gênero, é preciso rejeitar essa oposição binária criada entre os sexos, que é fixa e permanente, e passar a compreender que *sexo* é um conceito que possui a sua história.

Letícia Nascimento (2021) aponta que o sexo biológico, em todas as suas características hormonais, cromossômicas e anatômicas é construção discursiva, uma vez que o sexo não seria algo natural. É como a própria Butler (2013, p. 111) coloca:

O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

O sexo para Butler é um construto ideal, não é um fato ou condição dos corpos, a sua materialidade é produzida através de normas que colocam determinados corpos em determinadas classificações.

Entendemos que definir o sexo como uma coisa natural seja algo que violenta pessoas trans. Dizemos isso porque, segundo a Butler (2013), o sexo é uma das normas em que é possível se tornar alguém, ou seja só se é alguém quando se está inserido nessa binariedade. Essa compreensão de sexo possibilita certas configurações de corpo e exclui outras, dessa forma são produzidos seres abjetos, aqueles que nem chegam a ser sujeitos.

Quando se afirma que os sexos são estruturas fixas e naturais, os corpos trans e travestis, que são aqueles que propõem rupturas e modificações nessa ordem natural, são colocados como abjetos, como patológicos, não chegam nem a ser sujeitos. Portanto, a presença desse tipo de conceito em um manual de saúde, também utilizado para o atendimento de pessoas trans, é violento com esse grupo social, pois nele essas pessoas não são colocadas como sujeitos assim como pessoas cisgênero são.

Nascimento (2021) afirma que esse tipo de discurso é bioessencialista e naturaliza comportamentos para os corpos. Ela alega que é preciso romper com essa narrativa e mitigar as distâncias construídas sobre o que é biológico e o que é cultural.

Travestismo Bivalente também é reescrito por expansão em *Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não transexual*. Nesse ponto, *travestismo* e *transexualismo* formam dois grupos nominais diferentes, mesmo com ambos sendo *Transtornos de Identidade Sexual*. Funcionam também sentidos em há, na transexualidade, a obrigatoriedade do desejo de fazer intervenções cirúrgicas no próprio corpo, enquanto no *Travestismo Bivalente*, o critério diagnóstico é o uso de roupas do sexo oposto apenas para satisfazer uma experiência temporária de mudança de sexo.

Assim, propomos que nesse trecho sejam recortados memoráveis de que travesti⁷ é “homem vestido de mulher”, recorta também memoráveis de disfarce, e isso remonta a sentidos de que travestis e transexuais seriam diferentes. Transexuais, ao desejarem fazer cirurgias, seriam entendidos como pessoas trans de verdade. Por fim, encontramos também uma reescrituração por elipse no trecho *() Exclui: travestismo fetichista (F65.1)*.

No que diz respeito às articulações, se usarmos como ponto de partida de análise a reescrituração *usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência*, observaremos que ela se articula por incidência com o trecho: *de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica*. São reforçados aí os sentidos de que travestis são pessoas que experienciam o pertencer ao sexo de forma temporária.

Abaixo, destacamos também duas articulações por incidência. Uma onde a reescrituração *mudança de vestimenta* se relaciona com *não se acompanha de excitação sexual*, que pode levar à compreensão de que a relação da pessoa que se encaixa no diagnóstico de travestismo bivalente, com as vestimentas de outro sexo, não se baseia na excitação sexual. A outra articulação por incidência é a que se dá entre a reescrituração por elipse e o trecho: *Exclui: travestismo fetichista (F65.1)*. Aqui, funcionam sentidos em que Travestismo Bivalente e Travestismo Fetichista são categorias diferentes. Também aparece em destaque no recorte o código do *Travestismo Fetichista*, o *F65.1*, o que indica que essa categoria não reescreve *Transtorno de Identidade Sexual*, uma vez que estes são pertencentes ao grupo de códigos que se iniciam com letra e números F64. Considerando que esse código é citado dentro do grupo em que estamos baseando as nossas análises nesse momento, achamos profícuo analisar seu texto também.

Dito isso, ao funcionarem sentidos de que travesti é homem vestido de mulher, de que existe uma relação de oposição entre os sexos, de que existem roupas e comportamentos definidos para cada sexo, estão funcionando sentidos preconceituosos, estereotipantes e que colocam o corpo travesti como que é fora da norma. Colocam esses corpos enquanto o “outro, do outro do outro” como aponta Nascimento (2021).

Partiremos agora para a análise do texto da categoria Travestismo Fetichista F65.1. Para isso, vamos primeiro identificar em que grupo ele se encontra e quais outros códigos dividem o grupo com ele. O Grupo F65 é intitulado de *Transtornos da Preferência Sexual*, e os códigos

⁷Travesti será a palavra que usaremos como correlato de Travestismo, ou seja, Travesti é aquela que se enquadra no diagnóstico de Travestismo.

que o compõem são: *F65.0 Fetichismo*; *F65.1 Travestismo Fetichista*; *F.65.2 Exibicionismo*; *F65.3 Voyeurismo*; *F65.4 Pedofilia*; *F65.5 Sadomasoquismo*; *F65.6 Transtornos múltiplos da preferência sexual*; *F65.8 Outros transtornos da preferência sexual* e *F65.9 Transtorno da preferência sexual, não especificado*. Logo abaixo do título desse grupo encontramos o trecho *Inclui: Parafilias*. Tal como fizemos com o F64, faremos aqui e assumiremos que todos os códigos que estão dentro desse grupo, incluindo *parafilias*, são reescrituras por enumeração daquilo que é chamado de *Transtornos de Preferência Sexual*.

No que diz respeito ao Travestismo Fetichista, encontramos o seguinte recorte:

R1 F65.1 Travestismo fetichista

Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo (OMS, 1989, p. 42 -43).

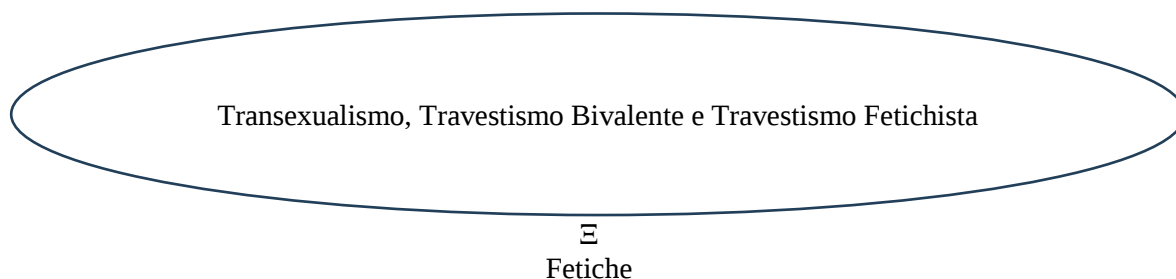
Considerando o título *Travestismo Fetichista* como entrada de análise, observamos que ele é reescrito por expansão em, *Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto*, instaurando sentidos de definição. Logo após, temos uma reescritura por repetição e reescritura por elipse em: *() Pode ocorrer como fase preliminar*. A primeira reescritura destacada aqui recorta também a um memorável de estereótipos de gênero, no qual funcionam sentidos de que existem roupas e aparência específicas de mulheres e roupas de homens. Vale salientar que o termo *Fetichista*, no referido trecho, recorta memoráveis de “perversão sexual, de erotização, de fantasia”. Este último também dialoga com a expressão “travestismo”, que parece também recortar memoráveis de “fantasia”.

No que diz respeito às articulações, observamos que a expressão *Travestismo fetichista* irá se articular por incidência com: *se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual*. E essa relação funciona de modo que, a partir dela, podemos interpretar que essa categoria diagnóstica é definida pela relação com a excitação sexual, o que a diferencia do *travestismo transsexual*. Assim, pode-se entender que *Travestismo Bivalente* seja reescrito por substituição em *Travestismo Transexual*, o que nos faz interpretar que a relação entre o transexualismo e o travestismo é próxima.

Para finalizar, trazemos a nossa atenção para a articulação por incidência entre a reescrituração em elipse e o trecho *Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo*, em que há uma possível relação entre o transexualismo e o travestismo fetichista, na qual a segunda pode ser a fase inicial da primeira. Aqui, encontramos uma contradição, ao mesmo tempo em que transexualismo aparece em um outro grupo diagnóstico e que aparentemente estabeleceria uma relação de antonímia com o travestismo fetichista, aqui ambos aparecem relacionados. Agora iremos propor uma paráfrase para olhar com mais atenção esse trecho:

- a) Transexualismo, Travestismo Bivalente e Travestismo fetichista, em alguma medida se relacionam com o fetichismo, podendo ser ele uma etapa, como nas duas primeiras opções e uma característica específica na terceira.

A partir dessa paráfrase, propomos que, nesse recorte, *Transexualismo, Travestismo Bivalente e Travestismo Fetichista* projetam sentidos de fetiche. Apresentamos agora essa relação de projeção de sentidos na seguinte DPS:



No quadro acima, *Transexualismo, Travestismo Bivalente e Travestismo Fetichista* estão representados dentro de uma forma oval e correspondem ao modo como o termo está materializado no enunciado. Em seguida temos o símbolo Ξ , *csi*, letra do alfabeto grego que representa a projeção de sentidos. Essa relação enunciativa de projeção de sentido, em que transexualismo e travestismo projetam sentidos de fetiche, é estereotipada e preconceituosa.

Outro ponto a ser observado é que *Travestismo Fetichista* se relaciona a partir de reescriturações por enumeração com *Parafilias, Voyeurismo, Pedofilia e Sadomasoquismo*. Entendendo que a cena enunciativa, neste recorte, configura-se da mesma forma que nos recortes anteriores, podemos dizer que é argumentado pelo alocutor-cientista e alocutor-cisgênero que, em alguma medida, o transexualismo e o travestismo podem estar no mesmo grupo de classificações de patologias com voyeurismo, pedofilia e sadomasoquismo.

Essa relação entre transexualismo, travestismo e pedofilia, por sua vez, recorta ao memorável de que transexuais e travestis são pedófilas. Essa ideia é bastante difundida na sociedade, inclusive entre os setores conservadores da política brasileira, como foi explicitado pelo político evangélico Magno Malta, que associou questões de gênero à pedofilia (Maranhão, 2021).

No recorte também encontramos sentidos de sexo relacionados a uma ideia bioessencialista e binária, em que os sexos são colocados como opostos, e de que existem comportamentos específicos de cada um.

Antes que retornemos às classificações do grupo *F64*, é válido analisar mais um recorte em que a palavra *travestismo* aparece no grupo *F65* dentro da categoria *Transtornos Múltiplos de Preferência Sexual F65.6*.

R1 F65.6 Transtornos múltiplos da preferência sexual

Por vezes uma pessoa apresenta mais de uma anomalia da preferência sexual sem que nenhuma delas esteja em primeiro plano. A associação mais freqüente agrupa o fetichismo, o travestismo e o sadomasoquismo (OMS, 1989, p. 43).

Partindo então às reescrituras, assumimos de antemão que o nome do código é uma reescritura do título do grupo no qual se encontra essa categoria diagnóstica. Há uma reescritura por expansão em: *mais de uma anomalia da preferência sexual*. Na qual a expressão *anomalia* recorta memoráveis de doença, de fora de normalidade. Por último, temos uma reescritura por substituição em que o trecho *Transtornos múltiplos da preferência sexual* é substituído pela palavra *associação*. Essa relação funciona de modo que podemos compreender que esse tipo de transtorno é uma associação de diferentes anomalias da preferência sexual.

Já em relação às articulações, observamos que as duas primeiras: *Por vezes uma pessoa apresenta* e *sem que nenhuma delas esteja em primeiro plano* se dão por incidência com *mais de uma anomalia da preferência sexual*, instaurando sentidos de que às vezes anomalias de preferência sexual são apresentadas em conjunto e não necessariamente alguma se manifesta em primeiro plano.

A articulação, *mais freqüente agrupa o fetichismo, o travestismo e o sadomasoquismo*, se dá por incidência com *associação*. Esta instaura sentidos de que, dentre as associações de transtornos de preferência sexual, a mais frequente acontece entre fetichismo, travestismo e sadomasoquismo. Recortam memoráveis em que travestis podem ser fetichistas e que podem apresentar práticas sexuais como sadomasoquismo. Nota-se que a expressão “travestismo”

nesse fragmento reescreve por substituição *Travestismo Bivalente* e *Travestismo Fetichista*, portanto, ainda que esteja escrito em recortes anteriores nos quais o que diferencia os dois tipos de travestismo é o fetiche, nesse, ambos aparecem como pertencentes em um mesmo grupo e concomitantemente relacionados ao fetichismo.

Assim, compreendemos que nesse recorte funcionam sentidos de que travestis são fetichistas e de que são uma anomalia – sentidos esses que são violentos e injuriantes para com pessoas desse grupo.

Voltando agora para os diagnósticos dentro do espectro do *F64*, iremos analisar por último o *F64.2 Transtorno de Identidade Sexual na Infância*.

R1 F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância

Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente em intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo. O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude afeminada. Os transtornos da identidade sexual nos indivíduos púberes ou pré-púberes não devem ser classificados aqui mas sob a rubrica F66.-. Exclui: orientação sexual egodistônica (F66.1) transtorno da maturação sexual (F66.0) (OMS, 1989, p. 42).

Principiando nossa análise pelas reescriturações, nota-se que o título *Transtorno de identidade sexual na infância* é uma reescrituração por enumeração da expressão *Transtorno de Identidade Sexual*. Logo após, temos reescriturações de *Transtorno de identidade sexual na infância* por substituição *Transtorno*, seguida de uma por expansão em: *persistente em intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo*. Isso instaura sentidos de que pessoas trans sejam aquelas que querem mudar de sexo, sendo o sexo, aqui, entendido a partir de uma lógica bioessencialista.

Posteriormente temos uma reescrituração por elipse em: *() Há uma preocupação persistente com a roupa*. Abaixo, há uma reescrituração por substituição em *diagnóstico* e por último uma outra por condensação em *transtornos da identidade sexual*. Aqui, houve uma escolha metodológica ao assumirmos *Transtorno* como uma reescrituração por substituição e não por condensação como fizemos com *Transtornos de identidade sexual*. Procedemos dessa maneira porque para nós a palavra “transtorno” instaura sentidos de “doença”, “patologia” e “distúrbio” como algo mais genérico. Já, *Transtorno da identidade sexual* materializa sentidos de “patologia de identidade sexual” de uma forma mais específica.

A partir daqui discorreremos acerca das articulações entre as expressões do recorte, a começar por: *que usualmente primeiro se manifesta no início da infância*. Uma articulação por dependência que forma um grupo nominal, o transtorno de identidade sexual que se manifesta na infância. Logo abaixo, a reescrituração por elipse articula-se por incidência com: *Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo*, na qual funcionam sentidos de estereótipos de gênero e de disforia de gênero (a ideia de que pessoas transexuais precisam ter uma relação de abjeção com o próprio corpo, com o próprio sexo).

A reescrituração *diagnóstico*, por sua vez, irá se articular por incidência com *requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude afeminada*. Nesta, também, estão funcionando sentidos de estereótipo de gênero, nos quais, ser uma criança *levada* ou *traquinas* seria comportamento típico do menino, e comportamentos “afeminados” seriam típicos de meninas. Gostaríamos de propor também um teste parafrástico para que possamos observar melhor os funcionamentos da palavra “normal”:

- a) O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual comum;
- b) O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual regular;
- c) O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual da criança.

Para nós, as duas primeiras paráfrases parecem reagir bem com o recorte original. Desse modo, propomos que nele estejam funcionando sentidos de que a identidade sexual de uma criança dissidente da norma de gênero seja “anormal” e “irregular”. Esses sentidos ficam ainda mais fortes quando percebemos que a terceira paráfrase não reage bem ao trecho original.

Esse recorte também apresenta ideias estereotipantes e violentas com pessoas trans, bem como uma ideia estereotipada entre os sexos e uma visão bioessencialista disso, o que coloca pessoas trans como além da norma.

Assim, compreendemos que na CID-10 os sentidos de trans, transexual, transgênero e travesti estão relacionados a estereótipos de gênero, fetiche e patologia. Percebemos também que o manual possui como base teórica uma visão bioessencialista em detrimento das Ciências Humanas. Em relação à cena enunciativa, observamos que em todos os casos temos um alocutor-cisgênero falando sobre a comunidade trans, e por meio do enunciador-universal, enuncia como se as coisas que dissesse fossem a realidade desse grupo.

4.2 Análise da CID 11

Vamos agora demonstrar as análises que foram empreendidas na CID-11. Boa parte dessas análises já foram apresentadas em um artigo na revista Domínios de Lingu@agem, intitulado “Sentidos de Incongruência de Gênero na CID-11”. Ele foi publicado em 2023 e teve como autores, Gabi Bomfim Cruz, Adilson Ventura e Lorena Ferreira Mafra. Por esse motivo, estaremos sempre referenciando essa publicação no decorrer das análises.

Começamos nossa análise destacando que a Incongruência de gênero encontra-se no grupo Condições relacionadas à Saúde Sexual⁸, assim entendemos que *incongruência de gênero* seja uma reescrituração por enumeração (considerando que existem outros códigos nesse grupo) de Condições relacionadas à saúde sexual.

R1

A incongruência de gênero *na infância* é caracterizada por uma marcada incongruência entre o gênero vivenciado/expresso de um indivíduo e o sexo atribuído em crianças pré-púberes. Inclui um forte desejo de ser de um gênero diferente do sexo atribuído; uma forte aversão por parte da criança de sua anatomia sexual ou características sexuais secundárias antecipadas e/ou um forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias antecipadas que correspondem ao gênero experimentado e brincadeiras de faz-de-conta ou fantasia, brinquedos, jogos ou atividades e companheiros de brincadeira que são típicos do gênero experimentado e não do sexo designado. A incongruência *deve ter persistido por cerca de 2 anos. O comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para atribuir o diagnóstico*⁹ (OMS, 2021).

Ao tomarmos a expressão *Incongruência de Gênero* como a origem de nossa análise, observamos as relações enunciativas que ela estabelece com outras palavras no texto. Iniciaremos destacando os trechos em que ela é reescriturada, como em: *uma marcada incongruência entre o gênero vivenciado/expresso de um indivíduo e o sexo atribuído em crianças pré-púberes*. Essa reescrituração se dá por expansão, o trecho expande os sentidos de

⁸Traduzido do original “Conditions related to sexual health”.

⁹Traduzido do Original: Texto Original: HA61 Gender incongruence of childhood. “Gender incongruence of childhood is characterised by a marked incongruence between an individual’s experienced/expressed gender and the assigned sex in pre-pubertal children. It includes a strong desire to be a different gender than the assigned sex; a strong dislike on the child’s part of his or her sexual anatomy or anticipated secondary sex characteristics and/or a strong desire for the primary and/or anticipated secondary sex characteristics that match the experienced gender; and make-believe or fantasy play, toys, games, or activities and playmates that are typical of the experienced gender rather than the assigned sex. The incongruence must have persisted for about 2 years. Gender variant behaviour and preferences alone are not a basis for assigning the diagnosis.”

incongruência de gênero. A seguir nos deparamos com uma sequência de reescrituras que colaboram com o mesmo sentido. Os enunciados em questão são: *Inclui um forte desejo de ser de um gênero diferente do sexo atribuído; forte aversão por parte da criança de sua anatomia sexual ou características sexuais secundárias antecipadas; forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias antecipadas que correspondem ao gênero experimentado; brincadeiras de faz-de-conta ou fantasia, brinquedos, jogos ou atividades e companheiros de brincadeira que são típicos do gênero experimentado e não do sexo designado* (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Percebemos que estes enunciados irão recortar certos memoráveis que gostaríamos de destacar. Aqui, iremos utilizar testes parafrásticos, usando como referência o enunciado *forte aversão por parte da criança de sua anatomia sexual ou características sexuais secundárias antecipadas* (Cruz; Ventura; Mafra, 2023). Assim, sugerimos os seguintes testes:

- a) Forte aversão por parte da criança pelo seu próprio corpo. b) A criança rejeita sua vagina/pênis. c) Forte aversão, por parte da sociedade, pela anatomia sexual ou características sexuais secundárias antecipadas de uma criança. d) Forte aversão por parte da criança pelo modo como ela é tratada (Cruz; Ventura; Mafra, 2023, p. 10).

Para nós, as alternativas a) e b) conseguem parafrasear bem o enunciado original, já a c) e d) não. A nossa hipótese é que seja possível estabelecer uma relação de sinonímia entre as expressões “corpo”, *anatomia sexual*, *características sexuais secundárias* e “vagina/pênis”, da mesma forma em que *forte aversão por parte da criança* parafraseia bem “a criança rejeita”. Assim, entendemos que estão funcionando sentidos de que crianças que experienciam a incongruência de gênero rejeitam seus próprios corpos, sendo a sua própria incongruência a origem dessa repulsa e não o modo como são tratadas pela sociedade (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

A expressão “Forte aversão por parte da criança pelo seu próprio corpo”, para nós, recorta ao memorável “nasceu no corpo errado” – memorável este em que pessoas Trans são entendidas como aquelas que experienciam um desgosto com seu corpo e o desejo de ter o corpo do “sexo oposto” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Gostaríamos de destacar também que o recorte instaura sentidos de que *sexo* seria equivalente a características biológicas, enquanto *gênero* estaria dizendo a respeito da experiência de uma pessoa com o seu próprio corpo. Discutiremos agora um pouco sobre as categorias *gênero* e *sexo* para observar melhor as relações enunciativas no recorte que estamos analisando.

Scott (1990) aponta que a expressão “gênero” como é utilizada hoje parece ter aparecido entre algumas feministas americanas com o intuito de rejeitar o determinismo biológico de expressões como “sexo” e demonstrar o caráter social da diferença entre homens e mulheres. Se compararmos esse primeiro recorte da CID 11 com o da CID 10, iremos notar um funcionamento parecido, a palavra *sexo* é substituída pelas expressões *sexo/gênero*, que no recorte, *sexo* diz respeito a características biológicas e *gênero* a características sociais dos corpos sexuados. Mas vale salientar que o modo como “gênero” significa na teoria de Scott é bastante diferente do que acontece no recorte analisado.

Scott (1990) alega que o gênero se torna uma forma útil de se mostrar as construções sociais e a criação social dos papéis masculinos e femininos, que seriam a origem das identidades subjetivas dos sujeitos. Assim, “gênero” seria uma palavra útil nos estudos feministas, já que com ela é possível observar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres (Scott, 1990).

Para Scott (1990, p. 21), a definição de gênero tem duas partes, ligadas em si mas também distintas: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

A mesma autora aponta que, no que diz respeito às relações sociais e diferenças sociais entre os gêneros, são necessários alguns elementos: o simbólico, conceitos normativos para que se assegure a binariedade, a oposição entre o masculino e o feminino, a identidade subjetiva. Para ela, falar sobre gênero é também falar sobre poder, pois o gênero demarca uma igualdade e desigualdade entre os sujeitos, nele estão estabelecidas as estruturas hierárquicas entre as pessoas. Dessa forma, falar de gênero também é falar da hierarquia estabelecida entre homens e mulheres (Scott, 1990).

O que acontece é que, no recorte analisado, “gênero” significa apenas como a identificação de alguém em relação ao seu corpo, sendo essa identificação diferente do “sexo” dessa pessoa. Ou seja, uma pessoa pode até se identificar com determinado gênero, mas ela é necessariamente de determinado sexo.

Em Scott (1990), o gênero é utilizado como uma categoria que nos ajuda a compreender os conceitos normativos que asseguram a violência sofrida por mulheres em nossa sociedade. Na CID, esses conceitos normativos são utilizados para assegurar essa hierarquia, ainda que alguns corpos tentem subvertê-la ao mudarem de “gênero/sexo”.

Enquanto na CID-11, *sexo* e *gênero* aparecem como categorias diferentes, Haraway (1995) mostra essa divisão entre gênero e sexo como cultural e biológica, e traz uma série de problemas teóricos. Segundo essa autora, inevitavelmente o sexo só pode ser representado a

partir da ideia de gênero, ou seja, não conseguimos pensar em sexo sem considerar os seus aspectos culturais. Então fica o questionamento: *Como pensar o sexo como algo biológico e imutável se ele só pode ser representado a partir de algo que pode ser mudado?*

Segundo Rubin (1993), o gênero não deveria ser entendido como a expressão social das diferenças naturais entre os sexos, pois para ela o gênero, na verdade, suprime as muitas semelhanças que existem entre os corpos de “homens” e “mulheres”. Ele reprime de homens seus traços “femininos”, bem como os “masculinos” em mulheres.

Butler (2013) também aponta que entender o gênero enquanto construção social do sexo é algo extremamente equivocado. Ela diz isso por também chegar à conclusão de que não existe acesso ao “sexo” sem a sua construção social. Assim, não é apenas o gênero que é uma ficção, um construto criado sobre as diferenças naturais dos corpos sexuados, para ela o “sexo”, por só poder ser entendido a partir do conceito de gênero, também é uma fantasia, um construto social.

Nascimento (2021) coloca que a justaposição de sexo e gênero coloca pessoas cisgênero em um lugar de privilégio, pois esses corpos são entendidos como naturais, e os corpos que não correspondem a essa lógica são entendidos como artificiais.

Isso acontece uma vez que a divisão sexo/gênero parece só funcionar, em termos práticos, com pessoas trans, uma vez que essa cisão entre sexo e gênero seria aquilo que constituiria os incongruentes de gênero. Assim, o gênero de pessoas cisgênero parece ser natural, já que a expressão social desse corpo está alinhada com a ideia de naturalidade do seu sexo, já o gênero de pessoas trans, por ser incongruente com o natural do seu sexo, instaura sentidos de artificialidade.

Essa cisão instaura sentidos de que pessoas trans querem virar algo que não são, ou seja mulheres trans não são mulheres de verdade porque seu sexo é masculino, e isso faria o corpo incongruente. Ao que parece, o uso da expressão *gênero* aqui tenta ser mais inclusiva do que a palavra “sexo” utilizada na CID 10, mas acaba instaurando o mesmo sentido em que essas pessoas num lugar inferior ao de pessoas cisgênero são aquelas com o corpo errado.

Assim como apontamos em Cruz, Ventura e Mafra (2023), os trechos *brincadeiras de faz-de-conta ou fantasia, brinquedos, jogos ou atividades e companheiros de brincadeira que são típicos do gênero experimentado* podem ser parafraseados como “brincadeiras de faz-de-conta ou fantasia, jogos ou atividades e companheiros de brincadeira que são típicos de meninas ou meninos” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023). Sugerimos que aqui esteja sendo recortado o memorável de “meninos brincam de carrinho e meninas brincam de boneca”, o que instaura sentidos de estereótipos de gênero.

Identificamos que *Incongruência de Gênero* também é reescrita por substituição em “incongruência”, o que para nós recorta memoráveis de “desajuste” e “corpo errado” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023). *Incongruência de Gênero* também é reescrita por substituição em *diagnóstico*. Para ampliar a discussão sobre memoráveis que são recortados nessa relação enunciativa, propomos as seguintes paráfrases:

- a) O comportamento e as preferências de variante de gênero podem ser sintomas, mas por si só não são base para fechar o quadro clínico. b) O comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para fechar o quadro nosológico. c) O comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para fechar o quadro da patologia. d) O comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para identificar essas identidades (Cruz; Ventura; Mafra, 2023 p. 12).

Substituir “diagnóstico” por “quadro clínico”, “quadro nosológico” e “patologia” não muda de maneira significativa o sentido que está funcionando no enunciado parafraseado. Contudo, quando trocamos diagnóstico por “identidade”, o oposto acontece. Assim, propomos que “diagnóstico” nesse trecho recorte memoráveis de “patologia” e “quadro clínico” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Em relação à cena enunciativa, acreditamos que esta se configura de forma similar aos recortes da CID-10, ou seja, alocutor-cientista, alocutor-cisgênero, alocutário-psicólogo/médico e enunciador universal. Dito isso, é possível dizer que, em “*Incongruência de gênero na infância*”, argumentativamente, o alocutor-cientista e alocutor-cisgênero sustentam conclusões ao alocutor-médico/psicólogo de que “pessoas trans são incongruentes e passíveis de receber um diagnóstico pelo que são” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023, p. 10).

Observamos também uma relação de articulação por dependência entre *Incongruência de gênero* e *na infância* que instaura sentidos de que o texto se refere a experiência de incongruência de gênero nos primeiros anos de vida. Já entre *deve ter persistido por cerca de 2 anos* e *incongruência*, há uma relação de articulação por incidência, assim como entre *diagnóstico* e *o comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para atribuir o*” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

A partir da análise desse recorte, identificamos a seguinte relação de argumentação:

[...] o falante, agenciado em alocutor-cientista, a partir de seu enunciador-universal, sustenta para o alocutário-médico/psicólogo que a incongruência de gênero na infância é um diagnóstico para crianças que rejeitam seu corpo e

apresentam comportamentos estereotipados de um gênero que não lhe foi designado (Cruz; Ventura; Mafra, 2023, p. 13).

Neste diagnóstico da CID-11, percebemos uma visão estereotipada sobre pessoas trans, transexuais, transgênero e travestis, bem como o funcionamento de estereótipos de gênero. Esses sentidos são violentos para com essa comunidade, constroem o conceito da categoria trans de uma forma estereotipada e colocam essas pessoas como se reforçassem esses estereótipos. Percebemos também a ideia de que existe um sexo como característica biológica e o gênero que seria uma identificação dessa pessoa, e seria essa diferença entre gênero e sexo que tornaria essas pessoas incongruentes. Portanto, compreendemos que essa visão violenta pessoas trans por colocá-las como doentes.

Vamos agora analisar outra categoria da Incongruência de gênero.

R1

A Incongruência de Gênero da Adolescência e da Idade Adulta é caracterizada por uma incongruência marcante e persistente entre o gênero vivenciado de um indivíduo e o sexo atribuído, o que muitas vezes leva a um desejo de 'transição', a fim de viver e ser aceito como pessoa do gênero experienciado, por meio de tratamento hormonal, cirurgia ou outros serviços de saúde para alinhar o corpo do indivíduo, tanto quanto desejado e na medida do possível, com o gênero vivenciado. O diagnóstico não pode ser atribuído antes do início da puberdade. O comportamento e as preferências de variante de gênero por si só não são uma base para atribuir o diagnóstico¹⁰ (OMS, 2021).

Nesse recorte, a expressão *Incongruência de Gênero* é reescrita por expansão no enunciado: *uma incongruência marcante e persistente entre o gênero vivenciado de um indivíduo e o sexo atribuído*. A nossa proposta é que nesse acontecimento essa reescrituração recorte memoráveis de desajuste e desalinhamento. *Incongruência de gênero* também é reescrito por substituição em *diagnóstico*. Assim como no recorte anterior, aqui também estarão sendo recortados memoráveis de “patologia” (Cruz; Ventura; e Mafra, 2023). Para nós, essa ideia de desalinhamento aqui também só funciona por causa da divisão sexo/gênero estabelecida no recorte.

¹⁰Traduzido do Original: HA60 Gender incongruence of adolescence or adulthood. Gender Incongruence of Adolescence and Adulthood is characterised by a marked and persistent incongruence between an individual's experienced gender and the assigned sex, which often leads to a desire to 'transition', in order to live and be accepted as a person of the experienced gender, through hormonal treatment, surgery or other health care services to make the individual's body align, as much as desired and to the extent possible, with the experienced gender. The diagnosis cannot be assigned prior the onset of puberty. Gender variant behaviour and preferences alone are not a basis for assigning the diagnosis.

Há uma relação de articulação por dependência entre *Incongruência de gênero e na adolescência e na idade adulta*, o que instaura sentidos de especificação. Entre *uma incongruência marcante e persistente entre o gênero vivenciado de um indivíduo e o sexo atribuído* e muitas vezes *leva a um desejo de transição*, há uma relação de articulação por incidência. *Incongruência de Gênero* também se articula por incidência com *desejo de transição*, o que instaura sentidos de que seja possível uma desencadear a outra (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Percebemos também que *Transição* é reescrita por enumeração em *tratamento hormonal, cirurgia ou outros serviços de saúde*. A partir disso, propomos que aqui esteja sendo argumentado que “a incongruência de gênero possa levar o adolescente ou o adulto a desejar mudar seu corpo através de intervenções médicas” (Cruz; Ventura; Mafra, 2023, p. 15). Assim, funcionam sentidos de que a *Incongruência de Gênero* pode estar relacionada ao desejo de mudar seu corpo (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Deter-nos-emos na análise do *desejo de 'transição'*. Aqui, funcionam sentidos de transição associados à ideia de intervenções médicas de alteração de características corporais. Nota-se que não estão funcionando aqui sentidos de “transição” relacionados a outras intervenções que um indivíduo possa fazer com o seu gênero – como a retificação de documentos e pronomes. Esses sentidos contribuem com a ideia de que indivíduos que transitam entre gêneros são aqueles que possuem corpos mais parecidos com o gênero do qual declaram ser.

Tratamento hormonal, cirurgia ou outros serviços de saúde, por sua vez, irão se articular por incidência com *alinhar o corpo do indivíduo tanto quanto desejado e na medida do possível com o gênero vivenciado*. Agora gostaríamos de aprofundar a relação entre “alinhar” e “desejado”, e para isso sugerimos os seguintes testes parafrásticos (Cruz; Ventura; Mafra, 2023, p. 15-16):

- a) Aproximar o corpo do indivíduo tanto quanto desejado e na medida do possível com o gênero vivenciado. b) Consertar o corpo do indivíduo a partir de seu desejo, de acordo com o gênero vivenciado. c) Alinhar o corpo do indivíduo ao corpo do gênero que ele é.

As alternativas a) e b), ao nosso ver, parafraseiam bem o recorte original, assim concluímos que “alinhar” recorte memoráveis de “consertar”. Mas se substituirmos “gênero vivenciado” por “gênero que ele é”, a segunda não parece parafrasear bem a primeira. A partir disso, hipotetizamos que nesse trecho estão sendo recortados memoráveis como: “quer ser

homem/mulher” ou “parece homem/mulher”, o que instaura sentidos de que incongruentes de gênero querem parecer ou ser algo que não são (Cruz; Ventura; Mafra, 2023).

Neste recorte, além da cisão entre gênero/sexo, é definido que pessoas trans desejam mudar seus corpos para alinhar seu sexo a seu gênero – o que é uma visão bastante estereotipada, visto que esta comunidade é vasta e plural. Essa visão é violenta com pessoas trans, pois aí funcionam sentidos de que elas seriam passíveis de serem consertadas.

Iremos agora passar para as análises no DSM-V.

4.3 Análise do DSM-V

Iremos começar as nossas análises por um recorte em que a disforia de gênero é definida:

R1

Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis. O termo atual é mais descritivo do que o termo anterior transtorno de identidade de gênero, do DSM-IV, e foca a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria (APA, 2014, p. 451- 452).

Tomando como ponto de partida a expressão *Disforia de Gênero*, percebemos que ela é reescrita por substituição em *sofrimento*, produzindo efeitos de sinonímia e também de desenvolvimento. Essa reescrituração, por sua vez, se articula por incidência com: *pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa*. Essa articulação recorta memoráveis de “Trans, Transgênero, Transexual e Travesti”, o que nos leva a dizer que a Disforia de Gênero é algo que acomete pessoas trans e afins. Assim, propomos que nesse recorte estejam funcionando sentidos de Disforia de Gênero relacionados ao sofrimento possivelmente experienciado por esse grupo social.

Disforia de Gênero também é reescrita por substituição em *desconforto*, instaurando sentidos de sinonímia e desenvolvimento. *Desconforto*, por sua vez, articula-se por incidência com: *muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis*. Essa relação de articulação instaura sentidos de que intervenções estéticas sejam uma forma para se lidar com a disforia.

Disforia de Gênero também é reescrita por substituição em *termo atual*, em uma relação de especificação. Esta expressão também se articula por incidência com: *mais descritivo do que*

o termo anterior transtorno de identidade de gênero e com foco a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria. Aqui, Disforia de Gênero estabelece uma relação de diferença com transtorno de identidade de gênero. Essa diferença é demarcada pela reescrituração por substituição de Disforia de Gênero por problema clínico e pela reescrituração por condensação entre transtorno de identidade de gênero e identidade. Sugerimos também que a palavra problema recorte memoráveis de “patologia” de “comorbidade”.

Agora, vamos conduzir a análise dos critérios diagnósticos principais:

Critérios Diagnósticos:

R1 Disforia de Gênero em Crianças 302.6 (F64.2)

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes (um deles deve ser o Critério A1): 1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado). 2. Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas. 3. Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias. 4. Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero. 5. Forte preferência por brincar com pares do outro gênero. 6. Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas. 7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual. 8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado. B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 2014, p. 452).

Começaremos então pelo diagnóstico Disforia de gênero em crianças, que no DSM-V, recebe o código 302.6 (F64.2). A numeração que se encontra entre parênteses diz respeito ao correlato desse diagnóstico no CID-10. Por esse motivo, os dados apresentados aqui se parecem muito com os que foram analisados na CID-10, contudo, encontram-se algumas diferenças entre elas, e vamos de destacá-las.

Tomando *Disforia de gênero em crianças* como a origem da análise, percebemos que ela é reescrita em *Incongruência acentuada*, em uma reescrituração por substituição. *Incongruência acentuada*, por sua vez, articula-se por incidência com: *entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes*. Para melhor averiguar as relações de

temporalidade estabelecidas em *incongruência acentuada*, propomos as seguintes paráfrases desta expressão:

- a) Desalinhamento acentuado;
- b) Diferença acentuada;
- c) Desajuste acentuado;
- d) Incômodo acentuado;
- e) Sofrimento acentuado.

Percebemos aqui que as alternativas a), b) e c) reagem bem com o recorte original, uma vez que nesse recorte é possível traçar uma relação de sinonímia entre “Incongruência”, “desalinhamento”, “diferença” e “desajuste”. Contudo, o mesmo não acontece na quarta e na quinta paráfrase, uma vez que acima, ao analisarmos sentidos de disforia, vimos que ela é apresentada enquanto sofrimento possível, ou seja, nesse recorte não se pode generalizar o sofrimento disfórico a todas as pessoas da comunidade trans. Se considerarmos as expressões “incômodo” ou “sofrimento” enquanto paráfrases possíveis, estaríamos indo de encontro a outra análise já empreendida.

Assim, definimos que “incongruência” diz respeito à relação entre corpo e identidade, não ao sofrimento. Por isso propomos que esse termo recorte memoráveis de desalinhamento, desajuste e diferença.

Uma vez que “diferença” aparece enquanto paráfrase possível, afirmamos que, nesse enunciado, estão sendo projetados sentidos de que pessoas trans, transgênero, transexuais e travestis não são o que são, mas desejam ser algo que não são, e por isso são desajustadas e desalinhadas.

Em seguida, encontramos um procedimento enunciativo de reescrituração em que estão enumeradas as características que compõem a disforia de gênero nessa faixa etária. As enumerações são as seguintes: 1. *Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado)*. 2. *Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas*. 3. *Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias*. 4. *Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero*. 5. *Forte preferência por brincar com pares do outro gênero*. 6. *Em meninos (gênero*

designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (*gênero designado*), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas. 7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual 8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.

Começando pelos trechos *Em meninos (gênero designado)* e *em meninas (gênero designado)*, encontramos um funcionamento enunciativo que gostaríamos de discutir, pois aparentemente utilizar *meninos (gênero designado)* seja uma forma de facilitar a compreensão dos leitores, ou seja, para eles entenderem que se trata de uma menina trans e não uma menina cis. Para isso ampliar essa discussão, iremos propor as seguintes paráfrases:

- a) Em meninas (gênero expresso) e em meninos (gênero expresso);
- b) Em meninas trans e em meninos trans.

Aqui, as duas opções parafraseiam bem o recorte original. Contudo há uma grande diferença no que diz respeito aos sentidos entre: *Em meninos (gênero designado)* e *Em meninas (gênero expresso)*. Então nos perguntamos, por que se referir a meninas trans como meninos (*gênero designado*) e não como meninas (*gênero expresso*)? Entendendo que o diagnóstico de disforia de gênero é algo específico para pessoas trans, bem como entendendo que a divisão entre sexo e gênero, nesse manual, só acontece com pessoas trans, meninas cisgênero são tratadas apenas como meninas. Logo, meninas (*gênero expresso*) não instaura sentidos de meninas cis.

Assim, utilizar *meninos (gênero designado)* não se trata apenas de didática, mas sim de reafirmar sentidos de que meninas trans não são meninas, são meninos que querem ser meninas. Outro ponto importante aqui é que, com a utilização da expressão *gênero designado*, parece que o DSM não está agindo de forma biologizante, ou seja, há o reconhecimento de que o gênero é designado. Contudo, a partir da articulação estabelecida entre *meninos (gênero designado)* e *forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas*, gênero instaura sentidos de naturalidade, ou seja, existem comportamentos naturais para cada gênero, portanto, chegamos à conclusão de que gênero aqui funciona de forma parecida a *sexo*.

O uso de *meninos (gênero designado)* nos mostra também que, para definir o que é ser trans, sempre se toma como referência o gênero designado e não o gênero expresso, por isso faz sentido dizer *simulação de trajes femininos*, ou seja, não faria sentido dizer meninas (*gênero*

expresso) articulando-se com simulação de trajes femininos, uma vez que uma menina não precisaria simular “ser uma menina”.

Assim, o manual é violento com as pessoas trans, uma vez que dizem sobre quem elas são a partir de uma lógica que deslegitima a experiência trans enquanto verdadeira e a coloca como *simulação*, já que para o manual o gênero (designado) parece ser mais importante que o gênero (expresso), ele é sempre o ponto de partida. Isso só acontece porque o gênero (designado) é o natural, é o certo, o gênero (expresso) é simulação.

No trecho *Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado)*, percebemos que nele funcionam novamente sentidos de pessoas trans não pertencem ao gênero que se vêem, mas que desejam ser de outro gênero. Dizemos isso por conta do uso da expressão *insistência*, que por sua vez recorta memoráveis de rebeldia. Nesse trecho também funcionam sentidos em que *Gênero alternativo* represente expressões corporais, sociais e psicológicas que vão além do binarismo de gênero. Por isso, afirmamos que esta expressão instaure sentidos de “não-binário”, um nome que define pessoas trans que não se identificam com as normas binárias de gênero.

Outro ponto que nos chama a atenção é o uso das expressões *cross-dressing* (travestismo) no trecho “2. *Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas*”. A primeira coisa que gostaríamos de destacar são as relações enunciativas de reescrituração por substituição entre *cross-dressing* e *travestismo*. A segunda é que nesse trecho, ambas recortam memoráveis de fetiche, uma vez que ambos os termos são comumente utilizados para se referir a pessoas que têm prazer em vestir roupas do sexo oposto (Kogut, 2006). Os dois termos se apresentam no recorte como possíveis etapas de desenvolvimento da Disforia de Gênero, e por isso não necessariamente irão reescrevê-la.

Observemos agora o trecho: *roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas* quanto nas enumerações 4. *Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero*, 6. *Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas*. Afirmamos que nesse trecho estão sendo recortados estereótipos de gênero, uma vez que percebemos nele sentidos de que existam brincadeiras, vestimentas e atividades que pertencem às expressões de gênero

masculina e feminina – assim como sentidos de “meninos” relacionados à agressividade e competitividade.

No trecho 7. *Forte desgosto com a própria anatomia sexual* 8. *Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado*, percebemos um recorte do memorável em que pessoas trans e afins possuem uma relação de abjeção com as próprias características anatômicas.

Nesse recorte também percebemos uma divisão entre gênero e sexo, por meio das expressões *gênero experimentado/expresso* e *anatomia sexual*, em que funcionam sentidos de que existe uma anatomia sexual e um gênero que é designado e pode ser expresso de outra forma. Aqui é colocado que o sofrimento, a disforia, é causada pelo desencontro entre a anatomia sexual, o gênero designado (que estaria de acordo com essa anatomia) e o gênero expresso. Como vimos anteriormente, esse tipo de visão é bastante violenta com pessoas trans, pois as colocam como incongruentes e, portanto, em um lugar inferior em relação às pessoas cisgênero.

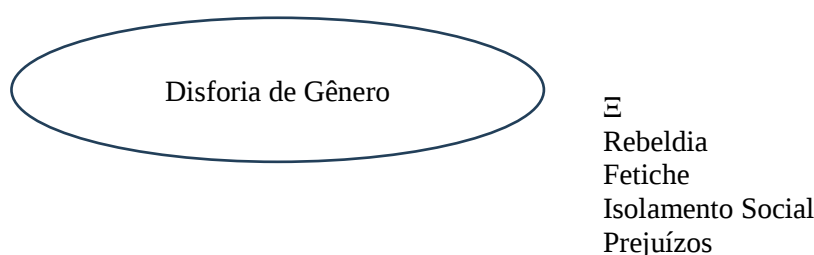
Disforia de Gênero também é reescrita em: *A condição*, que por sua vez se articula por incidência com *está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo*. Nesse enunciado, funcionam sentidos de que a disforia de gênero e prejuízos sociais estão associados, estabelecendo assim uma relação de causa e consequência. Dizemos então que está sendo argumentado, pelo alocutor-cientista e alocutor-cisgênero, que ser trans pode acarretar em um prejuízo no funcionamento social e atividades decorrentes da sociabilidade, como trabalho, estudos e afins. Para fazer essa afirmação, consideramos que a cena enunciativa aqui se configura como: alocutor-cientista e alocutor-cisgênero, alocutário-médico/psicólogo e enunciador universal.

Agora, gostaríamos de propor os seguintes testes parafrásticos para reforçar o que foi dito no parágrafo acima, bem como para compreender melhor como nesse trecho funciona a relação estabelecida entre sociabilidade e disforia:

- a) A disforia de gênero está associada ao isolamento social e prejuízo acadêmico;
- b) Pessoas disfóricas tendem a se isolar da sociedade e apresentarem prejuízos em funções sociais;
- c) Pessoas trans são isoladas da sociedade o que prejudica o seu desempenho em várias áreas da vida.

Percebemos que as opções a) e b) reagem bem com o trecho parafraseado, o que não acontece com a paráfrase c). Isso sugere que no recorte funcionam sentidos de que ser disfórico de gênero acarreta isolamento social. Mas, não funcionam sentidos de que pessoas disfóricas são isoladas da sociedade. Então dizemos que é sustentado pelo alocutor-cientista e alocutor-cisgênero que disfóricos se isolam da sociedade e que por isso ser disfórico prejudica diversas áreas na vida das pessoas.

A partir dessas relações enunciativas, propomos também que alguns sentidos são projetados nesse recorte:



Para nós, Disforia de Gênero, nesse recorte, projeta sentidos de rebeldia, fetiche, isolamento social e prejuízos. Isso instaura sentidos de que pessoas trans são insubordinadas, lascivas, e que por serem disfóricas se isolam da sociedade e passam a apresentar uma série de prejuízos na vida cotidiana. Há nesse recorte um processo de responsabilização de pessoas Disfóricas por déficits e por seu afastamento da sociedade. Para nós esses sentidos que estão funcionando são violentos com pessoas desse grupo, primeiro por colocá-las em um lugar de fetichização e por colocá-las como responsáveis pelo sofrimento que experienciam. Em relação a violência que essas pessoas sofrem, o preconceito não é considerado quando se é falado sobre o isolamento social dessas pessoas.

Vamos agora analisar a categoria diagnóstica intitulada Disforia de Gênero em Adolescentes e Adultos 302.85 (F64.1).

R2 Disforia de Gênero em Adolescentes e Adultos 302.85 (F64.1)

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes: 1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas). 2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).

3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero. 4. Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado). 5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado). 6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado). B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 2014, p. 452-453).

Disforia de gênero em Adolescentes e Adultos é reescrita por expansão em *Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa*, recortando memoráveis de “Trans, Transgênero, Transexual e Travesti”. Logo em seguida ela também é reescrita por enumeração em 1. *Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas)*. 2. *Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas)*. 3. *Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero*. 4. *Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado)*. 5. *Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado)*. 6. *Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado)*.

No primeiro item apresentado na enumeração, a expressão *incongruência* recorta novamente memoráveis de desajuste, assim como no recorte anterior. Nos trechos 2. *Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas)* e 3. *Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero*, percebe-se o uso da expressão *forte desejo*, em que funcionam sentidos de que a Disforia de gênero não seja apenas o descontentamento, mas também um desejo. Contudo, *forte desejo* irá se articular por incidência com *livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias*, o que recorta memoráveis de que pessoas trans possuem uma relação de repulsa com o próprio corpo, ou acreditam que “nasceram no corpo errado”. *Forte desejo* também irá se articular por incidência com *em razão da incongruência acentuada*. Logo abaixo, *forte desejo* é reescrito por repetição e se articula por incidência com *pelas características sexuais*

primárias e/ou secundárias do outro gênero, o que instaura sentidos de que pessoas trans não sejam aquilo que são, mas desejam ser outra coisa além de si.

Por fim, gostaríamos de analisar também o trecho: 6. *Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado)*. Para isso, iremos propor algumas paráfrases:

- a) Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos de homem;
- b) Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos de mulher.

Em ambas as hipóteses, encontramos uma boa reação entre as paráfrases e o trecho original. Ao substituir “outro gênero” por “homem e mulher” propomos que estejam sendo recortados memoráveis como: mulheres são sensíveis; homem não chora; homens são agressivos e mulheres são submissas. Assim, a ideia de gênero nesse manual está intrinsecamente ligada a estereótipos, o que é violento não só com pessoas trans, mas com mulheres cisgênero também, uma vez que, como aponta Scott (1990), o gênero é uma hierarquia criada, em que o homem cisgênero está no topo.

Ao propor que existam sentimentos e reações típicos de cada gênero, percebe-se um funcionamento de estereótipo de gênero no DSM. Contudo, neste manual, os estereótipos de gênero vão além de brincadeiras e comportamentos, envolvendo também categorias como “sentimento” e “reações”. Há também a hipótese de que “sentimentos” recorte memoráveis como “ele se sente mulher”, enunciação comumente utilizada para definir a experiência de pessoas desse grupo.

Iremos agora para a segunda etapa da nossa análise do DSM-V. Nós nos ateremos a trechos recortados da seção intitulada “características diagnósticas”.

R1

Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico. Deve haver também evidências de sofrimento causado por essa incongruência (APA, 2014, p.453).

Assumindo a expressão *incongruências* como origem da análise, observamos que ela é reescrita por substituição em *discrepância* e em *diagnóstico*. Na primeira reescritura citada, encontramos memoráveis de diferença, ou seja, em *incongruência* funcionam sentidos em que corpos trans sejam definidos como um corpo diferente, aquém à norma. Seguindo então para as

relações de articulações que essa expressão estabelece, encontramos *acentuadas*, que se dá por dependência, e *entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso*, que se dá por incidência.

Na articulação por dependência supracitada, funcionam sentidos de que a incongruência experienciada por essas pessoas é intensa. Já na articulação por incidência, podemos interpretar que essa incongruência se refere a experiência de gênero e o modo como a pessoa é percebida.

Discrepância também estabelecerá uma relação de articulação por incidência com: *é o componente central do diagnóstico*. Nela, a *discrepância* é entendida como o componente central da disforia de gênero. Então, a partir dessas relações, diremos que a disforia de gênero aqui é entendida como um sofrimento que tem origem no desencontro de um indivíduo com o gênero que lhe foi designado. Assim, entendemos que, no DSM-V, a responsabilidade desse sofrimento vem da designação de gênero. *Incongruência*, por sua vez, articula-se por incidência com *Deve haver também evidências de sofrimento causado*, em que novamente o sofrimento aparece como um sintoma definidor da disforia.

Vamos agora propor algumas paráfrases para o trecho *Essa discrepância é o componente central do diagnóstico*:

- a) O fato da pessoa se ver e se determinar como gênero diferente do designado ao nascimento é o componente central do diagnóstico;
- b) A designação de gênero ao nascimento e o sofrimento de algumas pessoas por causa dela é o componente central do diagnóstico.

Para nós a primeira paráfrase reage bem com o enunciado original, já a segunda não. Para nós, nesse recorte, a “incongruência” se apresenta como a experiência de indivíduo que recebeu uma designação no momento do seu nascimento e expressa um gênero diferente. Em nenhum momento a designação de um gênero é colocada em discussão enquanto um problema a ser entendido, algo a ser corrigido, o que é patologizada é a relação entre a pessoa e sua forma de viver no mundo. Propomos, assim, que, nesse acontecimento, está em funcionamento o argumento de que o sofrimento tem origem no modo como uma pessoa expressa seu gênero e não no processo de designação de gênero a qual foi imposta.

[...] Meninas pré-puberais com disforia de gênero podem expressar o desejo de serem meninos, afirmar que são meninos ou declarar que serão homens quando crescerem. Preferem usar roupas e cortes de cabelo de meninos, com frequência são percebidas como meninos por estranhos e podem pedir para serem chamadas por um nome de menino. Geralmente apresentam reações negativas intensas às tentativas dos pais de fazê-las usar vestidos ou outros trajes femininos. Algumas podem se recusar a participar de eventos escolares ou sociais que exigem o uso de roupas femininas. Essas meninas podem demonstrar identificação transgênero acentuada em brincadeiras, sonhos e fantasias. Com frequência, sua preferência é por esportes de contato, brincadeiras agressivas e competitivas, jogos tradicionalmente masculinos e ter meninos como pares. Elas demonstram pouco interesse por brinquedos (p. ex., bonecas) ou atividades (p. ex., usar vestidos ou desempenhar papéis femininos em brincadeiras) tipicamente femininos. Às vezes, recusam-se a urinar na posição sentada. Algumas meninas podem expressar o desejo de ter um pênis, afirmar ter um pênis ou que terão um pênis quando forem mais velhas. Também podem afirmar que não querem desenvolver seios ou menstruar (APA, 2014, p. 453).

Como origem da análise, escolhemos o trecho: *Meninas pré-puberais com disforia de gênero*. Esse enunciado se articula por incidência com o trecho seguinte: *podem expressar o desejo de serem meninos, afirmar que são meninos ou declarar que serão homens quando crescerem*. Aqui temos alguns pontos pertinentes a se observar, primeiramente propomos algumas paráfrases no recorte destacado acima:

- a) Meninos trans com disforia de gênero podem expressar o desejo de serem meninos, afirmar que são meninos ou afirmar que são homens quando crescerem;
- b) Não binários com disforia de gênero podem expressar o desejo de serem meninos, afirmar que são meninos ou afirmar que são homens quando crescerem;
- c) Meninas trans com disforia de gênero podem expressar o desejo de serem meninos, afirmar que são meninos ou afirmar que são homens quando crescerem.

Em nosso teste parafrástico, propomos uma sutil mudança da expressão “meninas pré-puberais com disforia de gênero” por “meninos trans” e “meninas trans”. Em nossa interpretação, a primeira opção se apresenta como uma boa paráfrase, o que não acontece na segunda e terceira. Isso acontece porque, a partir das relações enunciativas de articulação apresentadas, não faria sentido dizer que uma “menina trans” ou “pessoas não binárias” desejariam ser homens. Isso nos leva a interpretar que a expressão em análise instaura sentidos análogos a “meninos trans”.

Iremos agora trazer um trecho do manual que ainda não foi analisado e que é relevante para a discussão iniciada no parágrafo anterior. No início do capítulo, encontramos: *Aqui, os*

termos sexo e sexual referem-se aos indicadores biológicos de masculino e feminino (compreendidos no contexto de capacidade reprodutiva), como cromossomos sexuais, gônadas, hormônios sexuais e genitália interna e externa não ambígua (APA, 2014, p. 451). Partindo desse trecho, podemos interpretar que, quando no manual está escrito que um menino trans é menina, isso significa que nele estão sendo consideradas as características biológicas dos corpos. Assim, podemos perceber o quanto é importante para a constituição do diagnóstico “Disforia de Gênero” a divisão entre sexo e gênero, bem como o modo como as Ciências Biológicas aqui assumem um papel importante em detrimento de outras. Contudo, reescrever meninos trans ou pessoas não binárias como meninas com disforia de gênero recorta memoráveis de que meninos trans não são meninos de verdade.

Esse memorável é reforçado nos trechos em que *meninas pré-puberiais com disforia de gênero* são reescritas por elipse, como em: *()Preferem usar roupas e cortes de cabelo de meninos, com frequência () são percebidas como meninos por estranhos e podem pedir para serem chamadas por um nome de menino*. Aqui, podemos notar que essas reescrituras se articulam por incidência com os verbos *percebidas* e *chamadas*, ambos flexionados no gênero feminino.

O mesmo ocorre em: *Geralmente apresentam reações negativas intensas às tentativas dos pais de fazê-las usar vestidos ou outros trajes femininos*, em que *meninas pré-puberiais com disforia de gênero* são reescritas por condensação em *las*. Observamos outros exemplos disso em: *Algumas podem se recusar, Essas meninas podem demonstrar, Elas demonstram pouco interesse, Algumas meninas* e em *velhas*. Em todos esses exemplos, aquilo que assumimos anteriormente como “meninos trans” é reescrito incessantemente em palavras flexionadas no gênero feminino.

Gostaríamos de destacar também que, no trecho *Geralmente apresentam reações negativas intensas às tentativas dos pais de fazê-las usar vestidos ou outros trajes femininos*, estão sendo recortados memoráveis de rebeldia e desobediência. Dizemos isso levando em consideração o trecho *reações negativas intensas*, em que o alocutor-cientista e alocutor-cisgênero sugere ao alocutário-psicólogo/médico que pessoas trans possam ser crianças difíceis de lidar.

Outro ponto que nos chamou a atenção é a relação estabelecida entre roupas e gênero nos trechos: *Algumas podem se recusar a participar de eventos escolares ou sociais que exigem o uso de roupas femininas; Elas demonstram pouco interesse por brinquedos (p. ex., bonecas) ou atividades (p. ex., usar vestidos ou desempenhar papéis femininos em brincadeiras) tipicamente femininos*. Novamente são recortados memoráveis de estereótipos de gênero. No

que se refere aos estereótipos, nesse recorte também encontramos uma relação entre eles e brincadeiras e brinquedos. *Bonecas* ao reescrever *brinquedos* instaura sentidos de que bonecas são brincadeiras de menina. Os estereótipos de gênero também aparecem nos recortes: *Com frequência, sua preferência é por esportes de contato, brincadeiras agressivas e competitivas, jogos tradicionalmente masculinos e ter meninos como pares*” e *“Às vezes, recusam-se a urinar na posição sentada*. Estão sendo recortados aqui memoráveis de que homens são agressivos e que a competitividade é algo intrínseco à masculinidade. Também funcionam sentidos em que a forma de urinar esteja relacionada à expressão de gênero.

R3

Meninos pré-puberais com disforia de gênero podem expressar o desejo ou afirmar que são meninas ou que serão meninas quando crescerem. Preferem usar trajes de meninas ou de mulheres ou podem improvisar roupas com qualquer material disponível (p. ex., usar toalhas, aventais e xales como cabelos longos ou como saias). Essas crianças podem desempenhar papéis femininos em brincadeiras (p. ex., brincar de “mãe”) e com frequência se interessam intensamente por bonecas. Na maioria das vezes, preferem atividades, jogos estereotípicos e passatempos tradicionalmente femininos (p. ex., “brincar de casinha”, desenhar quadros femininos, assistir a programas de televisão ou vídeos com personagens femininos favoritos). Bonecas estereotípicas femininas (p. ex., Barbie) geralmente são os brinquedos favoritos, e as meninas são as companheiras de brincadeira preferidas. Eles evitam brincadeiras agressivas e os esportes competitivos e demonstram pouco interesse por brinquedos estereotipicamente masculinos (p. ex., carrinhos, caminhões). Alguns fingem que não têm pênis e insistem em urinar sentados. Mais raramente, podem dizer que sentem repulsa pelo pênis ou pelos testículos, que gostariam que eles fossem removidos ou que têm, ou gostariam de ter, uma vagina (APA, 2014, p. 453-454).

Aqui encontramos semelhanças com recorte anterior, a começar pelo fato de que *meninos pré-púberes com disforia de gênero*, a partir das relações enunciativas estabelecidas, possa ser interpretado como “menina trans”. É percebida também a articulação frequente entre suas reescrituras e verbos flexionados no gênero masculino, ou reescrituras flexionadas no masculino, como por exemplo, em *Eles* e *alguns*.

Percebemos também um funcionamento de estereótipos de gênero no texto envolvendo brincadeiras, roupas, comportamentos. Contudo, aparecem aqui algumas especificidades que gostaríamos de chamar a atenção. Começando pelo trecho: *Preferem usar trajes de meninas ou de mulheres ou podem improvisar roupas com qualquer material disponível (p. ex., usar toalhas, aventais e xales como cabelos longos ou como saias)*, aqui, *trajes de meninas ou mulheres* é reescrito por substituição em *aventais*, o que instaura sentidos de que aventais sejam

roupas de meninas. Essa relação enunciativa recorta memoráveis como “lugar de mulher é na cozinha”.

No trecho *Essas crianças podem desempenhar papéis femininos em brincadeiras* (p. ex., *brincar de “mãe”*), também aparece algo que nos chama a atenção. *Essas crianças* reescreve por substituição *meninos pré-puberiais com disforia de gênero* e se articula por incidência com *podem desempenhar papéis femininos em brincadeiras*. O trecho *papeis femininos em brincadeiras* é reescrito por substituição em *brincar de “mãe”*, o que instaura sentidos de que ser mãe é um papel intrinsecamente feminino. Então propomos que estejam sendo recortados memoráveis de que o papel da mulher é ser mãe.

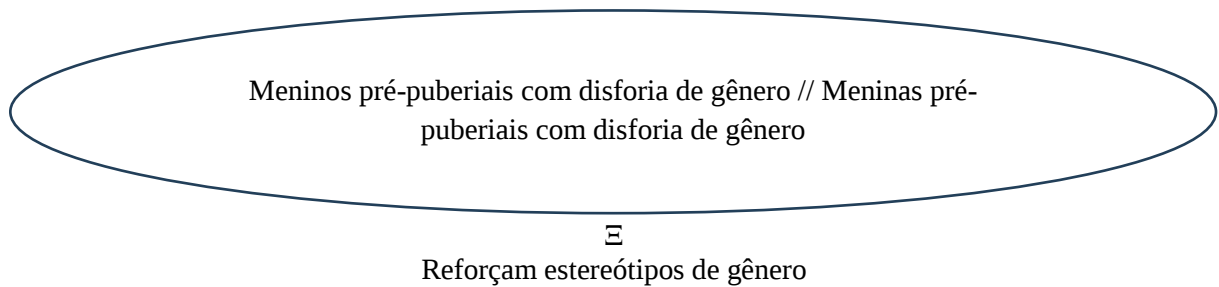
No trecho *Na maioria das vezes, preferem atividades, jogos estereotípicos e passatempos tradicionalmente femininos* (p. ex., “*brincar de casinha*”, *desenhar quadros femininos, assistir a programas de televisão ou vídeos com personagens femininos favoritos*), destacamos uma reescrituração por elipse antes da conjugação do verbo preferir, que se articula por incidência com *passatempos tipicamente femininos*. *Passatempos tipicamente femininos* é reescrito por expansão em *brincar de casinha, desenhar quadros femininos, assistir a programas de televisão ou vídeos com personagens femininos favoritos*. A partir das relações enunciativas descritas, sugerimos que, em *brincar de casinha*, esteja recorte memoráveis de “lugar de mulher é no lar”, “a mulher cuida da casa”, entre outros.

No trecho *Eles evitam brincadeiras agressivas e os esportes competitivos [...], eles é* uma reescrituração por substituição de *meninos pré-puberiais com disforia de gênero*. *Eles* se articula por incidência com *evitam brincadeiras agressivas e os esportes competitivos*. Assim, propomos que esteja sendo sustentado pelo alocutor-cientista que mulheres não são agressivas e nem competitivas, o que recorta a um memorável de “sexo frágil”.

Afirmamos assim que *meninos pré-puberiais com disforia de gênero* recorte memoráveis de que mulheres trans e travestis são mulheres de verdade. Nascimento (2021) faz um paralelo entre a mulher trans e a mulher preta, apontando o modo como ambas não foram reconhecidas enquanto mulheres na história. Ela retoma a provocação que Sorojourner faz, quando se pergunta se ela não é uma mulher, Letícia Nascimento traz isso para comunidade trans e se pergunta: *mulheres trans não poderiam ser mulheres?*

A partir dessas análises, propomos que, nessa seção que acabamos de analisar, estejam sendo projetados sentidos de que pessoas trans reforçam estereótipos de gênero. Justificamos essa ideia partindo do pressuposto de que os estereótipos sejam cruciais no diagnóstico de disforia de gênero. Sendo assim, pessoas trans são colocadas como reprodutoras dessas normas, o que é bastante violento e estereotipante com esse grupo social.

Assim propomos a seguinte DPS:



Analisaremos agora um trecho em que o manual descreve o desenvolvimento da disforia em adultos:

R1

[...] Alguns adultos podem sentir desejo intenso de pertencer a um gênero diferente e de ser tratados como tal e podem ter a convicção interior de sentirem e reagirem como o gênero experimentado sem procurar tratamento médico para alterar as características corporais. Eles podem encontrar outras maneiras de solucionar a incongruência entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado, vivendo parcialmente o papel desejado ou adotando um papel de gênero que não seja convencionalmente masculino nem convencionalmente feminino (APA, 2014, p. 454).

Nesse trecho, assumimos que *alguns adultos* reescreva por substituição “pessoas com disforia de gênero”, portanto reescreve pessoas trans e afins. Identificamos também articulações por incidência entre: *alguns adultos*; *desejo intenso de pertencer a um gênero diferente de ser tratados como tal*; *podem ter a convicção interior de sentirem e reagirem como o gênero experimentado sem procurar tratamento médico para alterar as características corporais*. Nesse trecho, funcionam sentidos de que disfóricos de gênero, além de possuírem um desejo intenso, sentem-se do gênero oposto ao que lhe foi designado. Propomos que a expressão *convicção interior* recorte memoráveis de “crença”. Observamos também que o trecho *alterar características corporais* se articula por incidência com *tratamento*. Aqui, sugerimos que *tratamento* recorte ao memorável de doença, o que instaura sentidos de que intervenções estéticas sejam uma forma de se curar uma pessoa trans.

Abaixo, *disforia de gênero* é reescrita por expansão nas expressões *incongruência entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado*, que por sua vez se articula por incidência com *vivendo parcialmente o papel desejado ou adotando um papel de gênero que não seja convencionalmente masculino nem convencionalmente feminino*. Aqui, temos um detalhe importante a se considerar, o trecho *vivendo parcialmente o papel desejado* instaura

sentidos de que pessoas trans que não estejam no comportamento de forma estereotipada não estejam sendo trans. Assim, para nós, nesse recorte funcionam sentidos de que só se é trans quando se corresponde a determinados estereótipos de gênero. A partir desse funcionamento enunciativo, perguntamo-nos: *uma pessoa trans que não está vestindo roupas esperadas para a sua expressão de gênero, nesse momento, não está sendo uma pessoa trans? Elas só vivem parcialmente a sua transgeneridade?*

Vamos analisar então outra parte do capítulo, as Características Associadas que apoiam o diagnóstico:

R1

[...] No momento em que surgem sinais visíveis de puberdade, os meninos podem depilar as pernas aos primeiros sinais de crescimento de pelos (APA, 2014, p. 454).

Neste trecho, *meninos* recorta memoráveis de “meninas trans”, assim observamos novamente pessoas trans sendo tratadas a partir dos seus gêneros designados ao nascimento. Assim propomos que *meninos* irá recortar a um memorável de “não é menina de verdade”. *Meninos* também irá se articular por incidência com *podem depilar as pernas aos primeiros sinais de crescimento de pelos*. Nesse trecho, encontramos outro funcionamento de estereótipo de gênero, dessa vez voltado à presença de pelos no corpo, ou seja, funcionam sentidos de que meninos são peludos e meninas se depilam.

Gostaríamos de comparar esse trecho com um texto transfeminista de Letícia Nascimento (2021):

Mulheres transexuais e travestis podem manter pelos corporais em seus rostos, braços e pernas. Muitas mulheres cisgêneras também possuem pelos, em maior ou em menor quantidade, em axilas, vaginas, rostos, braços e pernas, algumas até por “disfunções hormonais” (hirsutismo).

Vamos começar a nossa análise pelas expressões *Mulheres transexuais e travestis* que se articulam por incidência com *podem manter pelos corporais em seus rostos, braços e pernas*, instaurando sentidos de que a presença de pelos no corpo não está relacionada a ser trans, travesti ou não. Inclusive, demarca-se que ter pelos no corpo ou não faz com que uma mulher cisgênero não seja uma mulher.

A seguir vamos observar um trecho de uma matéria com Paul Preciado, que é professor, pesquisador e trans, em que ele também fala sobre pelos e transição:

No meu corpo, meus pelos não crescem de acordo com as restrições estabelecidas pela reorientação de minha subjetividade em direção ao masculino: em meu rosto, o pelo cresce em lugares que não têm significado aparente, ou param de crescer onde sua presença indicaria a forma “correta” de uma barba¹¹.

Aqui *pelos* se articula por incidência com *não crescem de acordo com as restrições estabelecidas pela reorientação de minha subjetividade em direção ao masculino*, instaurando sentidos de que, no seu corpo, os pelos não se relacionam com determinado padrão de masculinidade e nem se relacionam com a construção de sua subjetividade. Na cena enunciativa desse segundo recorte temos um falante agenciado em alocutor-transgênero.

Os textos de autores trans são bastante diferentes em relação ao texto do DSM, no qual temos o alocutor-cisgênero. Enquanto no diagnóstico de Disforia de Gênero a relação entre indivíduo e seus pelos é estereotipada, em Preciado, os pelos não se relacionam com o seu gênero.

Vamos agora para mais um recorte do DSM V.

R2

[...] Adolescentes que vivem em ambientes receptivos podem expressar abertamente o desejo de ser e de ser tratados como o gênero experimentado e vestir-se parcial ou totalmente de acordo com esse gênero, ter corte de cabelo típico do gênero experimentado, buscar, de preferência, fazer amizade com pares do outro gênero e/ou adotar um novo nome consistente com o gênero experimentado (APA, 2014, p. 454).

No recorte acima, *Adolescentes* se articula por incidência com: *que vivem em ambientes receptivos*; com *podem expressar abertamente o desejo de ser e de ser tratados como o gênero experimentado*. Isso instaura sentidos de que condições ambientais contribuam para atenuar o sofrimento de pessoas trans. O que não fica claro no texto é se esses adolescentes estão experienciando *disforia de gênero*, uma vez que, em ambientes acolhedores, tais crianças e adolescentes podem ser o que quiserem em relação ao gênero. Sendo assim, propomos as seguintes paráfrases:

- a) Adolescentes Disfóricos de gênero que vivem em ambientes receptivos podem expressar abertamente o desejo de ser e de ser tratados como o gênero experimentado;

¹¹Disponível em: <https://subspeciealteritatis.wordpress.com/2020/02/05/meu-corpo-nao-existe-paul-b-preciano/>

- b) Adolescentes em geral que vivem em ambientes receptivos podem expressar abertamente o desejo de ser e de ser tratados como o gênero experimentado.

Ao propor esses testes, conseguimos visualizar que ambas as opções parecem parafrasear bem o recorte original. A nossa hipótese é que o fator ambiental funcione tanto como uma possível ferramenta para atenuar o sofrimento de um disfórico, como o catalisador da disforia. Ou seja, sugerimos que estejam funcionando sentidos de que um ambiente hostil possa piorar os quadros de disforia, assim como se pode interpretar que a Disforia de gênero possa ser resultado de um ambiente hostil em relação à livre expressão de gênero de um adolescente.

R3

Antes da redesignação de gênero, adolescentes e adultos com disforia de gênero estão sob risco elevado de ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio. Após a redesignação de gênero, a adaptação pode variar, e o risco de suicídio pode persistir (APA, 2014, p. 455).

Nesse recorte, *Adolescentes e adultos e com disforia de gênero* se articulam por dependência e formam um grupo nominal. Esse grupo se articula por incidência com *estão sob risco elevado de ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio*, o que produz sentidos de desenvolvimento. Assim, pode-se interpretar que “disfóricos de gênero” são propensos à ideação suicida e ao suicídio. Gostaríamos de destacar também a expressão *redesignação de gênero*, que recorta memoráveis de vaginoplastia, faloplastia e outras cirurgias que modificam características corporais. Há também uma relação de articulação por incidência entre *Após a redesignação de gênero* e *o risco de suicídio pode persistir*, o que instaura sentidos de que passar por intervenções cirúrgicas não torna uma pessoa trans menos suscetível ao suicídio.

A interpretação que se pode ter é que, na relação estabelecida entre *disforia* e *suicídio*, uma se apresenta como condição para a outra. Tal como podemos ver neste recorte, ainda que haja uma transformação física, o risco de suicídio ainda é possível. A partir disso, propomos que essas relações instauram sentidos de que a ideação suicida é algo que pode estar relacionada à disforia.

Nos parágrafos acima, foi observado que, no DSM V, a experiência disfórica de pessoas dissidentes da norma de gênero pode se relacionar com o grau de aceitação ambiental, o que nos deixa no seguinte questionamento: *nesse texto, a não aceitabilidade social pode ser um*

fator de desencadeamento de tentativas de suicídio? Uma das respostas a esse questionamento parece estar na ideia de que as cirurgias não resolvem a questão da ideação suicida.

Agora, propomos o seguinte questionamento: *uma vez que as intervenções médicas se apresentam como uma alternativa para a diminuição dos sintomas desse diagnóstico, por que mesmo com as interferências corporais isso continua?* Essa pergunta parece não estar respondida no DSM-V. Por não responder a essa questão, argumentativamente, o sujeito disfórico aparece no texto como a origem de sua dor, pois é ele que é incongruente. Portanto é a origem do desejo de terminar a sua vida. Para reforçar a nossa hipótese, propomos as seguintes paráfrases:

- a) Pessoas trans e afins estão suscetíveis ao suicídio, ainda que passem por intervenções cirúrgicas de afirmação de gênero;
- b) Pessoas trans são pessoas suicidas em potencial ainda que passem por intervenções cirúrgicas de afirmação de gênero;
- c) Pessoas trans podem apresentar comportamentos suicidas.

A partir dessas três paráfrases propostas, gostaríamos de observar que as duas primeiras parecem reagir bem com o recorte original – o mesmo não acontece com a nossa terceira. Justificamos essa afirmação levando em conta a expressão “risco elevado”, que sugere uma propensão, probabilidade.

A nossa proposta é que aqui estão sendo projetados sentidos de que pessoas trans são suicidas.

Iremos analisar agora recortes do texto que estão na sessão “Desenvolvimento e Curso”, na qual é explicado como o diagnóstico se comporta e como se desenvolve, tanto em crianças como adolescentes e adultos.

R1

Visto que a expressão da disforia de gênero varia com a idade, há grupos de critérios separados para crianças versus adolescentes e adultos. Os critérios para crianças são definidos de maneira mais comportamental e concreta do que aqueles para adolescentes e adultos. Muitos dos critérios básicos fundamentam-se nas diferenças comportamentais de gênero bem comprovadas entre meninos e meninas com desenvolvimento normal (APA, 2014, p. 455).

Tomaremos como origem da análise a palavra *critérios*. Observamos que ela se articula por incidência com: *para crianças*. Observamos também que *Adolescentes e adultos* se articulam por coordenação com *crianças*. Essa articulação se dá pela presença da palavra *versus*, que instaura sentidos de oposição entre ambas. Assim, pode-se interpretar que os critérios diagnósticos são diferentes quando considerada a faixa etária do paciente.

Critérios também é reescrito por repetição, sendo essa reescrituração se articulando por incidência com: *crianças e comportamental e concreta*. Observamos que *comportamental e concreta* se articulam por coordenação e que *concretos* recorta memoráveis de empirismo, evidência e ciência.

Logo abaixo, há também uma reescrituração por repetição de *critérios*, que por sua vez se articula por dependência com *básicos*. *Critérios básicos*, para nós, recorta memoráveis de obviedade e necessidade, em que a heteronormatividade é colocada como necessária. *Critérios* também se articula por incidência com *fundamentam-se nas diferenças comportamentais de gênero bem comprovadas entre meninos e meninas com desenvolvimento normal*. Aqui, os estereótipos de gênero apresentam-se como “dados científicos”, uma vez que *diferenças comportamentais* de gênero se articula por dependência com *bem comprovadas*. A expressão *normal* também irá recortar memoráveis de que pessoas trans são “anormais”.

Nesse recorte, percebemos que há uma naturalização dos comportamentos em relação ao gênero. Como aponta Nascimento (2021), é necessário parar de se entender o gênero como uma essência, porque é só a partir da desnaturalização da diferença entre os gêneros que é possível perceber o funcionamento do machismo, sexismo e do patriarcado, bem como compreender as experiências de pessoas trans, transexuais, travestis e transgênero, que só podem ser completamente compreendidos fora da naturalização do gênero.

Iremos agora analisar recortes voltados ao desenvolvimento da Disforia de Gênero quando apresentados sem a presença de “transtorno de desenvolvimento sexual”.

R1

Tanto entre indivíduos do sexo masculino como entre indivíduos do sexo feminino ao nascimento com evidências de persistência da disforia de gênero, quase todos sentem atração sexual por indivíduos do seu sexo de nascimento [...] (APA, 2014, p. 456).

Nesse trecho, *Indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino* articulam-se por coordenação, ao passo que ambos também se articulam por dependência com *ao nascimento*.

Aqui novamente voltamos à questão do *sexo masculino* e *sexo feminino*, em que ambos são colocados como verdades científicas e, portanto, absolutas, uma vez que – como já dissemos anteriormente – o manual coloca num lugar de evidência as Ciências Biológicas. A questão é que, como já discutimos neste trabalho, o sexo também é discursivo, é uma categoria social assim como o gênero. O sexo não é anatômico nem cromossômico, mas sim algo que é construído pela cientificidade das Ciências Naturais, não é natural (Nascimento, 2021).

Tanto *indivíduos do sexo masculino* como *indivíduos do sexo feminino* são reescritos por condensação em *todos*, que por sua vez se articula por dependência com *quase* e por incidência com *sentem atração sexual por indivíduos do seu sexo de nascimento*, o que recorta memoráveis de heteronormatividade. Essa afirmação só faz sentido quando consideramos duas teorias importantes para a história da transexualidade: a teoria de Harry Benjamin, para quem transexuais de verdade deveriam se atrair pelo sexo oposto, e a teoria da autoginefilia, proposta por Ray Blanchard, em que basicamente as mulheres transexuais seriam aquelas que se atraem apenas por homens. Essas ideias ignoram a diversidade de gênero nessa comunidade e desqualificam a experiência de mulheres trans que se relacionam com outras mulheres (Pagliarini Bagagli, 2021).

Para visualizar melhor esses sentidos funcionando, propomos as seguintes paráfrases:

- a) Mulheres trans geralmente sentem atração por homens;
- b) Homens trans geralmente sentem atração por mulheres.

Entendendo que ambas as opções parafraseiam bem o recorte anterior, propomos que esteja sendo sustentado pelo alocutor-cientista e alocutor-cisgênero que pessoas trans e afins devem ser heterossexuais.

Conforme aponta Rubin (1993), gênero não é apenas um correlato do sexo, as características sociais de um corpo sexuado. O conceito de gênero também obriga corpos sexuados a desejarem sexualmente corpos com outros gêneros. Assim o gênero não depende apenas do homem e da mulher, mas também da necessidade da heterossexualidade. Dessa forma, falar de gênero é também falar do apagamento da homossexualidade. Para ela, a organização social do sexo é baseada no gênero, na repressão da mulher, sua sexualidade e na obrigatoriedade da heterossexualidade.

Tanto em adolescentes como em adultos do sexo masculino ao nascimento há duas grandes trajetórias para a disforia de gênero: de início precoce e de início tardio. A disforia de gênero de início precoce começa na infância e continua na adolescência e na vida adulta; ou, ainda, pode haver um período intermitente em que cessa a disforia de gênero e esses indivíduos se identificam como gays ou homossexuais, ocorrendo, em seguida, a recorrência da disforia de gênero. A disforia de gênero de início tardio ocorre ao redor da puberdade ou bem mais tarde na vida (APA, 2014, p. 456).

Neste recorte, *Disforia de gênero* se articula por dependência com *de início precoce* e *de início tardio*, produzindo sentidos de especificação. *Disforia de gênero de início precoce* se articula por incidência com *começa na infância e continua na adolescência e na vida adulta*, produzindo sentidos de desenvolvimento. Para nós, a partir das relações enunciativas entre *precoce* e *infância*, propomos que *precoce* irá recortar memoráveis de “ela é muito nova para decidir sobre isso”, “crianças são muito novas para essas coisas de gênero”. Assim, a *Disforia de gênero de início precoce* instaura sentidos de “hora errada”, de “antes da hora”.

Disforia de gênero irá se articular por dependência com *de início tardio*. O grupo nominal que se forma a partir dessa relação de articulação irá se articular por incidência com *ocorre ao redor da puberdade ou bem mais tarde na vida*. Propomos que *tardio* também recorte memoráveis de “hora errada”.

Gostaríamos de comparar esse trecho com outro do Paul Preciado:

A temporalidade de meu corpo trans é o presente não-representado: não é definida pelo que era antes, nem pelo que presumimos que deverá se tornar. Não há conjunto de regras que responda a um antes ou a um depois. A transição não é um projeto reformador, mas revolucionário.¹²

Vamos tomar como origem a expressão *temporalidade*, que se articula por incidência com *meu corpo trans*. *Temporalidade do meu corpo trans* é reescrita por elipse em *() não é definida pelo que era antes, nem pelo que presumimos que deverá se tornar* se articulando com o resto do enunciado por incidência. Essa relação enunciativa instaura sentidos de que o se compreender como um pessoa trans não é algo que é marcado por um antes e um depois, portanto não pode ser nem tardia, nem precoce, uma vez que o tempo das pessoas trans não é o tempo das pessoas cisgênero. Ao considerar isso, observamos mais uma vez a diferença entre um alocutor-trans e um alocutor-cisgênero, onde o segundo fala do corpo trans a partir de uma óptica estereotipada e que toma a cisgêneridade enquanto referência.

¹²Disponível em: <https://subspeciealteritatis.wordpress.com/2020/02/05/meu-corpo-nao-existe-paul-b-preciado/>

Outro ponto importante nesse recorte do Preciado é que nele a transição é colocada não como um projeto reformador e sim revolucionário. Aqui, *reformador* instaura sentidos de um corpo que queira se transformar em outro em que ele não é, sentido bastante recorrente na CID e no DSM. Preciado propõe que a transição seja revolucionária, portanto, não seria reformar um corpo dentro dos padrões de gênero, consertar um corpo incongruente, mas para ele, ser trans é tensionar essa estrutura normalizante de gênero e sexo, é revolucionar essas estruturas fixas.

A partir dessas análises, hipotetizamos que está sendo argumentado pelo alocutor-cientista e alocutor-cisgênero que se reconhecer enquanto trans na infância é algo precoce e na vida adulta algo tardio. Isso instaura sentidos de que as pessoas sempre se reconhecem como trans na “hora errada”.

Vamos agora observar o trecho: *ou, ainda, pode haver um período intermitente em que cessa a disforia de gênero e esses indivíduos se identificam como gays ou homossexuais, ocorrendo, em seguida, a recorrência da disforia de gênero*. Aqui, *disforia de gênero* se articula por incidência com *pode haver um período intermitente em que cessa*. *Disforia* também irá se articular por incidência com *esses indivíduos se identificam como gays ou homossexuais*.

Nesse trecho, percebem-se funcionamentos em que há uma forte ligação entre gênero e sexualidade, de modo que se pode interpretar que exista uma relação direta entre transgeneridade e homossexualidade. Também funcionam sentidos de que, em determinados momentos em que a intensidade da disforia de gênero estiver mais baixa, uma menina trans poderá se identificar como homossexual.

A partir disso, propomos que nesse trecho são recortados memoráveis de que “pessoas trans de verdade são heterossexuais” e de que “pessoas trans eram homossexuais com disforia de gênero”, instaurando sentidos de que o que diferenciaria uma pessoa homossexual de uma pessoa trans seria a disforia de gênero. Assim, propomos também que esteja sendo novamente funcionando sentidos em que a Disforia de Gênero se mostra como necessária na experiência de pessoas trans.

Em relação aos Fatores de Risco e Prognóstico, teremos:

R1 Ambientais.

[...] Fatores predisponentes adicionais que estão sendo avaliados, especialmente em indivíduos com disforia de gênero de início tardio (adolescência, vida adulta), incluem a transformação do travestismo fetichista habitual em autoginecofilia (i.e., excitação sexual associada ao pensamento ou à imagem de si mesmo como uma mulher) e outras formas mais gerais de problemas sociais, psicológicos ou do desenvolvimento (APA, 2014, p. 457).

Tomando como origem da análise a expressão *disforia de gênero*, observamos que ela estabelece uma relação de articulação por dependência com *de início tardio*. Esse grupo nominal é reescrito por substituição em *adolescência* e *vida adulta*.

Fatores predisponentes irá articular por incidência com: *incluem a transformação do travestismo fetichista habitual em autoginecofilia (i.e., excitação sexual associada ao pensamento ou à imagem de si mesmo como uma mulher) e outras formas mais gerais de problemas sociais, psicológicos ou do desenvolvimento*. Assim podemos dizer que nesse recorte é estabelecida uma relação entre *Disforia de Gênero, travestismo fetichista e problemas sociais, psicológicos e do desenvolvimento*.

A partir da articulação por coordenação que *outras formas mais gerais de problemas sociais psicológicos ou do desenvolvimento* estabelece com *travestismo fetichista*, podemos interpretar que tanto travestismo fetichista quanto a disforia de início tardio são problemas sociais, psicológicos e do desenvolvimento. Isso recorta memoráveis de patologização e também instaura sentidos de que pessoas trans são um problema social, ou se tornam trans por causa de problemas sociais.

R2 Consequências Funcionais da Disforia de Gênero

A preocupação com desejos transgêneros pode se desenvolver em todas as idades depois dos primeiros 2 a 3 anos de infância e frequentemente interfere nas atividades diárias. Em crianças mais velhas, o fracasso em desenvolver relacionamentos e habilidades típicas da idade com pares do mesmo sexo pode resultar no isolamento dos grupos de pares e em sofrimento. Algumas crianças podem se recusar a ir à escola por causa de provocações e de assédio ou pressão para se vestir conforme o gênero designado. Em adolescentes e adultos, a preocupação com desejos transgêneros também interfere com frequência nas atividades diárias. As dificuldades de relacionamento, incluindo problemas de relacionamento sexual, são comuns, e o funcionamento na escola ou no trabalho pode ser prejudicado. A disforia de gênero, juntamente com a expressão atípica de gênero, está associada a níveis elevados de estigmatização, discriminação e vitimização, levando a autoconceito negativo, taxas elevadas de comorbidade de transtorno mental, abandono escolar e marginalização econômica, incluindo desemprego, com todos os riscos correspondentes na área social e de saúde mental, principalmente no caso de indivíduos de famílias pobres. Além disso, o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde e de saúde mental pode ser impedido por barreiras estruturais, como desconforto institucional ou inexperiência em trabalhar com essa população de pacientes (APA, 2014, p. 458).

O título *Consequências Funcionais da Disforia de Gênero* nos indica que os enunciados que virão irão explicar, ampliar os sentidos de *Consequências Funcionais da Disforia de Gênero*, uma vez que o que virá depois dele será uma reescrituração por expansão de seus

sentidos. Vamos começar pela expressão *desejos transexuais*, que reescreve por substituição *disforia de gênero* e se articula por incidência com *frequentemente interfere nas atividades diárias*, o que instaura sentidos de que ser trans atrapalha a vida diária.

No trecho *Em crianças mais velhas, o fracasso em desenvolver relacionamentos e habilidades típicas da idade com pares do mesmo sexo pode resultar no isolamento dos grupos de pares e em sofrimento*, percebemos funcionando mais uma vez sentidos de isolamento social, contudo, nesse recorte, *isolamento* se articula por coordenação com *sofrimento* e por incidência com *o fracasso em desenvolver relacionamentos e habilidades típicas da idade com pares do mesmo sexo*. Isso instaura sentidos de que *o desejo transexual* acarrete isolamento social e sofrimento. Partindo do pressuposto que todo esse recorte seja uma reescrituração por enumeração de *consequências funcionais da Disforia de gênero*, sugerimos que no DSM-V funcionem sentidos de que o isolamento social faça parte do sofrimento do disfórico. Outros trechos que também se configuram como reescrituração por enumeração do título são: *Algumas crianças podem se recusar a ir à escola por causa de provocações e de assédio ou pressão para se vestir conforme o gênero designado. Em adolescentes e adultos, a preocupação com desejos transgêneros também interfere com frequência nas atividades diárias*. Funcionam aqui sentidos de que assédios e provocações contribuem com o sofrimento passado por esse grupo social.

Logo abaixo, a expressão *disforia de gênero* se articula por incidência com *estigmatização, discriminação e vitimização*. Nesse recorte pode-se interpretar que pessoas desse grupo sofrem tanto com fatores externos como com fatores internos, já que em *vitimização* funcionam sentidos de que a culpa do sofrimento trans também está na pessoa que sofre.

Estigmatização, discriminação e vitimização também se articulam por incidência com: *autoconceito negativo, taxas elevadas de comorbidade de transtorno mental, abandono escolar e marginalização econômica, incluindo desemprego, com todos os riscos correspondentes na área social e de saúde mental, principalmente no caso de indivíduos de famílias pobres*. Em que se estabelece uma situação de causa e efeito na qual o preconceito acarreta em autoconceito negativo, transtorno mental, evasão escolar, entre outros malefícios.

Há um funcionamento em específico que gostaríamos de destacar. Por *consequências funcionais da disforia de gênero* ser o título dessa seção, e da expressão de posse “da”, as questões que aparecem no texto se apresentam como acarretadas pela disforia de gênero. Assim, afirmar que a discriminação é uma consequência da disforia é argumentar que pessoas trans são o motivo da violência que sofrem.

4.4 Considerações

A partir das análises empreendidas, faremos algumas considerações. Ao comparar os recortes selecionados, percebemos algumas regularidades e diferenças que gostaríamos de expor nesta seção.

Começando pela cena enunciativa, percebemos certa unidade em nossas análises, tanto nas duas edições da CID como na do DSM. Em todos os recortes encontramos um alocutor-cientista e um alocutor-cisgênero enunciando a um alocutário-médico/psicólogo.

Entendendo que nos espaços da enunciação os falantes e os lugares sociais em que são agenciados são organizados de forma hierárquica, essa divisão desigual também faz parte do processo de significação, o agenciamento no acontecimento da enunciação também instaura sentidos (Guimarães, 2018). Quando comparamos o primeiro recorte da CID-10 com um trecho do livro da Letícia Nascimento, notamos que, ainda que ambos locutores sejam cientistas, eles falam de lugares científicos diferentes, sendo a CID muito próxima das Ciências Naturais e a da Letícia próxima das Ciências Humanas. Assim, observamos como na CID só o que as Ciências Naturais têm a dizer é considerado, em detrimento das Ciências Humanas.

Outra diferença de sentido entre ambos se encontra no lugar social do dizer sobre corpos trans. Como dito anteriormente, Haraway (1995) aponta que esse modo científico de se dizer sobre gênero e sexualidade é muito próprio do dizer do homem branco, que fala sobre corpos que não são como o seu, que seria a norma. Para nós, o mesmo está acontecendo com o texto da CID.

Para reforçar a ideia de que ser cisgênero é estar agenciado em determinado lugar do dizer, propomos um breve diálogo entre a semântica de Guimarães com o trabalho de Butler (2021), em que ela afirma que o sujeito não é a origem de seu discurso, mas é produzido na linguagem através da performatividade. Assim, ser trans ou ser cisgênero não diz respeito a qualidades biológicas mas sim, performances. Assim, compreendemos que só se é trans ou cisgênero a partir da linguagem. É a partir desse raciocínio teórico que afirmamos que na CID e no DSM o alocutor também é cisgênero.

Então o alocutor-cientista e alocutor-cisgênero, ao enunciar a partir de enunciador-universal, enuncia como alguém que tem a autoridade para definir o que são pessoas Trans, Transgênero, Transexuais, Travestis. O alocutário-médico/psicólogo se apresenta como o lugar social de quem deve aprender sobre essas pessoas, suas características, e diagnosticá-las. Dessa forma, em relação ao funcionamento político desses textos, temos uma figura que está agenciada em um lugar em que pode dizer a verdade sobre tais fenômenos e outra em um lugar

em que se pode diagnosticar pessoas a partir da verdade que lhe é enunciada. Assim, compreendemos que pessoas cisgênero estão autorizadas a falar sobre corpos trans e a dizer a verdade sobre essas vivências.

Comparando os recortes selecionados das duas edições da CID, percebemos que em ambas os estereótipos de gênero parecem ser cruciais para construção da ideia de sexo e de gênero presente nesses materiais.

Percebemos na CID-11 que esses estereótipos aparecem como pré-requisito para o diagnóstico de *Incongruência de Gênero na infância*. Já na adolescência e vida adulta, além dos estereótipos, a ideia de “desejo” entra como parte do diagnóstico.

Identificamos também nas duas edições sentidos de trans, transexual, transgênero e travesti relacionados à patologia. Portanto, afirmamos que em ambas edições a comunidade trans está sendo patologizada. Contudo, é inevitável não notar alguns avanços entre a última e a penúltima edição dessa classificação, já que na CID-10 percebemos certa relação de sentidos entre pessoas trans e fetiche, sendo que isso não acontece na CID-11.

No DSM V, também encontramos relacionados a pessoas trans, transexuais, transgênero e travestis o estereótipo de gênero e fetiche. Para além disso, encontramos questões como: prejuízos sociais, profissionais e suicídio. Contudo, percebemos que nesse manual funcionam sentidos de que a causa dessas questões é a disforia e não preconceito e designação de gênero ao nascimento.

Observamos também que as categorias sexo e gênero possuem papéis centrais na definição dos diagnósticos. Na décima edição da CID, a expressão “sexo” está na maioria das vezes se articulando por dependência com a expressão “oposto”, instaurando sentidos de binariedade. Observamos também que nesse manual a pessoa transexual seria a pessoa que gostaria de mudar o seu sexo, como se essa pessoa já tivesse um sexo que é natural. Questionamos essa posição da CID nos respaldando em Scott (1990) – que nos chama a atenção como o sexo é histórico –, na Letícia Nascimento (2021) – que entende o sexo enquanto construções discursivas – e na Butler (2013) – em que o sexo é entendido como um construto ideal.

Concluimos que a definição do sexo enquanto algo natural é como sendo algo que violenta pessoas trans, já que ela seria o que patologizaria esses corpos. Entender o sexo como algo natural coloca pessoas cisgênero no lugar da normalidade e as pessoas trans no lugar da anormalidade, da patologia, ou seja, na divisão hierárquica do real pessoas trans são colocadas como inferiores a pessoas cisgênero.

Percebemos que na CID e no DSM o sexo aparece enquanto algo que é biológico e o gênero enquanto algo que é social. Iremos discutir agora um pouco sobre as categorias gênero e sexo para observar melhor as relações enunciativas nos recortes que analisamos.

Para Scott (1990) falar sobre gênero é também falar sobre poder. O gênero demarca uma igualdade e desigualdade entre os sujeitos, e por meio do gênero está estabelecida uma estrutura hierárquica entre homens e mulheres. Assim, o gênero não seria apenas a expressão social das diferenças naturais entre os corpos, seria uma forma de assegurar essa desigualdade. Por esse motivo, os estereótipos de gênero seriam tão importantes na CID e no DSM – como corpos trans desafiam essa binariedade e hierarquia, a categoria gênero aparece como uma forma de garantir essa desigualdade.

Além disso, buscamos em Rubin (1993) a ideia de que o gênero não deveria ser entendido como a expressão social das diferenças naturais entre os sexos, já que na verdade ele suprime as semelhanças que existem entre os corpos de “homens” e “mulheres”.

Em Butler (2013) buscamos a ideia de que não existe acesso ao “sexo” sem a sua construção social, assim não é apenas o gênero que é uma ficção, um construto social criado sobre as diferenças naturais dos corpos sexuados – para ela o “sexo” também é.

Dito isso, entendemos que essa divisão entre o sexo e gênero presente na CID 11 e no DSM é equivocada, pois coloca pessoas trans como pessoas que possuem determinados sexos mas que se veem com um gênero diferente. Isso é violento com pessoas trans porque nas pessoas cisgêneros não haveria essa divisão, uma vez que essa cisão entre sexo e gênero seria aquilo que constituiria a categoria incongruência de gênero. Para nós isso coloca pessoas trans num lugar hierarquicamente inferior a pessoas cis e, portanto, seria algo violento.

Essa cisão também instaura sentidos de que pessoas trans querem virar algo que não são – ou seja mulheres trans não são mulheres de verdade porque seu sexo é masculino, e isso faria o corpo incongruente. Ao que parece o uso da expressão *gênero* aqui tenta ser mais inclusiva do que na CID 10, mas acaba caindo no mesmo equívoco de colocar essas pessoas num lugar inferior ao de pessoas cisgênero, colocam-nas como alguém com o corpo errado.

Outro ponto que gostaríamos de levantar em nossas análises é a questão da autodeterminação. Como analisamos anteriormente, o falante agenciado num lugar social de cisgênero está autorizado a falar a verdade sobre pessoas transgênero e as define a partir de uma lógica estereotipada de padrões normativos de gênero que as coloca num lugar inferior ao de pessoas cisgênero. Para nós, por esses motivos, tanto as duas edições da CID quanto o DSM falham na questão da autodeterminação dessas pessoas.

Letícia Nascimento (2021) aponta que a autodeterminação coloca pessoas trans como protagonistas de suas vidas. A autora coloca que profissionais da psicologia se apossam das subjetividades desses corpos, dizem a verdade sobre eles e não deixam que esse grupo social se autodetermine. Ela chama isso de violência colonial, pois retira dessas pessoas o direito à palavra. Segundo Letícia, quando pessoas trans se autodeterminam, elas se opõem ao pensamento colonizador e patologizante, como os encontramos na CID e no DSM. A autora aponta que negar a autodeterminação de pessoas trans, transexuais, transgênero e travestis é uma prática transfóbica.

Gostaríamos de concluir essas considerações fazendo um breve diálogo com a obra de Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Na obra ele fala sobre os universos logicamente estabilizados e as formulações irremediavelmente equívocas.

Pêcheux (2008) discute que supor que há uma independência do objeto em relação ao discurso é dizer que existe um mundo “real”, um mundo onde determinadas coisas são de um jeito e outras são de outro. Ciências como as Ciências da Natureza e a Matemática iriam então apreender o real como se pudéssemos compreendê-lo sem interpretá-lo, como por exemplo um aluno que acerta determinado problema matemático, porque existe uma única resposta certa. Essa ideia procura entender da forma mais eficaz os processos da natureza se opondo assim à interpretação e à adivinhação.

Pêcheux (2008) continua dizendo que esse modo de se pensar o mundo também interfere no modo como identificamos, classificamos, comparamos e ordenamos os indivíduos. Dessa forma, torna-se impossível que uma pessoa seja casada e ao mesmo tempo solteira, trabalhe e esteja desempregada, já que nessa lógica ou a pessoa se encaixa em determinada classificação ou em outra. Então, cientistas e especialistas são colocados como detentores do saber, atuando a partir de proposições lógicas e se opondo à interpretação, as coisas são analisadas sobre um regime do verdadeiro e do falso.

Esses espaços são o que Pêcheux (2008) chamou de espaços logicamente estabilizados, neles se entende que o sujeito sabe do que se fala, já que o enunciado diz respeito a um real que funciona independente da linguagem, a linguagem representaria adequadamente o universo, de forma transparente. Pêcheux aponta que esse método hipotético-dedutivo experimental dessas ciências acaba por homogeneizar o real.

Em nosso trabalho percebemos que tanto a CID quanto o DSM se mostram nesse lugar logicamente estabilizado. Esses manuais se apresentam como aqueles que falam como se apresentassem um real, uma forma natural, existem homens e mulheres. É até possível que um homem vire uma mulher, ou uma mulher vire um homem, mas é impossível ser uma mulher e

não querer brincar de casinha, ou ser um menino e não usar roupas de menino. A CID e o DSM apresentam essa divisão como se fosse o real.

Contudo, através dos nossos estudos enunciativos empreendidos nesses manuais, percebemos como a linguagem aqui não apresenta o mundo “real”, não é transparente, ela é atravessada por memoráveis, pela história. Quando o falante, agenciado em alocutor-cientista, enuncia a partir de um lugar do enunciador-universal, fala da comunidade trans, ele não está apenas falando o “real” sobre pessoas trans, ele fala a partir de um lugar histórico que coloca pessoas trans como subordinadas a pessoas cisgênero, homogeneiza o “real” a esses moldes. Assim, ainda que o DSM e a CID se coloquem nesse lugar do logicamente estabilizado, ele se apresenta a partir do acontecimento da linguagem, no lugar daquilo que Pêcheux (2008) chamou de irremediavelmente equívoco. É como ele fala:

[...] a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de respostas unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas (Pêcheux, 2008, p. 28).

Portanto, mesmo que os enunciados da CID e do DSM se coloquem como logicamente estabilizados eles também são atravessados por proposições irremediavelmente equívocas.

4.5 Análises de Reportagens

Agora iremos, a partir da ideia de trajeto temático, proceder com análises em reportagens publicadas em mídias digitais. Serão 12 reportagens em que as expressões trans, transexual, transgênero e travesti aparecem. As reportagens são de temas variados, abordando desde questões como esportes, sexualidade, cultura popular e violências. Independentemente do tema de cada reportagem, nós as escolhemos por entender que elas procuram, de algum modo, explicar o que são pessoas trans, transsexuais, transgênero ou travestis.

REPORTAGEM 01:

R1 Como ser transgênero foi de 'aberração' e 'doença' a questão de identidade.¹³

Iremos iniciar a nossa análise pelo título da matéria, observando como a expressão *ser transgênero* se relaciona com as demais. Primeiro, observamos que ela se articula por

¹³Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>

incidência com *aberração* e *doença*. O verbo *foi* indica que, em outras enunciações, *ser transgênero* é reescrito por *aberração* e *doença*, e que essa relação não acontece nesse trecho. A confirmação disso vem com *questão de identidade*, que reescreve por substituição *transgênero*. A partir dessas relações, entendemos que *aberração/doença* significam de forma diferente de *identidade*.

A cena enunciativa nesse recorte é dividida da seguinte forma: Alocutor-jornalista, alocutário-leitor e enunciador universal. No que se refere às relações de argumentação estabelecidas no recorte, propomos que o alocutário-jornalista sustenta a conclusão de que *ser trans* não é mais “ser doente” e nem “aberração”, mas sim uma identidade. Então, para nós esse título poderia ser parafraseado como:

- a) *ser transgênero* é uma identidade e não mais uma aberração ou doença, entenda como isso aconteceu.

Assim, nesse acontecimento *ser transgênero* é determinado por *identidade* e estabelece uma relação de antonímia com *aberração* e *doença*.

Vamos agora continuar com a análise do resto da matéria.

R2

Ser transgênero constava até então no capítulo sobre problemas mentais do código da organização, como "distúrbio de identidade de gênero". Agora, muda de nome, para "incongruência de gênero", e passa a integrar um novo capítulo sobre condições relacionadas à saúde sexual.

Assumindo *Ser transgênero* como origem da análise, observamos que essa expressão se articula por incidência com *constava até então no capítulo sobre problemas mentais*, o que nos mostra que esse recorte faz uma referência à décima e décima primeira edição da CID. Com isso identificamos como os sentidos que funcionam na CID e no DSM estão funcionando também aqui nessa reportagem. Há uma reescrituração por elipse em *()muda de nome*, que se articula por incidência com *muda de nome, para incongruência de gênero*, o que instaura sentidos de que *incongruência de gênero* não é a mesma coisa que *problemas mentais*. Percebemos, então, que *incongruência de gênero* estabelece uma relação de antonímia com *problemas mentais*, ao passo que é determinada por *identidade*. Propomos que esteja sendo argumentado pelo alocutor-jornalista que a criação da categoria *incongruência de gênero* fez a transgeneridade ir de aberração e doença à identidade.

Vamos agora para outra parte da matéria:

R3

Transgêneros são pessoas que não se identificam com seu sexo biológico. Pode ser um homem que se enxerga como mulher, uma mulher que se entende como homem ou ainda alguém que acredita não se encaixar perfeitamente em nenhuma destas possibilidades.

Nesse recorte, *Transgêneros* é reescrito por expansão em *pessoas que não se identificam com seu sexo biológico* e depois por enumeração em *homem que se enxerga como mulher, mulher que se entende como homem e alguém que acredita não se encaixar perfeitamente em nenhuma destas possibilidades. Homem que se enxerga como mulher e mulher que se entende como homem* simultaneamente recortam memoráveis como “*pensa que é mulher*”, “*quer ser mulher*” ou “*se sente como homem*”.

Agora faremos uma pontuação em relação à cena enunciativa, para isso vamos observar a expressão *sexo biológico* e os sentidos que estão funcionando nesse recorte. Como dissemos anteriormente, os sentidos que funcionam na CID e no DSM aqui também estão funcionando, sentidos como: a ideia de que ser trans é virar algo que não se é, e a ideia de que o sexo biológico é um parâmetro universal e indiscutível, ou seja, existe alguém com um sexo, e essa pessoa quer mudá-lo.

Vamos agora analisar um trecho de uma reportagem postada no blog Transfeminismo.org por uma transfeminista:

Na verdade, mulheres trans/travestis são vistas como homem apenas para serem discriminadas. “Você é homem”, toda mulher trans e travesti já ouviu isso, mas o único propósito disso é infligir discriminação. Um dos exemplos é expulsão de mulheres trans dos banheiros femininos como aconteceu no shopping em Maceió (Jardim, 2020).

Tomando como origem da análise, a expressão *mulheres trans/travestis* se articula por incidência com *são vistas como homem apenas para serem discriminadas*. Aqui está estabelecida uma relação enunciativa em que *mulheres trans/travestis* se relacionam com a categoria “homens” mediante uma relação de preconceito. Abaixo, *mulher trans e travesti* se articula com incidência com *você é homem e preconceito*, de modo que se reitera o sentido de que há apenas uma relação entre as categorias *mulher trans/travesti* e *homens* a partir do preconceito. A partir da expressão *toda mulher trans e travesti já ouviu isso, mas o único propósito disso é infligir discriminação*, concluímos que o falante enuncia a partir de um

enunciador-coletivo, ou seja como se falasse por toda uma comunidade, comunidade essa na qual ele faz parte, portanto compreendemos assim que o lugar social em que o locutor será agenciado é o de alocutor-transgênero.

Aqui, notamos uma diferença drástica entre as reportagens, uma vez que na primeira, mulher trans pode ser entendida como “homem que se enxerga como mulher”. Essa diferença se dá por dois motivos, a primeira é que os sentidos de “sexo” que funcionam na CID e DSM funcionam aqui, e a segunda é porque há uma diferença nos lugares sociais em que os locutores estão agenciados. Por isso propomos que no segundo recorte tenha em sua cena enunciativa alocutor-trans e alocutor-jornalista e no primeiro um alocutor-cisgênero e alocutor-jornalista, dizemos isso nos respaldando em da Silva (2010b) que aponta que o jornalismo em geral tem um gênero, e o gênero do jornalismo é masculino – e isso está implicado no modo como se noticia.

R4

Há cinco anos, não existe mais qualquer sinal de Marcus. Ele deu lugar de vez à advogada transgênero que hoje trabalha no Grupo Dignidade, uma ONG dedicada à defesa de direitos LGBT, e na área criminal.

Nesse recorte, o trecho *não existe mais qualquer sinal de Marcus* indica o antigo nome da entrevistada. Em *Ele deu lugar de vez à advogada transgênero*, o pronome masculino *ele* também a representa, pois *ele* se articula por incidência com *advogada transgênero*. Para nós, *deu lugar* recorta também ao memorável de “virar”, o que instaura sentidos de que *ele* virou *advogada transgênero*, assim, a constituição da transgeneridade dela dependeu de um *ele*, ainda que *ele* e *transgênero* sejam de natureza distintas. *Deu lugar* também recorta a enunciados do DSM como “meninos que querem virar meninas” ou “meninas que querem virar meninos”. A partir dessas relações argumentativas, iremos propor a seguinte paráfrase:

- a) Ser transgênero é uma questão de identidade, em que um homem quer ser uma mulher ou uma mulher pensa ser um homem.

REPORTAGEM 02

R1

Boris Johnson diz que mulheres trans não devem competir no esporte feminino. Primeiro-ministro britânico disse, nesta quarta-feira (6) que "homens biológicos não devam competir em eventos esportivos femininos". “Não acho que homens biológicos devam competir em eventos esportivos

femininos. E talvez isso seja uma coisa controversa... Mas me parece sensato”, disse o primeiro-ministro¹⁴.

Vamos iniciar destacando uma reescrituração por substituição que acontece entre *homens biológicos* e *mulheres trans*. *Homens biológicos* também se articula por incidência com *não acho*, o que instaura sentidos de que o Locutor enuncia como se fosse a origem do seu dizer.

A seguir, encontramos o enunciado: *talvez isso seja uma coisa controversa... Mas me parece sensato*. Aqui, as expressões *controversa* e *sensato* se articulam por incidência com *não acho que homens biológicos devam competir em eventos esportivos femininos*. A relação entre *controversa* e *sensato* é marcada pelo *mas*, que instaura sentidos de contraste entre as expressões. A expressão *talvez* sugere dúvida ou incerteza, o que indica que, para o Locutor, existe a possibilidade de alguém não achar sua declaração sensata, mas sim, controversa. Contudo, para o Primeiro Ministro, sua fala lhe parece sensata. Assim, conduziremos agora a testes parafrásticos para entender como a argumentação nesse acontecimento se desenvolve. Testaremos as seguintes paráfrases:

- a) Mulheres trans não podem competir em eventos esportivos femininos, pois são homens biológicos;
- b) Ainda que seja controverso, eu acho sensato homens biológicos não competirem com mulheres em eventos esportivos femininos.

Com essas duas paráfrases, identificamos que o alocutor sustenta conclusões de que eventos esportivos femininos são para mulheres e não para homens biológicos, logo, mulheres e homens biológicos são categorias opostas. Também é sustentado que essa divisão seja sensata, ainda que pareça controversa para outros. Considerando que a primeira paráfrase reage bem com o recorte original, identificamos que “homens biológicos” e “mulheres trans” são sinônimos nesses enunciados. Logo, mulheres trans e mulheres são apresentadas como categorias opostas, sendo essa divisão determinada por “sensatez”. Como observamos na reportagem anterior, colocar mulheres trans e homens biológicos em uma mesma categoria é algo transfóbico. Portanto, a fala do ministro seria preconceituosa. A fala dele também recorta aos sentidos de sexo biológico que encontramos na CID e no DSM, assim, conseguimos ver

¹⁴Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/boris-johnson-diz-que-mulheres-trans-nao-devem-competir-no-esporte-feminino/>

que os sentidos de sexo biológico da CID e do DSM estão materializados na conduta preconceituosa do ministro.

Vamos agora para mais um recorte dessa reportagem.

R2

[...] Isso não significa que eu não seja imensamente solidário com pessoas que querem mudar de gênero, fazer a transição e é vital que dêmos às pessoas o máximo amor e apoio para tomar essas decisões.

Nesse trecho, *pessoas que querem mudar de gênero* reescreve *mulheres trans* e *mudar de gênero* recorta memoráveis como “homem que vira mulher”. Nesse trecho identificamos na cena enunciativa um alocutário-político e alocutário-cisgênero (que falam sobre um grupo social do qual não fazem parte) sustentam a conclusão de que mulheres trans são homens que se tornam mulheres. No enunciado *Isso não significa que eu não seja imensamente solidário*, isso reescreve por condensação o enunciado *Não acho que homens biológicos devam competir em eventos esportivos femininos*, que também se articula por incidência com *não significa que eu não seja imensamente solidário*. Assim, propomos que, nesse recorte, estejam funcionando sentidos de que se pode ser solidário com a comunidade trans, ainda que se discorde da presença de mulheres trans em esportes femininos. Podemos ainda ir mais longe, funcionam sentidos de que é possível ser solidário com mulheres trans, ainda que as chame de homens biológicos.

Logo após, temos o enunciado *é vital que dêmos às pessoas o máximo amor e apoio para tomar essas decisões*, em que *amor e apoio* reescrevem por expansão *ser solidário*. Por último, gostaríamos de destacar que *decisões* reescreve por substituição *mudar de gênero*. A partir dessas relações de sentido, testamos as seguintes paráfrases:

- a) Sou solidário com as mulheres trans, mas acho que homens biológicos não devem competir em eventos esportivos femininos;
- b) É vital que dêmos amor e apoio a pessoas que querem mudar de gênero, mas isso não significa que eu não discorde da presença de homens biológicos no esporte feminino.

Entendemos que ambas as paráfrases reagem bem com o recorte original. Assim, percebe-se que o alocutor sustenta sentidos de que você possa discordar da presença de mulheres trans no esporte feminino, sem deixar de ser solidário e dar apoio a elas.

Em todos os recortes dessa reportagem percebemos que a cena enunciativa é dividida politicamente de modo em que o lugar social de cisgênero está autorizado a definir mulheres

trans como homens biológicos, e isso vai de encontro à ideia de autodeterminação de pessoas trans. Portanto, esse tipo de conduta também se enquadra naquilo que Nascimento (2021) chama de violência colonial.

REPORTAGEM 03

R1

Eddie Redmayne se arrepende de interpretar mulher trans em “A Garota Dinamarquesa”. “Na época do lançamento, críticos afirmaram que o papel deveria ter sido atribuído a um ator trans. Questionado, ele concorda e diz que não aceitaria o papel hoje¹⁵.

Nessa reportagem, o título e o subtítulo nos chamam a atenção. *A garota Dinamarquesa* é um filme que conta a história de uma mulher trans, que nesse caso foi interpretada por um homem cisgênero, Eddie Redmayne. O que nos interessa nesse recorte é o trecho *Na época do lançamento, críticos afirmaram que o papel deveria ter sido atribuído a um ator trans*, onde *ator* é uma flexão masculina da profissão de atuar. Partindo do que está sugerido na própria reportagem, em *ator trans* estão funcionando sentidos de mulher trans. Sendo assim, dizemos que *ator trans* recorta memoráveis de que mulheres transgênero são homens biológicos.

Vamos agora observar mais um detalhe em outro recorte:

R2

A Garota Dinamarquesa", filme dirigido por Tom Hooper, é inspirado na história de Elbe, uma das primeiras pessoas a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero.

Aqui, centremo-nos no trecho: *é inspirado na história de Elbe, uma das primeiras pessoas a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero*. Em *é* há uma reescrituração por elipse de *filme*, que se articula por incidência com *inspirado na história de Elbe*. *Elbe*, por sua vez, também é reescrita por expansão em *uma das primeiras pessoas a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero*, reescrituração essa que produz uma especificação do nome reescriturado. *Cirurgia de mudança de gênero* recorta memoráveis de cirurgia de redesignação sexual ou adequação genital, assim, entendemos que nesse texto *gênero* remonta a sexo.

¹⁵Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/eddie-redmayne-se-arrepende-de-interpretar-mulher-trans-em-a-garota-dinamarquesa/#:~:text=Em%20sua%20entrevista%20ao%20%E2%80%9CSunday,o%20astro%20de%2039%20anos.>

A partir do momento em que nesse recorte, gênero, remonta a sexo, isso remete àquilo que já dissemos anteriormente neste trabalho. Segundo a Butler (2013), tanto o gênero quanto sexo são categorias artificiais, uma vez que não se pode falar de sexo sem pensar em gênero, sendo este, discursivo.

REPORTAGEM 04

R1

EUA: Juiz bloqueia diretrizes do governo Biden sobre atletas transgêneros. Para Charles Atchley Jr., normas federais obstruem autonomia das leis estaduais sobre o assunto. Comunicado que a decisão de Atchley “é uma grande vitória para os esportes femininos e para a privacidade e segurança de meninas e mulheres nos banheiros e vestiários da escola”¹⁶.

Em um primeiro momento vamos nos ater ao trecho: *é uma grande vitória para os esportes femininos e para a privacidade e segurança de meninas e mulheres nos banheiros e vestiários da escola*. Nele, *vitória* é uma reescrituração que produz uma totalização a um trecho do título: *Juiz bloqueia diretrizes do governo Biden sobre atletas transgêneros*, em uma reescrituração por condensação. *Vitória* recorta memoráveis como “o bem venceu”, iremos explicar essa relação a seguir. *Vitória* também se articula por dependência com *grande*, o que produz sentidos de intensidade, ou seja, não é apenas uma vitória, é uma grande vitória, importante. Ela também irá se articular por incidência com *para os esportes femininos e para a privacidade e segurança de meninas e mulheres*.

Voltaremos agora para o que estávamos analisando anteriormente que, é o memorável de “o bem venceu”. *Vitória* está articulado com *segurança de meninas e mulheres*. Para nós, *vitória* recorta também memoráveis de “conquista”, de “vencer uma batalha”, o que sugere que exista uma batalha, em que aquilo que assegura a *segurança das mulheres e crianças* foi vitorioso. Entendendo que sentidos de “batalha” sugerem oponentes, argumentativamente, o alocutor sustenta a conclusão de que as diretrizes do governo Biden e o bloqueio do juiz são adversários, e nessa batalha o juiz foi o vitorioso. Assim podemos pensar as seguintes paráfrases:

- a) O bloqueio do juiz representa uma vitória para a segurança das mulheres e crianças;

¹⁶Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-juiz-bloqueia-diretrizes-do-governo-biden-sobre-atletas-transgeneros/>

- b) Diretrizes do governo Biden representam perigo para a segurança de mulheres e crianças.

Aqui, ambas as paráfrases parecem reagir bem com o recorte original. Dito isso, vamos prosseguir com as análises.

R2

Um juiz federal do Tennessee, nos Estados Unidos, bloqueou temporariamente as diretrizes do governo Biden que permitem que trabalhadores e estudantes transgêneros usem banheiros e vestiários e participem de equipes esportivas que correspondam à sua identidade de gênero.

Com esse recorte, podemos ter noção do que tratam as *diretrizes do governo Biden*, uma vez que essa expressão se articula por incidência com *permitem que trabalhadores e estudantes transgêneros usem banheiros e vestiários e participem de equipes esportivas que correspondam à sua identidade de gênero*. Ou seja, diz respeito à autorização de que pessoas trans usem o banheiro e pratiquem esportes de acordo com seu gênero. Contudo, nesse recorte, *pessoas trans* recorta memoráveis de *mulheres trans*. Dizemos isso, uma vez que *segurança de meninas e mulheres nos banheiros* sugere que os banheiros em questão são femininos. Essa relação recorta memoráveis como “travestis são pedófilas” e “homens podem se vestir de mulher para abusar de mulheres”.

Ainda há mais um detalhe a ser observado. Uma vez que argumentativamente é estabelecido pelo alocutor que mulheres trans representam um perigo para mulheres, ambas as categorias são colocadas como opostas. Logo, é sustentada a conclusão de que mulheres trans não são mulheres.

Vamos agora para mais uma reportagem.

REPORTAGEM 05

R1

Técnica permite readequação vocal para pessoas trans; entenda o procedimento. Procedimento para readequação da voz leva cerca de duas horas. Assim como os procedimentos de alinhamento facial, que buscam deixar o formato do rosto com feições mais femininas ou masculinas, também existem tratamentos para o ajuste da voz¹⁷.

¹⁷Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/tecnica-permite-readequacao-vocal-para-pessoas-trans-entenda-o->

Nesse recorte, iremos nos ater à expressão *tratamentos para ajuste de voz*. Essa expressão se relaciona com *também*, que indica condição de equivalência com *procedimentos de alinhamento facial* em uma articulação por incidência. *Procedimentos de alinhamento facial*, por seu turno, também se articula por incidência com *deixar o formato do rosto com feições mais femininas ou masculinas*. Sendo assim, propomos que, no recorte, *ajuste de voz* também é determinado por *mais femininas ou masculinas*. Essa relação enunciativa, para nós, recorta memoráveis de “voz de mulher” e “voz de homem”. *Ajuste*, por sua vez, recorta memoráveis de “conserto”. A partir disso, sugerimos algumas paráfrases:

- a) Assim como em procedimentos de alinhamento facial, também existem tratamentos de ajuste vocal para deixar uma voz mais masculina ou feminina;
- b) A voz de uma pessoa trans pode ser ajustada com tratamentos que deixam a voz mais masculina ou feminina.

Para nós, ambas as opções testadas aqui parafraseiam bem o recorte original. Outro ponto interessante a se observar é que *ajuste* é uma reescrituração por substituição de *readequação*. Em *Readequação*, duas coisas são indicadas, a primeira é que existe um tipo de voz adequada para cada gênero e a segunda é a de que, ainda que uma pessoa transite de gênero, a diferença da voz produzida possa ser consertada, possa ser readequada para o gênero transitado. Dessa forma, aqui também funcionam sentidos de que pessoas trans são desalinhadas ou inadequadas e que possam ser consertadas.

Segundo Letícia Nascimento (2021), essa ideia de que pessoas trans são desalinhadas vem da crença que pessoas cisgênero são naturais e as transgênero são artificiais. Ela ainda comenta que, para pessoas cis, não existe a expressão cirurgia de “adequação de nariz” e sim rinoplastia, nem “adequação de seios” quando pessoas cis colocam silicone ou retiram as mamas por razões estéticas. Assim, expressões como “readequação vocal” são violentas com pessoas trans, uma vez que recortam memoráveis de “incongruência”.

REPORTAGEM 06

R1

As lésbicas acusadas de transfobia por recusarem sexo com mulheres trans. Algumas lésbicas relatam que foram chamadas de transfóbicas por não quererem sexo e relacionamentos com mulheres trans. Uma lésbica é

procedimento/#:~:text=A%20tireoplastia%20%C3%A9%20um%20procedimento,diferentes%20tipos%20de%20dist%C3%BArbios%20vocais.

transfóbica se ela não quer fazer sexo com mulheres trans? Algumas lésbicas dizem que estão sendo cada vez mais pressionadas e coagidas a aceitar mulheres trans como parceiras - depois rejeitadas e até ameaçadas por falarem abertamente sobre isso. Várias falaram à BBC, junto com mulheres trans que também estão preocupadas com o assunto¹⁸.

Vamos começar a nossa análise partindo do trecho: *Algumas lésbicas dizem que estão sendo cada vez mais pressionadas e coagidas a aceitar mulheres trans como parceiras- depois rejeitadas e até ameaçadas por falarem abertamente sobre isso. Algumas lésbicas se articula por incidência com estão sendo cada vez mais pressionadas e coagidas a aceitar mulheres trans como parceiras.* Para nós, em *pressionadas e coagidas* está sendo recortando memoráveis de “estupro”, uma vez que *parceira* instaura sentidos de “parceira sexual” e a partir da ideia bastante difundida na sociedade de que mulheres trans são estupradores e predadores sexuais, conforme aponta Holly Lewis (2016) em sua obra intitulada “The Politics of Everybody: Feminism, Queer Theory and Marxism at the Intersection”. Afirmamos isso levando em consideração o título da matéria, *As lésbicas acusadas de transfobia por recusarem sexo com mulheres trans*, em que a expressão *sexo* aparece. Além disso, funcionam também sentidos de que mulheres cisgênero também estão sendo pressionadas pela sociedade a transarem com mulheres transgênero.

Vamos agora para mais um trecho:

R2

Jennie é uma mulher lésbica. Ela diz que só sente atração sexual por mulheres biologicamente femininas e com vaginas. Ela, portanto, diz que só tem relações sexuais e relacionamentos com essas pessoas.

Aqui nos deparamos com um funcionamento que gostaríamos de destacar. Nesse recorte temos na cena enunciativa o alocutor-jornalista, alocutário-leitor e enunciador-universal, contudo o alocutor-jornalista, através da conjugação do verbo “dizer”, indica que ele enuncia sobre algo que outro alocutor diz, o alocutor-lesbica e alocutor-cisgênero, aqui chamada de Jennie. O que nos interessa aqui é a relação estabelecida entre *biologicamente femininas e com vaginas*, já que ambas se relacionam pela expressão *e* que indica adição, acúmulo de elementos, assim a articulação entre ambas se dá por coordenação. Aqui, funcionam sentidos de que se pode ser biologicamente feminina e não ter vagina, o que traz uma certa confusão, já que biologicamente-feminina, recorta memoráveis de “mulheres têm vagina”. Então nos

¹⁸Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2021/10/26/as-lesbicas-acusadas-de-transfobia-por-recusarem-sexo-com-mulheres-trans.ghhtml>

perguntamos: *quais os sentidos de biologicamente feminina funcionando aqui? Seria ter características entendidas como femininas e que isso tenha se dado no momento do nascimento? Biologicamente feminina diz respeito à configuração genética?* Independentemente de qual seja a resposta, para nós, *biologicamente femininas* diz respeito a características sexuais secundárias. Pra testar essas possibilidades, valemo-nos das paráfrases:

- a) Ela só sente atração por mulheres;
- b) Ela só sente atração por mulheres cisgênero;
- c) Ela só sente atração por mulheres XX, que naturalmente produzem estradiol e que necessariamente tenham vagina.

Com essas paráfrases podemos analisar algumas coisas. Mulher aqui não é determinada apenas por vagina, mas por várias outras características biológicas que são geralmente encontradas em mulheres cisgênero. Isso instaura sentidos de que ser mulher também é determinado por possuir características entendidas como femininas e adquiri-las de forma natural. Isso nos faz perguntar: *nesse recorte, mulheres cisgênero que produzem altas taxas de testosterona seriam mulheres? nesse recorte, mulheres cisgênero que possuem barba são mulheres?*

R3

No fim das contas, tem sido difícil determinar a verdadeira escala do problema porque há poucas pesquisas sobre esse tópico - apenas uma que eu conheça. No entanto, as pessoas afetadas me disseram que a pressão vem de uma minoria de mulheres trans, bem como de ativistas que não são necessariamente trans. Angela criou um questionário para lésbicas e o distribuiu nas redes sociais, depois publicou os resultados. Ela disse que, das 80 mulheres que responderam, 56% relataram ter sido pressionadas ou coagidas a aceitar uma mulher trans como parceira sexual. Apesar de reconhecer que a amostra pode não ser representativa da comunidade lésbica em geral, ela acredita que foi importante capturar seus "pontos de vista e histórias".

Iremos nos ater aos trechos: *as pessoas afetadas me disseram que a pressão vem de uma minoria de mulheres trans, bem como de ativistas que não são necessariamente trans e a amostra pode não ser representativa da comunidade lésbica em geral.* Escolhemos esses trechos uma vez que eles dizem muito sobre as conclusões que são sustentadas pelo alocutor-jornalista nessa reportagem. A começar por *a pressão* que é uma reescrituração por substituição de *pressionadas e coagidas*, e que se articula por incidência com *vem de uma minoria de mulheres trans*. Quando relacionamos esse trecho com o que é trazido no início, encontramos

certa diferença, uma vez que no início da reportagem funcionam sentidos de que, além da sociedade pressionar mulheres cisgênero, mulheres trans também estejam coagindo mulheres cisgênero lésbicas.

O segundo recorte selecionado colabora com essa discussão, pois a *amostra* se articula por incidência com *amostra pode não ser representativa da comunidade lésbica em geral*, em que *amostra* indica sentidos de dados científicos, e ao que parece os dados obtidos não contemplam empiricamente as hipóteses trazidas. Esse trecho é enunciado por um alocutor-entrevistado e alocutor-cisgênero.

Em uma notícia publicada no site Transfeminismo, Bagagli (2021) falou sobre essa notícia. Em relação à pesquisa que foi feita a transfeminista afirma que:

Lowbridge fez uma pesquisa com um grupo de separatistas lésbicas “Get The L Out” (grupo que empunhou cartazes com mensagens dizendo “transativistas apagam as lésbicas” no Pride in London de 2018) e descobriu que 56% das 80 respondentes disseram que se sentem “pressionadas a aceitar uma mulher trans como parceira sexual”. O que surpreende, na verdade, é que apenas 56% das integrantes deste grupo transfóbico, criado exclusivamente com propósitos anti-trans (tirar a letra L da sigla LGBT porque rechaça a inclusão do T), respondeu de acordo com a ideologia do grupo. Traçando uma analogia, é como se entrevistássemos um grupo transfóbico/TERF e encontrássemos apenas 56% dos seus integrantes acreditando que mulheres trans são biologicamente homens¹⁹.

A partir desse trecho podemos perceber ainda mais o papel do alocutor-jornalista na reportagem analisada por nós. Isso faz parecer que houve uma pesquisa feita em moldes científicos e que aponta que as mulheres trans e a sociedade estão coagindo mulheres cisgênero lésbicas a se relacionarem com elas. Em consonância com o que acabamos de dizer, a Bagagli (2021) continua:

É risível uma empresa jornalística como a BBC utilizar de dados tão gritantemente enviesados para sustentar a hipótese ou percepção de que mulheres trans estejam coagindo outras mulheres a se relacionarem com elas – e ainda assumir tudo isso como uma questão relevante em termos jornalísticos que justifique uma publicação.

Além de falar do modo como a reportagem sustenta a ideia de que mulheres trans estejam coagindo mulheres cisgênero lésbicas, ela ainda afirma que parte da comunidade lésbica se opôs a essa reportagem:

¹⁹Disponível em: <https://transfeminismo.org/a-bbc-e-as-pessoas-trans-entenda-porque-a-emissora-sucumbiu-a-transfobia/>

Diversas lésbicas vieram a público em apoio às mulheres trans, em resposta ao artigo. Elas denunciavam a BBC por ampliar uma “campanha transfóbica” de longa data e contribuir para um “pânico moral infundado”. Em poucos dias de publicação, uma carta aberta que pede que a emissora se desculpe pelo artigo já havia sido assinada por mais de 18 mil pessoas. A emissora fez uma matéria sobre a carta, porém, ao invés de se desculpar, a BBC justifica o artigo ao dizer que ele aborda um “tema complexo a partir de diferentes perspectivas e que é difícil avaliar a extensão do problema”.

Gostaríamos agora de analisar alguns trechos dessa carta aberta²⁰ publicada que foi assinada por mais de 18 mil pessoas:

O fato de as pessoas citadas neste artigo não reconhecerem em grande parte que as mulheres transgênero são mulheres, referindo-se a elas como homens, deveria deixar claro que elas não são representativas da comunidade mais ampla de lésbicas cisgênero²¹.

Vamos começar analisando o trecho *peças citadas neste artigo* que é reescrita por *elas* que se articula por incidência com *não são representativas da comunidade mais ampla de lésbicas cisgênero*. Isso instaura sentidos de que a reportagem da BBC entrevista um grupo seleto de lésbicas e não a maior parte da comunidade lésbica cisgênero, só entrevistaram um grupo formado por aquelas lésbicas que não reconhecem mulheres trans enquanto mulheres. Isso só reforça a ideia de que alocutor-repórter está sustentando conclusões e que não fala de um “fato” de forma a-histórica. Mesmo quando na reportagem esse alocutor aponte que essa amostra *pode* não ser representativa das mulheres lésbicas, isso ainda sustenta seu argumento, uma vez que o correto seria dizer: o recorte não é representativo.

Vamos agora olhar outro trecho:

Mais uma vez, isto deixa claro que a pessoa entrevistada sente inerentemente que as mulheres transexuais não são e nunca poderão ser mulheres. Esse não é alguém que deva ser usado como fonte imparcial sobre o tema da existência de mulheres trans. Você não precisa se sentir atraído por pessoas trans, ou até pode nos achar pouco atraentes, mas acreditar que fundamentalmente não somos e nunca poderemos ser nosso gênero legalmente reconhecido é transfóbico e factualmente incorreto²².

²⁰Disponível em: https://openletter.earth/an-open-letter-to-the-bbc-regarding-an-article-published-by-catherine-lowbridge-9223a3ca?fbclid=IwAR2Sdh3VCLsGI_q...

²¹Traduzido do original: The fact that the people cited in this article largely do not acknowledge that transgender women are women, by referring to them as men, should make it clear that they are not representative of the wider community of cisgender lesbians.

²²Traduzido do original: Again, this makes it clear that the person interviewed inherently feels that transgender women are not and can never be women. That is not someone who should be used as an unbiased source on the topic of transgender women’s existence. You do not have to be attracted to

Aqui, iniciaremos pelo trecho *a pessoa entrevistada* que se articula por incidência com *sente inerentemente que as mulheres transexuais não são e nunca poderão ser mulheres*. *Pessoa entrevistada* também é reescrita por substituição em *esse*, que por sua vez se articula por incidência com *não é alguém que deva ser usado como fonte imparcial sobre o tema da existência de mulheres trans*, instaurando sentidos de que as fontes entrevistadas na reportagem não são imparciais, e que isso traria apenas um ponto de vista sobre a discussão. Contudo, na reportagem isso é trazido como fato, reforçando mais uma vez a argumentação do alocutor.

A expressão *nos* em *nos achar* nos ajuda a identificar que nessa carta temos, na cena enunciativa, o falante agenciado no lugar social de transgênero, portanto alocutor-transgênero falando à um alocutário-cisgênero.

A carta ainda aponta que essa ideia de que mulheres trans estariam coagindo mulheres cis lésbicas a ter relações sexuais tem origem em uma ideia falsa de que mulheres trans são homens héteros que se passam como mulheres para ficar com lésbicas.

Partiremos agora para mais uma reportagem

REPORTAGEM 06

R1

Conheça Anyky, a travesti que enfrentou a ditadura e sobreviveu a 50 anos de prostituição. Idosa conseguiu retificar o nome de nascimento no RG e agora é reconhecida pelo Estado. Anyky conseguiu ser reconhecida pelo sexo que sempre se identificou. Condição compartilhada atualmente por cerca de 1,4 milhão de travestis e mulheres e homens trans no Brasil²³. Aos sete anos, o típico menino do Rio de Janeiro se via mais como uma das quatro irmãs do que como o único irmão homem. A família, nordestina e tradicional, não soube lidar com o fato de seu pequeno na verdade sonhar em ser pequena. Em cinco anos, com a chegada da puberdade, a situação se tornou insuportável e a desinformação e o preconceito, atualmente perdoados por Anyky, fez com que o jovem garoto fosse expulso de casa.

Vamos iniciar nossa análise dos trechos em que a travesti a qual a reportagem se trata é reescrita pelo alocutor-jornalista como: *menino do Rio de Janeiro, irmão homem, pequeno e jovem garoto*. A partir do modo como essas reescrituras do texto se articulam com outros trechos, pode-se perceber que são usadas flexões masculinas e palavras que remetem ao gênero masculino para falar de um momento pré-transição da travesti em questão, o que supostamente

transgender people, finding us unattractive is fine, but to believe that we fundamentally are not and cannot ever be our legally recognised gender is both transphobic and factually incorrect.

²³Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/conheca-anyky-a-travesti-que-enfrentou-a-ditadura-e-sobreviveu-a-50-anos-de-prostituicao-16082016>

não traria sentidos de preconceito. Contudo, em *sonhar em ser pequena* e o uso do termo *pequeno* recorta memoráveis de que pessoas trans desejam ser algo que não são, assim como já foi observado em outras reportagens. Outro ponto interessante é que não fica claro no texto se a entrevistada foi expulsa de casa por ser trans, mas por conta da desinformação e do preconceito. Aqui então levantamos uma questão, se o motivo pelo qual ela foi expulsa de casa foi por ser trans, reescrever a entrevistada como *jovem garoto* se caracteriza como um erro na forma devida de se tratar uma pessoa trans, portanto, uma forma preconceituosa.

R2

O regime ditatorial perseguia as trans, ora machucando, ora humilhando, como quando Anyky foi presa e solta somente após os pelos do seu rosto crescerem, para que, quando andasse pelas ruas, as pessoas notassem que, na verdade, ela era biologicamente homem.

Neste parágrafo, começaremos pelo trecho *na verdade, ela era biologicamente homem*. Primeiro, observamos que *biologicamente homem* se articula com incidência com *pelos do rosto crescerem*, nesse trecho o alocutor-jornalista está narrando uma violência sofrida pela entrevistada no momento da ditadura militar, em que a entrevistada foi presa e só foi solta depois que seus pelos do rosto estivessem crescido para que identificassem que ela não era uma mulher cis. Contudo, o que nos chama a atenção é o trecho *na verdade, ela era biologicamente homem*, em que estão sendo recortados memoráveis de fraude, mentira, enganação ou memoráveis como “não é uma mulher de verdade”. Para reforçar essa hipótese que levantamos, propomos alguns testes parafrásticos:

- a) na verdade, ela era trans;
- b) na verdade, ela não era mulher cis.

Aqui, pode-se dizer que os sentidos dos dois testes parafrásticos não se distanciam do recorte original.

Vamos agora ampliar essa discussão. Quando a Travesti em questão é presa e só é solta com pelos no rosto, esse tipo de violência é uma materialização dos sentidos em que as pessoas são definidas a partir das características do seu corpo chamadas de sexo. É a ideia de que Anyky pode até dizer que é mulher, mas na verdade ela é um homem biológico, porque pelos no rosto “é coisa de homem”. A lógica bioessencialista é materializada nesse tipo de violência. Podemos

dizer que os mesmos sentidos de sexo e gênero que funcionam no DSM e na CID estão também materializados na violência sofrida por Anyky.

Caso parecido aconteceu com a Verônica Bolina, que teve seu cabelo raspado quando foi violentada em uma delegacia (Nascimento, 2021). O cabelo raspado, aqui, instaura sentidos de “cabelo de homem”, esse tipo de violência não se dá por acaso, é bastante específico. Basicamente, essa violência materializa o estereótipo de gênero no qual se entende que quem usa cabelos longos são mulheres e materializa uma lógica bioessencialista em que Verônica não é vista como uma mulher.

Outro exemplo é de uma detenta trans que foi colocada no presídio masculino e teve seu cabelo raspado²⁴. Raspar o cabelo de uma detenta e colocá-la na sela com homens é um ato de violência que materializa também a ideia de que mulheres trans são homens biológico e de que, por isso, sejam uma farsa, não sejam mulheres de verdade.

Outro exemplo como esse foi o caso em que uma travesti teve seu coração arrancado e seu assassino, quando entrevistado, disse: “Ele era um demônio. Eu arranquei o coração dele. É isso. Não era meu conhecido. Conheci ele à meia-noite²⁵”. Como podemos perceber nesse trecho a travesti é referida constantemente como “Ele”, o que instaura sentidos de “Homem biológico”, sentidos esses que estão presentes em manuais de saúde como pudemos ver anteriormente.

Vamos agora observar outra matéria.

REPORTAGEM 07

R1

Adversárias temem força de Tiffany e ‘mercado de trans’ no vôlei²⁶

Iniciaremos a nossa análise pelo *adversárias*, que se articula por incidência com *temem a força de Tiffany*. Aqui estão sendo recortados memoráveis de perigo e violência, uma vez que remontam a enunciados como “mulheres trans são homens”. Para justificar essa afirmação, propomos um teste parafrástico, em que substituiremos “força de Tiffany” por outras expressões:

²⁴Disponível em: <https://Queer.ig.com.br/2022-04-14/mulher-trans-e-presa-em-cela-masculina-e-tem-a-cabeca-raspada.html>

²⁵Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>

²⁶Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/adversarias-temem-forca-de-tiffany-e-mercado-de-trans-no-volei>

- a) Adversárias temem a vantagem de Tiffany;
- b) Adversárias temem o desempenho de Tiffany.

Nesses dois exemplos, percebemos que, ainda que o cerne dos enunciados seja mantido, os sentidos mudam consideravelmente. A nossa hipótese é que isso ocorra por causa dos memoráveis que estão sendo recortados. Não se trata apenas de uma vantagem ou desempenho, mas sim da força de Tiffany, que aqui funciona como “força masculina”.

Outra questão importante que identificamos é a expressão *mercado trans* que também se articula por incidência com *Adversárias temem* e recorta memoráveis de “mulheres trans roubam o espaço de mulheres”, “mulheres trans irão ocupar os espaços de mulheres”, “mulheres ficarão sem espaço”.

Vamos agora para outro recorte da reportagem.

R2

Todas têm a mesma opinião: a diferença física em relação às demais jogadoras é muito grande. E surge um novo movimento, o mercado de trans no vôlei feminino.

Vamos começar a análise pela expressão *opinião*, que é reescrita por expansão em: *a diferença física em relação às demais jogadoras é muito grande*. Esse recorte nos chamou a atenção pelo uso da palavra *todas*, que se articula por incidência com *opinião* e que instaura sentidos de que as jogadoras de vôlei que jogam na mesma liga que a Tiffany, sem exceção, possuem o mesmo pensamento sobre o fato de Tiffany jogar com elas. Assim, propomos que *todas* recorta memoráveis de injustiça. *Mercado trans* nesse recorte é reescriturado por *movimento*, instaurando sentidos de que cada vez mais mulheres trans estão no esporte e que isso ameaça mulheres cis em seu mercado esportivo. Assim sugerimos que nesse trecho funcionem sentidos de conspiração.

Apesar do alocutor-jornalista estar relatando aquilo que se escutou de atletas, percebemos no texto sentidos que nos mostram um funcionamento político. Para nós, nessa reportagem, o alocutor sustenta conclusões de que hoje essa presença de mulheres trans no vôlei representa ameaças, tanto físicas quanto profissionais, às mulheres e que há uma conspiração para tal. Continuando com as nossas análises, vamos agora para outra reportagem.

REPORTAGEM 08

R1

É justo esta pessoa competir na Olimpíada contra mulheres biológicas?²⁷

Nesse recorte, *Esta pessoa* se refere a uma fotografia na reportagem, em que se pode ver uma atleta trans levantando peso. A partir disso, compreendemos que *esta* e *mulheres biológicas* representem dois grupos distintos, ou seja, novamente mulheres trans e mulheres biológicas são colocadas em um lugar de oposição. A expressão *justo* instaura sentidos de que a questão seja sobre justiça, ou seja, levanta interpretações de que uma atleta trans competindo em categorias femininas possa ser uma injustiça.

R2

O caso de Laurel Hubbard, da Nova Zelândia, uma fera do levantamento de peso, expõe uma questão ainda sem solução definitiva. Quando era homem e se chamava Gavin Hubbard, ele chegou a quebrar recordes no levantamento de pesos, um dos esportes mais exigentes. Aos 35 anos, tornou-se uma mulher trans. Uma transição relativamente tardia, mas para a qual levou sua experiência como atleta – palavra felizmente neutra –, o desejo de continuar a competir e a discussão ainda sem resposta razoável a uma pergunta difícil: é possível não praticar qualquer tipo de discriminação e ao mesmo tempo não deixar em desvantagem mulheres biológicas, com ossatura e musculatura naturalmente mais reduzidas?

Vamos começar pela expressão *Quando era homem*, que instaura sentidos de que pessoas trans antes de se assumirem publicamente, pertencem a outro gênero. Esses sentidos aparecem também no parágrafo abaixo em que encontramos o trecho *Aos 35 anos, tornou-se uma mulher trans*. Para nós, em ambos os trechos estão sendo recortados o memorável de que mulheres trans são homens biológicos. Afirmamos assim que argumentativamente é sustentado pelo alocutor-jornalista que a atleta em questão foi homem por 35 anos até transicionar. *Transição* por sua vez se articula por dependência com *tardia*, o que instaura sentidos de que transição de gênero nessa idade seja atrasada – assim conseguimos observar dois sentidos, que funcionam no DSM, funcionarem aqui. Primeiro, a divisão gênero/sexo e em segundo a ideia de que existam transições que são feitas tarde demais. Em relação ao termo *atleta*, percebemos que ele é reescrito em *palavra*, que por seu turno se articula por incidência com *felizmente neutra*. Nesse trecho se instauram sentidos de que a palavra, *atleta*, sendo neutra, permite chamar a desportista em questão de atleta sem que o locutor seja taxado como preconceituoso. Isso sugere que *atleta* nesse recorte funcione como “o atleta”.

²⁷Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/e-justo-esta-pessoa-competir-na-olimpiada-contra-mulheres-biologicas>

R3

O princípio da inclusão não pode ser seguido à custa dos outros, reclamou a atleta belga Anna Vanbellinghen, que compete na mesma categoria acima de 87 quilos. Qualquer pessoa que tenha treinado levantamento de peso como atleta de ponta sabe que isso é uma verdade visceral, é uma situação injusta para o esporte e para as atletas. Essa coisa toda parece uma piada ruim. A halterofilista belga provavelmente resumiu o sentimento natural de muita gente.

Nesse recorte, há um funcionamento que gostaríamos de destacar, e ele diz respeito ao uso da expressão *provavelmente*. Para que possamos entender essa relação enunciativa, é necessário que nos atentemos aos dois parágrafos anteriores, em que outra atleta (cisgênero) faz a afirmação: *Qualquer pessoa que tenha treinado levantamento de peso como atleta de ponta sabe que isso é uma verdade visceral, é uma situação injusta para o esporte e para as atletas; Essa coisa toda parece uma piada ruim*. Vamos destacar primeiramente os trechos *é uma situação injusta para o esporte e para as atletas* e *Essa coisa toda parece uma piada ruim*, em que antes do verbo *é* temos uma reescrituração por elipse de *atleta trans no halterofilismo*. Essa reescrituração se articula com *situação injusta*, com *o esporte* e com *as atletas*. Aqui, *injustiça* não se trata de qualquer injustiça, mas sim uma injustiça com *as atletas*, ou seja, injustiça com mulheres.

A seguir encontramos a expressão *Essa coisa toda* que também reescreve *atleta trans no halterofilismo* e que por sua vez se articula por incidência com *parece uma piada ruim*. Aqui, funcionam sentidos em que pessoas trans no esporte estão relacionadas à ideia de piada que não tem graça. Para testar essas duas hipóteses acerca dessa expressão, propomos as seguintes paráfrases:

- a) Essa coisa toda parece uma piada de mal gosto;
- b) Essa coisa toda parece uma piada sem graça.

Ao testar essas duas possibilidades, concluímos que ambas parecem significar de forma similar ao recorte original.

Todo esse recorte analisado possui em sua cena enunciativa o alocutor-esportista e alocutor-cisgênero. Logo abaixo, o alocutor-jornalista volta com o uso da expressão supracitada, *provavelmente*. Esse termo se articula por incidência com o *resumiu o sentimento natural de muita gente*, instaurando sentidos de que muita gente acha que pessoas trans praticando esportes de acordo com o gênero com o qual se identificam é uma piada de mau

gosto e uma injustiça. Contudo, o uso do termo *provavelmente* demarca sentidos de que o Locutor dessa cena enunciativa não tem acesso ao relato de muitas outras pessoas e o que será dito faz parte de uma opinião. Assim, identificamos que o trecho é enunciado por um enunciador-individual. Propomos, então, que nesse trecho o alocutor-jornalista sustenta a conclusão de que para muitas pessoas tudo isso se trata de uma injustiça com mulheres e uma piada sem graça.

Logo abaixo temos mais um exemplo em que temos duas cenas enunciativas diferentes, uma com o alocutor-cientista, outra com o alocutor-jornalista.

R4

A revista cita uma especialista de Yale, Katrina Karkazis, que disse o seguinte: “Estudos sobre os níveis de testosterona em atletas não mostram nenhuma relação clara e consistente entre testosterona e desempenho atlético. Algumas vezes, a testosterona é associada a um melhor desempenho, mas outros estudos mostram um elo fraco ou nenhum elo. E outros mostram que a testosterona é associada a um pior desempenho. É um claro exemplo de como a ciência também pode ser politizada ou ideologizada para atender conceitos considerados socialmente desejáveis.

Vamos começar pelo trecho que corresponde à fala de uma especialista de Yale, em que o enunciado *Estudos sobre os níveis de testosterona em atletas* se articula por incidência com *não mostram nenhuma relação clara e consistente*. *Relação*, por sua vez, articula-se por incidência com *entre testosterona e desempenho atlético*. Este trecho remonta ao que foi estipulado pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) em que Mulheres trans devem ter sua testosterona abaixo de 10nmol/l por no mínimo dois meses antes de competirem em competições femininas (Nahon *et al.*, 2021). O recorte em questão trata-se de uma proposta de refutação a essa norma.

Abaixo, novamente temos o alocutor-jornalista que comenta o que foi dito. Vamos começar analisando pela palavra *exemplo* que se articula por dependência com *claro*, instaurando sentidos de evidência. *Exemplo* também se articula por incidência com *a ciência também pode ser politizada ou ideologizada*, em que *ideologizada* recorta memoráveis de “ideologia de gênero”. Ideologia de gênero foi estratégia de pânico moral promovida pela ala conservadora da política brasileira na década passada, em que se afirmava que o acesso de pessoas trans a direitos básicos, bem como o ensino sobre gênero e sexualidade em escolas, eram formas de destruir a família (Reis; Eggert, 2017).

Nesse ponto, encontramos uma relação de conflito entre locutor e o memorável recortado no recorte. Como dizer que estão sendo recortados memoráveis de ideologia de

gênero se o locutor aqui se apresenta como alguém progressista, como alguém que se preocupa com os direitos das mulheres? Guimarães (2018) aponta que em alguns recortes é possível encontrar um conflito entre o lugar social em que o falante é agenciado e os memoráveis que são recortados. Segundo ele esse conflito é resultado do funcionamento político no agenciamento do falante em determinado lugar social.

Aqui, em nossa análise o recorte instaura sentidos de uma visão mais conservadora em relação à presença de mulheres trans no esporte, mas o locutor é agenciado no lugar social de progressista, como aquele que luta pela causa das mulheres cis. A nossa hipótese é que isso aconteça porque, para nós, o falante se apresenta como aquele que defende as mulheres e que mulheres trans não são mulheres. Isso nos mostra que em nossa sociedade é possível ser extremamente conservador em relação a pessoas trans e ainda assim ser entendido como progressista.

Contudo, a partir da articulação por incidência que *ideologizada* tem com *para atender conceitos considerados socialmente desejáveis*, funcionam sentidos de que o acesso de pessoas trans a direitos e a estarem em espaços são algo socialmente desejável. Com essas hipóteses em mãos, compreendemos que argumentativamente é sustentado nesse recorte que os critérios utilizados pelos órgãos esportivos são falsos, ideologicamente e politicamente enviesados.

Para finalizar, gostaríamos de destacar um último trecho:

R5

Como não discriminá-las sem criar uma outra injustiça? Não existem respostas fáceis. Os organismos esportivos tentam acompanhar as mudanças sociais e também podem ser intimidados pelo temor de serem chamados de transfóbicos – uma ofensa terrível nos tempos atuais, quase como racista. As competições esportivas são uma das áreas em que mulheres podem se sentir ameaçadas por competidoras trans que foram homens biológicos.

No primeiro parágrafo do recorte, deparamo-nos novamente com a expressão *injustiça*, em que funcionam sentidos de que mulheres trans nos esportes femininos seja algo injusto. Vamos nos ater agora à expressão *organismos esportivos*, que se articula por incidência com *podem ser intimidados pelo temor de serem chamados de transfóbicos*, em que funcionam sentidos de que órgãos como o COI são obrigados a seguir liberando a participação de mulheres trans em categorias esportivas femininas por medo de serem acusados de transfobia. *Transfóbicos*, por sua vez, é reescrito por expansão em *uma ofensa terrível nos tempos atuais, quase como racista*, em que as palavras *transfóbico* e *racista* aparecem relacionadas. *Racista* então se articula por incidência com *ofensa*, em que funcionam sentidos de que tanto a

transfobia quanto o racismo são ofensas. Assim percebemos que é sustentado pelo alocutor-jornalista que *racista* e *transfóbico* são ofensas.

Por fim, no último parágrafo, no trecho *mulheres podem se sentir ameaçadas por competidoras trans que foram homens biológicos*, *ameaçadas* recorta novamente o memorável de que travestis e mulheres trans são violentas e perigosas.

REPORTAGEM 09

R1

Martina Navratilova e uma raquetada no politicamente insano. É hora de zelarmos pelo legado deixado por mulheres incríveis no passado que batalharam muito pelo nosso presente e pelo esporte honesto²⁸.

Começaremos a nossa análise pelo título e subtítulo dessa outra matéria em que a presença de mulheres trans em esportes femininos está sendo discutida novamente. Primeiramente, voltamos a nossa atenção para a expressão *politicamente insano*, que recorta memoráveis de “politicamente correto”, uma expressão normalmente relacionada ao uso de falas e/ou comportamentos que visem não atingir determinados grupos sociais. Contudo, o “insano” recorta a memoráveis de loucura e patologia, uma vez que essa expressão está sendo utilizada para definir a presença de mulheres trans no esporte feminino, o *politicamente* por sua vez recorta memoráveis de ideologia, instaurando sentidos de que a presença de mulheres trans nessas categorias esportivas está para além do politicamente correto, diz respeito a uma ideologia que não condiz com a realidade, com uma ideologia que é louca, adoecida. Essa expressão se articula por incidência com *Martina Navratilova e uma raquetada*, desse modo funcionam sentidos de que Navratilova, uma tenista, refutou a presença de mulheres trans em categorias femininas e que teve êxito em sua refutação.

Quando observamos o subtítulo, chama-nos a atenção o uso da palavra *honesto*, que se articula por dependência com *esporte*. Essa expressão se articula por incidência com *mulheres incríveis* e *batalharam*, em que funcionam sentidos de que mulheres lutaram para ter os seus direitos garantidos no esporte. A “honestidade” se relacionaria então a essas conquistas femininas. *Mulheres* se articula por incidência com o trecho *É hora de zelarmos pelo legado deixado por*.

A partir dessas relações enunciativas, percebemos que é sustentada a conclusão de que é preciso proteger as conquistas femininas no esporte do *politicamente insano*. Assim,

²⁸Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/martina-navratilova-e-uma-raquetada-no-politicamente-insano>

propomos que esse trecho projete sentidos de “desonestidade” em mulheres trans participando de competições femininas. Podemos observar melhor essas relações recorrendo aos seguintes testes parafrásticos:

- a) batalharam muito pelo nosso presente e pelo esporte;
- b) batalharam muito pelo nosso presente e pela nossa presença no esporte.

Como podemos perceber, ainda que, em ambos os testes, partes do sentido do recorte original sejam mantidos, a mudança de “honestidade” para apenas “esporte” ou “pela nossa presença no esporte” muda drasticamente o enunciado. A nossa hipótese é que isso ocorra por conta dos sentidos que são projetados com a expressão “honesto”. Continuemos a análise:

R2

A maior jogadora de tênis de todos os tempos, Martina Navratilova, deu uma raquetada no politicamente insano e deixou os ativistas desnorteados ao se juntar a outros atletas de ponta, analistas e médicos que desafiam as patrulhas ideológicas ao se colocar publicamente contra a entrada de homens biológicos em esportes femininos. Ponto para ela e para o bom senso.

Em relação a esse recorte, observamos a articulação por coordenação que se dá entre *atletas de ponta, analistas e médicos*. *Atletas de ponta, analistas e médicos* se articulam também por incidência com *desafiam as patrulhas ideológicas e com se colocar publicamente contra a entrada de homens biológicos em esportes femininos*. Aqui *homens biológicos* recorta memoráveis de mulher trans, transgênero e transexual. Na última parte do recorte, vemos o enunciado *Ponto para ela e para o bom senso*, em que funcionam sentidos de que se opor à presença de mulheres trans em categorias femininas seja uma atitude de *bom senso*. Portanto, dizemos que nesse recorte também estão sendo projetados sentidos de que apoiar a presença de atletas trans no esporte feminino seja uma “insensatez”.

R3

Homossexual assumida desde quando não era moda, 62 anos, recordista de vitórias com 167 títulos, tem no currículo 18 Grand Slams como jogadora individual, 31 Grand Slams de duplas e 10 Grand Slams de duplas mistas. Até outro dia, era considerada um dos grandes “ícones gays” de todos os tempos. Agora é chamada de “transfóbica” por defender o óbvio.

Vamos tomar como origem da análise o trecho: *Homossexual assumida desde quando não era moda*. Nele funcionam sentidos de que hoje ser LGBT é uma moda, uma tendência, o que recorta ao memorável de “passageiro” e “falso”.

Na última linha do parágrafo encontramos: *Agora é chamada de “transfóbica” por defender o óbvio*. Observamos que nesse trecho a expressão *homossexual* parece funcionar de modo similar a “transexual”, mas ainda assim ocupando um lugar oposto. É como se estivesse sendo alegado pelo alocuto-jornalista que a atleta, *homossexual de verdade*, é chamada de transfóbica por falar a verdade. Assim, entendemos que nesse trecho é sustentada a conclusão de que ativistas trans atacam a própria comunidade.

Por fim, a expressão *óbvio* reforça sentidos de loucura e insensatez relacionados ao fato de mulheres trans desejarem concorrer em categorias femininas.

Vamos agora para outra reportagem relacionada ao esporte.

REPORTAGEM 10

R1

Atleta trans de povoado quilombola no Maranhão é destaque no cenário nacional do futebol²⁹.

Tomando a expressão *Atleta Trans* como origem da análise, vamos observar primeiro a articulação por incidência entre ela e o trecho *é destaque no cenário nacional de futebol*. Vamos primeiro nos atentar à relação estabelecida entre *Atleta Trans* e a palavra *destaque*, em que a segunda determina os sentidos da primeira. Aqui, *destaque* recorta memoráveis de “vitória” e de “habilidade”.

R2

Superando as barreiras do preconceito, a quilombola e atleta trans Ytally Martins, de 20 anos, está conquistando os campos de futebol do país.

Nesse recorte, *atleta trans* irá se articular por incidência com *Superando as barreiras do preconceito*, em que sentidos de superação determinam *atleta trans*. *Superação* aqui recorta memoráveis como “um exemplo de superação”, em que funcionam sentidos de “luta” e de “conquista”.

²⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/vem-ver-pequeno/noticia/2023/02/14/atleta-trans-de-povoado-quilombola-no-maranhao-e-destaque-no-cenario-nacional-do-futebol.ghtml>

R3

A atleta se assumiu trans aos 16 anos de idade e, desde então, teve que encarar os “olhares tortos” de pessoas que achavam que a mudança de gênero era “coisa de outro mundo”. “Eu sempre joguei em clubes héteros e todos eles sempre me trataram super bem. Sempre recebi muito apoio e acolhimento. Mas ainda há muito preconceito nesse ramo. O preconceito visa no seguinte: ‘ah ela é trans e está aí no meio dos homens?’. São pessoas sem coração”, afirmou.

Nesse trecho, gostaríamos de abordar algumas coisas. Primeiramente, que a cena enunciativa aqui é diferente da maior parte da reportagem. Aqui, trata-se de uma alocutora-trans, e ela descreve algumas situações e frases preconceituosas que já escutou. Começando por *Eu sempre joguei em clubes héteros e todos eles sempre me trataram super bem*, *Eu* reescreve por substituição *atleta trans* e se articula por incidência com *clubes héteros*, em uma relação na qual *eu* e *héteros* estabelecem uma relação de diferença. Afirmamos isso partindo de dois pontos, o primeiro diz respeito aos memoráveis de *cisgênero* que *héteros* recorta.

Dizemos isso, pois existem pessoas trans que são heterossexuais, uma vez que a sexualidade e a forma como uma pessoa se posiciona em relação ao gênero são coisas diferentes. Contudo, nesse recorte, não se mostra forte o sentido de que *héteros* represente de alguma forma pessoas trans. O segundo ponto é que o *e* marca uma relação de oposição no trecho, em que funcionam sentidos de que *clubes héteros* poderiam ser preconceituosos, contudo não são, segundo o que é apresentado pela alocutora-trans. Para reforçar essa análise, propomos os seguintes testes parafrásticos:

- a) Eu sempre joguei em clubes héteros mas todos eles sempre me trataram super bem;
- b) Eu sempre joguei em clubes héteros pois todos eles sempre me trataram super bem.

Nessas duas paráfrases, são testados os sentidos de oposição e de soma/explicação. A segunda alternativa não parece congruente com os sentidos do texto original, o que não acontece no primeiro exemplo, em que a primeira paráfrase parece substituir com mais proximidade os sentidos do recorte original.

Outro ponto muito importante desse recorte é que nele está presente o tipo de modalidade de gênero em que a atleta já competiu. Percebendo os memoráveis recortados em hétero e o fato de ela ser mulher trans, nesse recorte, podemos concluir que ela jogava em modalidades masculinas.

R4

Carreira decolando. Em setembro de 2022, a atleta viajou para Belo Horizonte, em Minas Gerais, para participar do campeonato mineiro LGBTQI. Ela foi artilheira na disputa e levou a medalha de bronze para casa.

Por último, voltamos para esse trecho em que o alocutor-jornalista retorna. A expressão *carreira decolando* é reescrita por expansão em *Em setembro de 2022, a atleta viajou para Belo Horizonte, em Minas Gerais, para participar do campeonato mineiro LGBTQI e Ela foi artilheira na disputa e levou a medalha de bronze para casa*. A partir dessa relação, percebemos que *decolando* recorta memoráveis de sucesso. Afirmamos, assim, que nessa reportagem mulheres trans jogando em campeonatos LGBTQI e também em campeonatos masculinos é determinado por “sucesso” e “superação”.

Vamos agora observar outra reportagem:

REPORTAGEM 11

R1

Tudo errado: clínica na Inglaterra forçava mudança de gênero precoce. Funcionários homossexuais que levantavam dúvidas sobre o tratamento eram rotulados de “transfóbicos”³⁰.

Começaremos nossa análise pelo recorte acima. Observamos primeiro a expressão *funcionários homossexuais*, um grupo nominal formado por uma articulação por dependência, que por sua vez se articula por incidência com *que levantavam dúvidas sobre o tratamento e com eram rotulados de “transfóbicos”*. *Tratamento* é uma reescrituração de *mudança de gênero*, que está no título da matéria.

Nesse recorte, funcionam sentidos de que, até funcionários homossexuais são chamados de “transfóbicos”, por não concordarem com a mudança forçada de gênero. Gostaríamos de chamar a atenção para as aspas nessa expressão, pois, nesse caso, funcionam sentidos de ironia, ou seja, funcionam sentidos de que se opor a esses tratamentos não se configura como uma transfobia de fato.

R2

Teriam meninas com disforia de gênero se sentido mais livres para procurar a Tavistock e assim ser responsáveis por um aumento de 5 000% em sete anos? Ou haveria um “contágio social”, uma onda nascida entre grupos de

³⁰Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/tudo-errado-clinica-na-inglaterra-forcava-mudanca-de-genero-precoce>

adolescentes e nas redes sociais pressionando para que qualquer garota mais “problemática” fosse rotulada como um menino trans?

Por fim, gostaríamos de destacar o trecho *Ou haveria um contágio social*. Em que *contágio social* recorta memoráveis de pandemia, doença e, portanto, patologia. Em um trecho abaixo, encontramos o enunciado: para *que qualquer garota mais “problemática” fosse rotulada como um menino trans?* Nesse em que *garota mais problemática* se articula por incidência com *menino trans*, instaura-se na rede de sentidos da expressão *menino trans* sentidos de rebeldia e de não conformidade.

Vamos agora para a última análise desta seção.

REPORTAGEM 12

A reportagem que iremos analisar apresenta aos leitores o que é o Pajubá, um dialeto utilizado por pessoas trans e travestis no Brasil. O título da matéria é:

R1

O Dia da Visibilidade Trans é celebrado nesta segunda-feira (29). Entre a luta pela liberdade e o respeito, a resistência desta comunidade passa também pela construção de um "dicionário secreto" no Brasil, criado durante a ditadura militar, mas que segue vivo até os dias atuais³¹.

Começamos a nossa análise a partir da articulação por coordenação estabelecida entre *luta pela liberdade, respeito e resistência*. Essas três palavras se articulam também por incidência com *desta comunidade*, que por sua vez instaura sentidos de “comunidade trans”. Assim, entendemos que o alocutor-jornalista argumenta que a comunidade trans é uma parte da população brasileira que precisa lutar por liberdade, respeito e resistência, portanto, seria uma comunidade que não teria direito a essas coisas. *Luta pela liberdade, respeito e resistência* também se articulam por dependência com *passa também pela construção de um "dicionário secreto" no Brasil*, instaurando sentidos que o dialeto criado pela comunidade trans está relacionado à sua resistência e luta por direitos. “*Dicionário secreto*” também se articula por incidência com *criado durante a ditadura militar, mas que segue vivo até os dias atuais*, que instaura sentidos de que, na ditadura militar que aconteceu no Brasil, pessoas trans e travestis precisaram resistir, lutar pelos seus direitos, uma das formas de lutar contra a opressão que

³¹Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/28/dia-da-visibilidade-trans-conheca-dicionario-secreto-criado-durante-ditadura-militar-para-protetor-comunidade.ghtml>

sofriam. A título de informação, na ditadura militar, pessoas trans e travestis foram perseguidas e caçadas por policiais em uma operação intitulada “operação tarântula” (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018).

R2

Para o pesquisador do Núcleo da Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade de Brasília (UnB), João Vitor Gonçalves, não existe uma definição conceitual para o Pajubá. No entanto, ele pode ser interpretado como um código de linguagem, uma estratégia informal e coloquial da comunidade LGBTQIA+, mais especificamente da comunidade trans e travesti.

Vamos agora para o segundo recorte dessa mesma reportagem. *Pesquisador* se articula por incidência com do *Núcleo da Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade de Brasília (UnB)* e é reescrito em *João Vitor Gonçalves*, instaurando sentidos de que João Vitor Gonçalves pesquisa sobre diversidade de gênero e sexualidade em uma universidade brasileira, portanto, um especialista no assunto. *Para o pesquisador* se articula por incidência também com *não existe uma definição conceitual para o Pajubá* em que *Pajubá* é uma reescrituração de *dicionário secreto*, presente no recorte anterior.

Pajubá é reescrito por condensação em *ele*, que por sua vez se articula por incidência com *pode ser interpretado como um código de linguagem, uma estratégia informal e coloquial da comunidade LGBTQIA+, mais especificamente da comunidade trans e travesti*. Essa relação enunciativa instaura sentidos de que o *Pajubá*, ainda que não tenha uma definição conceitual, pode ser entendido como um código de linguagem utilizado por pessoas trans e travestis.

R3

Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense. O escritor e pesquisador Paulo Ricardo Aires Rodrigues, autor do "Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense" – um dos dicionários adotados pela comunidade, publicado em janeiro de 2023 – conta que o livro foi produzido a partir de uma pesquisa de iniciação científica na Universidade Federal do Tocantins (UFT), com orientação da professora Karylleila dos Santos Andrade.

Começaremos pela articulação por coordenação entre *escritor* e *pesquisador* que instauram sentidos de “especialista”, também são reescriturações de *Paulo Ricardo Aires Rodrigues*, que também é reescrito em *autor*. Assim *Paulo Ricardo Aires Rodrigues* se articula por incidência com '*Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense*', que por sua vez é reescrito por expansão em *um dos dicionários adotados pela comunidade, publicado em janeiro de 2023*. Esta relação enunciativa instaura sentidos de que uma pessoa especialista no assunto construiu

um dicionário com palavras utilizadas no Pajubá e que esse dicionário foi adotado pela comunidade trans.

No próximo recorte temos alguns trechos que foram tirados desse dicionário nos quais aparecem palavras utilizadas no Pajubá e seus respectivos dicionários.

R4

Veja o significado de algumas expressões do 'Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense' Acué: dinheiro; Alibã: polícia; policial; [...] Amapô: mulher [...] Babadeira: gay ou travesti barraqueiro; Babado: novidade [...] Cacura: gay com mais de 40 anos [...] Cafuçu: homem com peito rústico, simples e bonito; Caminhão: lésbica de aparência masculinizada. [...]

Destes verbetes, um nos chama a atenção, que é o *Babadeira: gay ou travesti barraqueiro*. Neste recorte, *Babadeira* é reescrito por expansão em *gay ou travesti barraqueiro*, e há uma relação de articulação por dependência entre *travesti* e *barraqueiro* se formando assim o grupo nominal “travesti barraqueiro”. Como já falamos anteriormente neste trabalho, a forma correta de se referir a uma travesti é no feminino. Portanto, a partir da expressão “barraqueiro” que está flexionada no masculino, *travesti* aqui irá recortar memoráveis de homem biológico, de “homem que se veste de mulher”. Visão essa que é violenta com pessoas desse grupo.

Para analisar a cena enunciativa desse recorte, decidimos olhar para o dicionário de onde esses verbetes foram retirados cujo link de acesso consta na própria reportagem analisada.

No dicionário encontramos: Acué – S. 1. Dinheiro. 2. Grana. “Hoje eu tô podendo, tô cheia(o) de acué”. Var. Aqué. (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 14); Alibã – S. 1. Policial. 2. Gíria usada no mundo LGBTI+ para se referir a policiais; “Cuidado que os alibãs estão nas proximidades”. Var. Tia Cleusa (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 14); Babado – S. 1. Fofoca. 2. Algum acontecimento inédito. “Preciso te contar um babado que aconteceu ontem” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 15); Cafuçu – S. 1. Homem com peito rústico, simples e bonito. 2. Homem moreno. 3. Homem bonito hétero. 4. Homem musculoso, moreno escuro e com aparência de proletariado. “Naquela cidade só tem cafuçu” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 17); Caminhão – Adj. 1. Lésbica de aparência masculinizada. “A Maria está namorando uma mulher que tem o perfil de caminhão”. Var. Caminhoneira. Scania (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 17).

Em todos esses exemplos encontramos uma similaridade entre o que foi colocado na reportagem e o que está presente no dicionário. Contudo, lá, não encontramos o verbo *babadeira* como encontramos na reportagem. Isso nos mostra que esse verbo em questão diz respeito ao mesmo alocutor-jornalista que escreveu a reportagem e não ao que escreveu o dicionário.

A partir disso, apontamos que está sendo argumentado pelo alocutor-jornalista que travestis são “homens vestidos com roupas de mulher” e que quem disse isso foi um especialista no assunto. Percebemos então que, ainda que no início da reportagem a luta por respeito, liberdade e direitos das pessoas trans seja mostrada enquanto válida, encontramos também nessa mesma reportagem uma visão preconceituosa com travestis.

Faremos também uma consideração em relação ao espaço de enunciação nesse recorte. Mas para isso retornaremos a um artigo publicado por Guimarães em 2023 intitulado: Sobre teoria e método em semântica da enunciação.

Nele, Guimarães apresenta alguns conceitos de sua teoria, inclusive o de espaço de enunciação, a partir de algumas análises de textos da época do Brasil Colônia. Ele analisa dois textos presentes no Livro Informação do Brasil e de suas Capitanias de autoria do José de Anchieta.

Guimarães (2023) chama a atenção para o uso que o Anchieta faz das palavras Caraíbas e Pajé. Anchieta em seu texto acaba tentando explicar o que essas palavras significam, e segundo Guimarães, quando ele o faz, acaba ocupando o lugar social do colonizador. Além disso, por enunciar como se descrevesse a realidade da cultura indígena, ele enuncia a partir de um enunciador-universal.

Guimarães (2023) aponta que essas palavras do Tupi como kara’iuaera (traduzida pelo Anchieta como caraíba), quando são explicadas pelo Anchieta (Alocutor-colonizador) são predicadas por feiticeiro, uma palavra própria do português. Segundo o autor, essa relação estabelecida entre o português e o tupi mostra que nos recortes que ele analisa, o português é uma língua que pode explicar o tupi – dessa forma o tupi e os falantes de tupi são significados pelos portugueses e sua língua.

Dessa forma Guimarães (2023) chega à conclusão de que olhar pra esse texto de Anchieta é observar como o processo de colonização aconteceu, assim como os portugueses chegaram ao Brasil e os colonizaram (os indígenas), na língua. O português e os portugueses têm naquele momento um lugar predominante em relação aos indígenas e o tupi, a colonização também acontece na língua. Ele percebe que, a partir do modo de uma língua descrever a outra, é possível observar o modo de dominação de uma língua sobre a outra.

Ele percebe desse modo que, no espaço de enunciação, há uma distribuição desigual das línguas – e nesse espaço de enunciação, indígenas e portugueses não têm o mesmo estatuto de falantes.

Para nós, há um funcionamento parecido na reportagem em que estamos analisando, ainda que no recorte o único idioma sendo utilizado seja o português. As palavras do Pajubá

como Alibã, Acué, Babadeira remontam a um lugar social de trans/travesti. Contudo essas palavras são explicadas por outras que não pertencem a esse dialeto, para que pessoas que não conheçam o Pajubá possam entendê-lo. Dessa forma, compreendemos que o alocutário nessa reportagem seja o alocutário-cisgênero, ou seja, no recorte está se explicando para um cisgênero, a partir de um dialeto que ele entenda, o que significa o dialeto das travestis.

A articulação entre *travesti* e *barraqueiro* remonta a um lugar de dizer não-trans, uma vez que a comunidade não trata travestis no masculino, portanto o alocutor desse recorte também seria cisgênero. Além disso, como vimos anteriormente neste trabalho, enunciar sobre pessoas trans e travestis tratando-as no masculino é algo muito próprio do lugar social de cisgênero. Então, a cena enunciativa desse recorte se divide da seguinte forma: alocutor-jornalista, alocutor-cisgênero, alocutário-leitor e alocutário-cisgênero.

Dessa forma, temos no recorte um alocutor-cisgênero explicando a um alocutário-cisgênero um dialeto criado por pessoas trans e travestis a partir de palavras que um alocutor-cisgênero consegue entender. Além disso, o alocutor-cisgênero também explica o que é uma travesti a partir de uma visão cisgênera, argumenta que a travesti é um homem – e que um especialista que escreveu sobre o tema também entende as travestis dessa forma. O alocutor-cisgênero é autorizado a traduzir um dialeto travesti a partir de expressões transfóbicas.

Assim entendemos que a travesti não tem o mesmo estatuto de falante, uma vez que cisgêneros estão autorizados a falar sobre um dialeto travesti e dizer inclusive o que são as travestis.

Com essa última reportagem, a partir dos conceitos de cena enunciativa e espaço de enunciação, observamos mais uma vez as relações de desigualdade que existem entre os lugares sociais de trans/travestis e cisgêneros.

4.6 Considerações

Ao comparar os recortes analisados, percebemos algumas relações de sentido das quais não poderíamos deixar de tratar em nosso trabalho. Percebemos que, na grande maioria dos recortes analisados, há uma relação de sinonímia entre mulheres trans e homens biológicos, o que acontece tanto em procedimentos de reescrituração quanto no uso de pronomes ou flexões masculinas de determinadas palavras para se referir a mulheres transgênero. Percebemos também certa influência de textos da Psicologia/Psiquiatria em alguns recortes, o que nos mostra o quanto o texto científico influencia naquilo que é produzido na mídia, principalmente

no que diz respeito à comunidade trans. Essa semelhança se dá justamente pela visão de gênero e sexo que o texto científico tem como referência.

Assim como nos textos científicos notamos a presença do alocutor-cisgênero em alguns dos recortes analisados.

Outro ponto a ser considerado é que analisamos também a reportagem de uma travesti que foi presa e foi deixada com os pelos da face grandes. Apontamos que esse tipo de violência é a materialização da ideia de que existe o sexo natural, biológico. Assim, ainda que a travesti não se afirme enquanto homem, esse tipo de ideia acaba a colocando nesse lugar de homem biológico. Assim, afirmamos que os sentidos que funcionam no DSM e CID se materializam em condutas violentas para com esse grupo social.

Outro ponto crucial para nós é a relação estabelecida entre mulheres trans e os esportes. Percebemos que em reportagens cujo assunto é a presença de mulheres trans em categorias femininas, “mulher trans” instaura sentidos de fraude, violência, homem biológico, entre outros. Quando o recorte trata de uma mulher trans jogando em categorias não femininas, “trans” instaura sentidos de superação.

Percebemos também que, quando o assunto é o uso de banheiros ou a sexualidade, a expressão “mulheres trans” instaura sentidos de violência sexual.

As visões e ideias que encontramos nos recortes analisados são bastante violentas com a comunidade trans.

4.7 Análises em materiais didáticos do Novo Ensino Médio

O primeiro recorte selecionado encontra-se no livro “Vamos juntos profe”, um projeto integrador de Ciências Humanas e Sociais do Novo Ensino Médio, volume único, que tem como autores Maurício Cardoso, Paulo Eduardo Dias de Mello, Thaïs Helena Falcão e Márcia Takeuchi como organizadora. A obra é de 2020 e foi lançada pela Editora Saraiva. O material que utilizamos é o manual do professor.

O primeiro recorte selecionado está na página 55 e está na seção “Encontro 2, Violência e juventude: primeira abordagem”, em que está sendo trabalhado o assunto da violência e são sugeridas atividades e discussões acerca desse tema. O recorte se encontra em uma reportagem trazida, um questionário e a utilização da reportagem para uma discussão em conjunto. O título da reportagem é “Metade de todas as mortes entre jovens nas Américas podem ser evitadas, constata novo relatório da OPAS”, e nela são mostradas causas de morte da população juvenil.

O recorte se encontra em uma seção na reportagem intitulada “Principais causas de morte e doença”. O recorte escolhido para a análise foi o seguinte:

LIVRO 01

R1

As três principais causas de morte entre os jovens nas Américas são evitáveis. Os homicídios são os “principais assassinos”, sendo responsáveis por 24% de toda a mortalidade, seguidos pelas mortes no trânsito (20%) e pelo suicídio (7%). O relatório revela que um número significativo de jovens na região continua sofrendo com problemas de saúde, sendo os indígenas, população negra, comunidade LGBTI e jovens migrantes os mais afetados. “Os países devem agir para que todos os jovens, incluindo os mais vulneráveis, tenham acesso aos serviços de saúde dos quais precisam, sem deixar ninguém para trás”, afirmou Sonja Caffé, assessora regional de saúde do adolescente na OPAS. “Uma juventude saudável garantirá adultos mais saudáveis no futuro”, acrescentou.

Não se encontram nesse recorte as palavras Trans, Transgênero, Transexual e Travesti, contudo, encontramos a sigla da comunidade LGBTI no trecho *comunidade LGBTI e jovens migrantes os mais afetados*. Nessa sigla, L representa lésbicas, G representa gays, B, bissexuais, T representa Trans, Transgênero e Transexuais e I é referente a Intersexo. Partindo disso, podemos dizer, então, que há uma articulação por coordenação entre Trans, Transgênero e Transexuais com Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexo, na sigla LGBTI. A partir da articulação por dependência que a sigla faz com a palavra *comunidade*, estão instaurados sentidos de que as pessoas que possuem tais orientações sexuais e de gênero fazem parte de um só grupo social.

Outra articulação por coordenação importante é a que ocorre entre *comunidade LGBTI, indígenas, população negra e jovens imigrantes*. Esse grande grupo também se articula por incidência com *os mais afetados*, o que recorta memoráveis de “minorias sociais”. Esse grupo coordenado também se articula por incidência com *sofrendo com problemas de saúde*, o que instaura sentidos de que jovens trans, assim como outras minorias sociais, são aqueles que mais sofrem com problemas de saúde nas Américas.

Vamos agora para o próximo recorte da mesma obra, que é de uma seção intitulada: O que significa “violência de gênero”? esse recorte se encontra na página 56.

R2

Uma das formas mais graves e comuns de violência é a chamada violência baseada no gênero ou, simplesmente, violência de gênero. Essa expressão identifica qualquer tipo de violência, física ou psicológica, exercida contra

uma pessoa ou grupo de pessoas que, na perspectiva do perpetrador (pessoa que cometeu o ato de violência), tenham se insubordinado contra os papéis socialmente definidos para os gêneros. A violência de gênero mais recorrente é aquela que o homem, pela força física, exerce sobre a mulher, por meio de agressões, ameaças ou privação de liberdade. Mas vale lembrar que a ONU Mulheres adverte que homens e meninos que “não se adaptam” aos seus papéis de gênero também são vítimas de violência, especialmente de natureza sexual. Em outras palavras, aqueles que, em sua cultura, têm comportamentos considerados não tradicionais, como o uso de certas vestimentas, o gestual, os interesses afetivos ou mesmo o corte de cabelo ou o uso de adereços, são potencialmente vítimas de agressões.

Em um primeiro momento, chama-nos a atenção dois enunciados em que são sendo definidos no texto os grupos sociais que geralmente são vítimas de violência de gênero, sendo eles formados por: *pessoa ou grupo de pessoas que, na perspectiva do perpetrador (pessoa que cometeu o ato de violência), tenham se insubordinado contra os papéis socialmente definidos para os gêneros e aqueles que, em sua cultura, têm comportamentos considerados não tradicionais, como o uso de certas vestimentas, o gestual, os interesses afetivos ou mesmo o corte de cabelo ou o uso de adereços, são potencialmente vítimas de agressões.*

Começando pelo primeiro enunciado destacado, observamos uma articulação por coordenação entre *pessoas* e *grupo de pessoas*, que irão se articular por incidência com *tenham se insubordinado contra os papéis socialmente definidos para os gêneros*, em que estão instaurados sentidos de dissidência, oposição e rebeldia aos estereótipos de gênero. Uma vez que essa insubordinação pode ser feita por vários grupos sociais distintos, iremos propor algumas paráfrases para que possamos testar possíveis memoráveis sendo recortados nesse trecho:

- a) Mulheres que tenham se insubordinado contra os papéis socialmente definidos para os gêneros”;
- b) Homens que tenham se insubordinado contra os papéis socialmente definidos para os gêneros”;
- c) Pessoas Trans, Transgênero, Transexuais e Travesti, pois são insubordinados em relação aos papéis socialmente definidos para os gêneros”.

Para nós, as três paráfrases parecem funcionar de modo similar ao recorte original. A hipótese de que as paráfrases a) e b) reagem bem com o trecho original é reforçada nos enunciados: *A violência de gênero mais recorrente é aquela que o homem, pela força física, exerce sobre a mulher e a ONU Mulheres adverte que homens e meninos que “não se adaptam”*

aos seus papéis de gênero também são vítimas de violência. A terceira paráfrase também parece corresponder ao trecho, uma vez que pessoas desse grupo social são socialmente entendidas como pessoas que não se adequam aos papéis sociais que lhes são impostos no momento do nascimento. Dito isso, sugerimos que nesse recorte *aquelas pessoas ou grupo social* estejam recortando memoráveis de Trans, Transgênero, Transexual e Travesti, Mulher e Homem.

Letícia Nascimento (2021) aponta que, apesar das diferenças entre as vivências, a morte de pessoas LGBT e mulheres se entrelaçam, já que esses corpos são vítimas da colonialidade de gênero que impõe a heterossexualidade e o binarismo. Por esse motivo, acredita-se que identificar a morte de mulheres trans como feminicídio é uma forma de ampliar a luta contra o machismo e o cissexismo.

Já no segundo trecho destacado, ocorre algo parecido. Nele, temos as seguintes relações enunciativas: *aqueles* se articula por incidência com *comportamentos considerados não tradicionais* e *comportamentos* é reescrito por enumeração em *uso de certas vestimentas, o gestual, os interesses afetivos ou mesmo o corte de cabelo ou o uso de adereços*. Nesse caso, são instaurados sentidos de inadequação a estereótipos e normas de gênero e sexualidade, portanto, sugerimos que nesse recorte também estejam sendo recortados memoráveis de LGBTQIA+, Mulher e Homem. Por fim, *aqueles* se articula por incidência com *são potencialmente vítimas de agressões*. Aqui, ao contrário da CID e do DSM, Trans, Transexual, Travesti e Transgênero funcionam como aqueles que se opõem às normas de gênero e não como aqueles que as reforçam.

A partir dessas relações enunciativas podemos dizer que é sustentada pelo alocutor-professor a conclusão de que pessoas Trans e afins também podem ser vítimas da violência de gênero.

Vamos agora para a seção intitulada “8. Respostas, orientações e comentários relacionados especificamente às atividades de cada encontro”, na página 244, onde são trazidas as possíveis respostas para as questões levantadas e sugestões de direcionamentos aos alocutários-professores. Assim, iremos colocar aqui a pergunta que está presente na seção do recorte 01 dessa pesquisa e a sua respectiva resposta que está nessa nova seção apresentada.

R3

2. A que tipo de violência as causas apresentadas no artigo estariam relacionadas? Justifique sua resposta. Resposta 2. Os principais setores afetados são os indígenas, a população negra, a comunidade LGBTI e os

jovens migrantes. Isso ocorre porque a população mais vulnerável social e economicamente não tem acesso a serviços de saúde.

Na resposta aparece mais uma vez a sigla *LGBTI*, em que Trans, Transsexual, Transgênero e Travesti aparecem articulados por coordenação com Gays, Lésbicas, Bissexuais e Intersexo. Aqui, assim como no primeiro exemplo, a sigla também está se articulando por coordenação com *jovens imigrantes, população negra e indígenas*, em que novamente estão funcionando sentidos de que pessoas desses grupos sociais são vítimas de violências e de falta de assistência. Todos esses nomes são reescritos por condensação em *população mais vulnerável*, que por sua vez se articula por dependência com *social e econômica*. *População mais vulnerável* também irá se articular por incidência com *não tem acesso a serviços de saúde*. Aqui, funcionam sentidos de que essas populações são mais vulneráveis em relação à violência e à pobreza e que também são desassistidas em relação a questões de saúde.

A cena enunciativa aqui é dividida em alocutor-professor, alocutário-professor e enunciador universal. A partir disso, propomos que seja sustentado pelo alocutor-professor que pessoas Trans, Transgênero, Transexuais e Travestis também podem ser entendidas como pertencentes a uma classe social que não tem acesso à saúde, sofre com a pobreza e a discriminação social também.

Por último, iremos ainda analisar mais um recorte nessa obra, e ele se encontra na seção que apresenta ao alocutário-professor diretrizes e detalhes do “Projeto 4- Preconceito, discriminação e racismo”. O nosso recorte se encontra especificamente na seção “Abordagem teórico-metodológica” na página 263:

R4

Vivemos no início do século XXI importantes avanços nas lutas pelos direitos humanos, resultantes do reconhecimento de que as desigualdades sociais não são apenas promovidas por fatores econômicos; elas são impulsionadas também por preconceito e discriminação racial, social e de gênero. As lutas e conquistas de diversos movimentos, como o negro e o LGBTQ+, reivindicaram inserção em espaços sociais e culturais antes destinados a grupos privilegiados. Eclodiram novos processos de reconhecimento e valorização das identidades étnicas, sociais e de gênero.

Aqui, novamente encontramos transgênero articulado por coordenação em uma sigla a *LGBT+*, sigla essa que é sutilmente diferente da primeira apresentada. Nessa sigla são incluídos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Trans e Travestis, e o símbolo + reescreve por condensação “intersexo, pansexuais, Queer” e as demais classificações que cabem nessa sigla. Essa sigla se articula por coordenação com *negro* e por incidência com

movimentos, o que instaura sentidos em que LGBT+ é um movimento social, além de grupo social. *Movimentos, como negro e LGBT+* se articula por incidência com *reivindicaram inserção em espaços sociais e culturais antes destinados a grupos privilegiados*, em que estão sendo recortados memoráveis de militância e luta social.

Assim, podemos dizer que nesse recorte funcionam sentidos em que as pessoas trans e afins são colocadas como agentes de mudança social. Outra coisa interessante é que, através das relações enunciativas aqui analisadas, percebemos a formação de dois grupos distintos, um que seria formado por pessoas negras e LGBT+ e o outro grupo seria o dos *grupos privilegiados*. A partir da relação estabelecida entre esses dois grupos, instauram-se sentidos de que *grupos privilegiados* sejam determinados pelo acesso em espaços sociais e culturais, e o outro grupo é determinado pela luta para estar nesses lugares. Assim, a partir dessa relação de oposição, propomos que movimento LGBT+ e negro projetem sentidos de *desprivilegiados*. Para reforçar essa hipótese, propomos novamente o seguinte teste parafrástico:

- a) As lutas e conquistas de diversos movimentos formado por grupos desprivilegiados, como o negro e o LGBT+, reivindicaram inserção em espaços sociais e culturais antes destinados a grupos privilegiados.

Ao inserir a palavra “desprivilegiados” no recorte original, não percebemos uma mudança nos sentidos, o que sugere que a nossa hipótese esteja correta.

Outro ponto importante a ser destacado aqui é que a expressão *lutas e conquistas de diversos movimentos* é uma reescrituração por substituição da expressão *lutas pelos direitos humanos*. Assim, podemos dizer que é sustentado o argumento de que o movimento LGBT+ busca o acesso a direitos humanos, e portanto pessoas desse grupo não possuem acesso a esses direitos. *Lutas pelos direitos humanos*, por sua vez irá se articular por incidência com *resultantes do reconhecimento de que as desigualdades sociais não são apenas promovidas por fatores econômicos*. Nesse caso aqui, *lutas* se articula por incidência com *resultante do reconhecimento das desigualdades*, em que funcionam sentidos de que o reconhecimento das diferenças sociais tenha desembocado na organização de lutas.

Na última parte do recorte, encontramos o seguinte enunciado: *Eclodiram novos processos de reconhecimento e valorização das identidades étnicas, sociais e de gênero*. O recorte instaura sentidos de progresso ante as formas de discriminação de gênero, raça e classe. Contudo, nesse trecho encontramos uma referência ao nosso objeto de estudo uma vez que as expressões *identidades* e *de gênero* se articulam por dependência, instaurando sentidos de que

o reconhecimento da possibilidade de identidades de gênero representa também esse progresso. Esse grupo nominal formado instaura sentidos de Trans, Transgênero, Transexual e Travesti. Outro ponto é que *de gênero* também se articula por coordenação com *étnicas* e *sociais*, o que instaura sentidos de que esses grupos sociais compartilham e sofrem com a discriminação de forma parecida.

Agora vamos analisar um novo material. O novo recorte apresentado aqui foi retirado do livro da categoria Projetos Integradores, intitulado “Da Escola Para o Mundo”, volume único, dos autores Roberta Hernandez e Ricardo Gonçalves Barreto, da Editora Ática e lançado no ano de 2020, o corpus é um Manual do professor.

O recorte se encontra na seção “Atividade 2”, na página 66, em que estão sendo discutidos o Rap, o Hip-Hop e a dança de rua. No capítulo, são apresentadas tanto a história desses como também artistas que trabalham no segmento e letras de suas canções. O nosso objeto de pesquisa se encontra no seguinte trecho:

LIVRO 02

R1

No Brasil, desde 2012, ocorre anualmente a Festa Literária das Periferias (Flup). Percorrendo favelas e comunidades do Rio de Janeiro, a Flup dá voz a autores jovens das periferias que, em suas obras, tratam de temas relacionados à juventude e ao engajamento social, como racismo, empoderamento de mulheres e de jovens negros, repressão policial e violência do Estado, exclusão de direitos, sexualidade e temática LGBTQ+.

Neste recorte, pessoas trans e afins se articulam por coordenação com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Queer entre outros na sigla *LGBTQ+*. Aqui, vale destacar que mais uma vez a sigla aparece diferente, agora temos o Q, que é referente ao Queer.

A sigla também se articula por dependência com *temática*, em que estão sendo instaurados sentidos de “cultura LGBT”. “Temática LGBTQ+” se articula por coordenação com *sexualidade, exclusão de direitos, violência do Estado, repressão policial, empoderamento de mulheres e de jovens negros, racismo, engajamento social e temas relacionado à juventude*. Essa articulação por coordenação vai se articular por incidência com *jovens das periferias que, em suas obras, tratam de temas relacionados*. Nesse caso, funcionam sentidos de que todos esses temas são tratados por artistas da periferia, ou seja, de que esses temas fazem parte da cultura da periferia. Compreendemos, assim, que estão sendo projetados sentidos de que a cultura LGBT é uma cultura popular e está presente nas expressões artísticas de jovens brasileiros. Contudo, a partir da relação que LGBTQ+ estabelece com os outros temas como

“racismo” e “violência do Estado”, sugerimos que Trans e afins aqui também recortam memoráveis de minoria social.

O próximo material a ser analisado é de um “projeto de vida” intitulado “Vivências”, de Isabella Alchorne e Sofia Carvalho, volume único. Sendo ele um manual do professor. O recorte se encontra na página 113.

LIVRO 03

R1

you e os colegas de turma vão se reunir em trios para escrever uma música ou poema (pode ser nos moldes do que acontece nos slams, por exemplo) que represente as juventudes de voces. Tentem mergulhar no contexto cultural no qual estão inseridos: urbano, rural, litorâneo, ribeirinho, etc. Slam: Evento de “batalhas” de versos falados, geralmente realizados por jovens para dar voz às periferias e a diferentes recortes sociais: negros, mulheres, LGBTI, etc.

Para início da análise, observamos mais uma vez que Trans, Transgnero, Transsexual e Travesti são aparecem coordenados na sigla de sua comunidade, contudo a sigla dessa vez  *LGBTI*, ou seja, Trans e afins também se articulam por coordenação com “intersexo”. A sigla se articula por coordenação com *negros* e *mulheres*. Essas três expressões se configuram no acontecimento como uma reescrituração por enumeração de *recortes sociais*, o que recorta novamente memoráveis de *minoria social* ou *vulnerabilidade social*. *Recortes sociais*, por sua vez, está articulado por coordenação com *periferias* e por incidência com *realizados por jovens*, em que funcionam sentidos de que as pautas LGBT também são pautas juvenis. Todo esse trecho também pode ser interpretado como uma reescrituração por expansão de *Slam*.

Slam é uma reescrituração por condenso de *Slams*, que por sua vez se articula por incidência com *música* e *poema*. Podemos afirmar que, a partir dessas relações enunciativas, está sendo sustentado o argumento de que as pautas LGBTI pertencem também  juventude e podem fazer parte de expressões artísticas como os Slams.

Seguimos para o próximo livro, intitulado “Tramas das Linguagens”, que é um manual do professor e  um livro de formação continuada sobre teatros. O nosso recorte se encontra em uma seção onde se está falando do “Teatro Documentário ou teatro da não ficção”. O recorte se encontra nas páginas 167 e 168.

LIVRO 04

R1

A criação parte do desejo do diretor Nelson Baskerville (1961-) de contar a trajetória de transformação de sua irmã transgênero Gabriela, batizado como Luis Antonio. Por meio de investigações de documentos, registros, relatos e fotos, o grupo vai compondo as cenas, e a dramaturgia vai sendo elaborada durante o processo. Na montagem, o recurso de projeções é amplamente explorado, revelando em vídeos os depoimentos de Baskerville, fotos da família e correspondências com sua irmã. Veja a peça Luis Antonio - Gabriela, no canal de vídeos da Cia. Mungunzá, e apresente-o para os estudantes, observando a história, a estrutura dramática e como se dá a ação. ■ CIA MUNGUNZÁ. Luis Antonio - Gabriela. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C2fuIvCjWbE>.

Vamos começar analisando o trecho: *A criação parte do desejo do diretor Nelson Baskerville (1961-) de contar a trajetória de transformação de sua irmã transgênero Gabriela*. Aqui, pela primeira vez em nossa pesquisa em livros didáticos, encontramos a palavra *Transgênero* não associada a outras sexualidades e identidades da comunidade LGBT, aqui *Transgênero* aparece em evidência. Esse termo se articula por dependência com *Irmã* e *Gabriela*, indicando um grupo nominal, o da irmã transgênero chamada Gabriela. Contudo, uma relação enunciativa nos chama a atenção, *Transgênero* aqui também se articula por incidência com *transformação* em que estão funcionando sentidos em que pessoas Transgênero são pessoas que passaram por uma *transformação*. Isso fica ainda mais forte quando observamos que *irmã transgênero* se articula por incidência com *batizado como Luiz Antônio*. *Batizado* está flexionado no masculino, o que instaura sentidos de que pessoas transgênero se transformam em algo que elas não são. O uso da flexão do verbo no masculino instaura sentidos de que mulheres transgênero são em alguma medida homens, ou seja, argumentativamente é apresentado pelo alocutor que Gabriela já foi homem. Essa afirmação está embasada na articulação entre a palavra *irmã*, palavra usada para pessoas do gênero feminino e *batizado*, em que *irmã* sugere aceitação da diversidade e *batizado* implica que não é mulher de verdade. Nesse trecho vemos novamente o funcionamento em que pessoas trans são colocadas como aquelas que querem ser o que não são, portanto, incongruentes em relação a seu sexo e gênero. Algo que aparece também na CID, no DSM e em algumas reportagens que analisamos.

Sugerimos que esse seja um alocutor-cisgênero pelo modo como a personagem trans é referida no recorte, que se apresenta de forma muito similar ao que acontece nos outros recortes já analisados, como na CID e no DSM. A transativista e pedagoga Maria Clara Araújo dos Passos (2019) aponta que o currículo está nas mãos de um grupo que dita as narrativas sobre outros corpos que não são o desse grupo seletivo, sendo este formado por homens brancos e cisgênero. Para nós, nesse recorte há um funcionamento parecido, o funcionamento de uma

pessoa cis falando sobre um outro corpo, corpo de uma mulher trans, a partir de uma lógica bioessencialista.

No trecho *Na montagem, o recurso de projeções é amplamente explorado, revelando em vídeos os depoimentos de Baskerville, fotos da família e correspondências com sua irmã, , irmã transgênero* é reescrito por condensação em *irmã*. Logo após encontramos um trecho em que é sugerido ao alocutário-professor e alocutor-cisgênero que se apresente essa peça em sala de aula *observando a história, a estrutura dramática e como se dá a ação*, essa articulação por coordenação sugere que serão importantes para o componente curricular não só os aspectos técnicos da peça, mas a história também. Assim, nesse recorte funcionam sentidos em que a história de uma pessoa transgênero será de importância para os alunos. Por esse motivo, afirmamos que aqui Transgênero também seja determinado por expressão cultural.

Por fim, o nosso último recorte foi retirado do livro do professor da série “Tramas da linguagem”, contudo direcionado aos ensinamentos no campo musical. O recorte se encontra na seção intitulada “Territórios do Rap e do Funk Brasileiro”, em que estão sendo discutidos como esses estilos musicais são difundidos em nossa sociedade. O recorte trata também de artistas influentes nessas cenas. Ele se encontra na página 63.

LIVRO 05

R1

Mas, à medida que esse estilo cresce e também ocupa lugares diversificados, como as pistas de danças de boates de classe média e paradas de sucesso internacional, as criações também se diversificam na voz de artistas que trazem outras temáticas e até militâncias políticas para o funk. Entre esses exemplos, podemos citar MC Carol, cujas letras de suas músicas apresentam críticas à condição negra no Brasil; MC Linn da Quebrada, que põe em pauta a luta LGBTQIA+, e MC Tha, que mostra a influência de nomes da música brasileira, como Caetano Veloso e Clara Nunes, ao tratar de temas das religiões de matriz africana.

Aqui, nesse recorte, trans e afins encontram-se mais uma vez articulados por coordenação em uma sigla LGBT, contudo aqui a sigla mais uma vez aparece diferente, pois é *LGBTQIA+*. Nesse caso, insere-se o Assexual além dos outros que já foram apresentados aqui anteriormente, além do + que indica outros grupos da comunidade.

A sigla aparece articulada por dependência com *luta*, instaurando sentidos de que transgêneros são entendidos como agentes de mudança social, contra hegemonia e movimento social. Essa hipótese é reforçada uma vez que *luta LGBTQIA+* faz parte de uma reescrituração

por enumeração de *exemplos*, que por sua vez é uma reescrituração por substituição de *militância política*.

O grupo nominal *luta LGBTQIA+* também se articula por incidência com *MC Linn da Quebrada*, uma artista travesti. Sugerimos assim que Linn da Quebrada esteja recortando memoráveis de travesti. Afirmamos assim que Trans, Travesti, Transexual e Transgênero sejam determinados por artista e militância.

4.8 Considerações

Comparando os recortes analisados, destacamos um detalhe que nos chamou à atenção. Em nossa pesquisa quase não encontramos as palavras trans, transgênero, transexual e travesti em materiais didáticos do Novo Ensino Médio. Na grande maioria dos recortes, tivemos que analisar a sigla LGBT e suas variações. Percebemos que, quando trans, transgênero, transexual e afins estavam articulados por coordenação com lésbicas, gays, bissexuais e outros instauravam sentidos de “luta”, “cultura” e “movimento social”. Contudo, no recorte em que encontramos a palavra “Transgênero” isolada, ela instaurava sentidos de homem biológico.

É importante salientar que, quando as palavras trans, transexual, transgênero e travesti são coordenadas dentro da sigla LGBT e suas variantes, funcionam sentidos de isonomia. Ou seja, quando todas essas comunidades estão colocadas num mesmo lugar, elas aparecem como se fossem iguais perante a sociedade, o que, como vimos anteriormente, não acontece. Assim, transgênero e cisgênero (seja Gay, Lésbica, bi, etc) funcionam como se fossem a mesma coisa e como se passassem pelas mesmas coisas.

Como afirmamos no início do trabalho, ser transgênero e ser cisgênero são lugares diferentes no dizer. Na hierarquia do dizer, ambos são distribuídos politicamente de forma desigual na sociedade. Dizer que pessoas trans são como pessoas cis é apagar o sofrimento e as violências específicas que esse grupo passa. É como a Letícia Nascimento coloca em seu livro: “Vidas LGBTQIA+ importam”, o “T” da sigla realmente contempla a população trans? (Nascimento, 2021, p. 161).

Para nós, quando a expressão trans não aparece em quase nenhum recorte, propomos que haja certa censura, um apagamento. Butler (2021) aponta que, pelo fato de que a construção da nossa subjetividade está relacionada ao linguístico, censurar e apagar certas vivências também influencia subjetividades. Assim, apagando pessoas trans de livros didáticos é possível apagar a existência de pessoas trans como vidas possíveis.

5 CONCLUSÃO

Para concluir o nosso trabalho, gostaríamos de retomar os resultados das análises que foram empreendidas em todo o corpus da pesquisa e compará-los, de acordo com a noção de trajeto temático que utilizamos nesta dissertação. Iremos fazer algumas considerações de modo a sintetizar e retomar brevemente o que conseguimos coletar e analisar. Começaremos pelas análises da CID e DSM.

Na CID-10, observamos alguns funcionamentos enunciativos segundo os quais transexuais e travestis estavam relacionados a ideia de patologia, sendo essas pessoas definidas a partir de uma relação de repulsa com o próprio corpo. Observamos também que toda essa ideia de repulsa com o próprio corpo recorta memoráveis de que o gênero de uma pessoa é definido pela sua genitália. Outro ponto central que pudemos observar é que nessa edição do manual, pessoas cisgênero são colocadas como a norma e as pessoas trans, como alguém dessa norma, como exceção, como desvio.

Além disso, percebemos que os parâmetros utilizados para a definição dos diagnósticos neste manual por vezes se assentam no estereótipo de gênero. Dessa forma, as pessoas desse grupo são colocadas num lugar em que supostamente elas reforcem esses estereótipos. Observamos também que a expressão “transexualidade” aparece relacionada à ideia do desejo de usar roupas destinadas ao gênero oposto ao que lhes foi designado no nascimento, bem como o desejo da realização de cirurgias estéticas de mudança corporal. A CID-10 também relaciona “transexuais” à ideia de que pessoas inconformes de gênero desejam obrigatoriamente “consertar” seu corpo.

O transexualismo, por sua vez, aparece relacionado ao uso de vestimentas do “sexo oposto” e à ideia de satisfação momentânea de pertencer a outro gênero. Ela aparece relacionada à ideia de que travestis são “homens vestidos de mulher”. Observamos também uma associação feita entre travestis e transexuais com fetiche, pedofilia, voyerismo e sadomasoquismo. Para nós, essas são formas bastante estereotipadas e violentas de ver essas pessoas. Ainda que a CID-10 esteja parando de ser utilizada devido à criação de uma nova edição, essa análise nos mostra muito sobre como as pessoas trans significavam para comunidade científica nas últimas décadas, e como eram tratadas de uma forma preconceituosa e estereotipada.

Na CID 11, que supostamente seria uma edição menos patologizante, atualizada e humanizada do manual, encontramos a expressão “incongruência de gênero”. Nessa edição, observamos uma relação enunciativa entre incongruência e sentidos de rejeição com o próprio corpo, assim como na edição anterior da CID. Além disso, identificamos memoráveis como

“nasceu no corpo errado” sendo recortados. Existem também funcionamentos similares entre as CIDs em relação a patologização e a importância dos estereótipos de gênero na compreensão e classificação dessas pessoas.

Em nossas análises também apontamos que no texto da CID-11 é argumentado que pessoas trans são incongruentes e passíveis de receber um diagnóstico pelo que são. Assim como na edição anterior da CID, também observamos sentidos de “desejar ser o que não se é” e “querer ser homem/mulher”. Com isso, entendemos que nessa edição da CID também encontramos definições violentas e estereotipantes sobre pessoas Trans, Transgênero, Transexual e Travesti. Então, assim como apontamos em Cruz, Ventura e Mafra (2023), ainda que esse manual tenha sido feito na prerrogativa da despatologização dessas pessoas, concluímos que a patologização ainda continua.

Já no DSM-V, observamos nas redes de significação de Disforia de Gênero sentidos de sofrimento e desconforto. Encontramos também, assim como na CID-10, o diagnóstico relacionado à ideia de fetiche. Observamos também a presença da ideia de que o gênero de uma pessoa é definido por sua genitália e por estereótipos de gênero. Encontramos também associados a disforia de gênero, a solidão, o isolamento social, a rebeldia, a rejeição escolar e a ideia de que disfóricos são culpados pelo seu sofrimento.

No DSM, também encontramos uma associação de pessoas trans com suicídio. Aqui, as intervenções estéticas continuam tendo uma grande importância para se definir esse grupo, bem como a ideia de que pessoas trans devam ser heterossexuais. Essa edição do DSM continua sendo utilizada pela comunidade científica e profissionais de saúde mental no Brasil, o que ao nosso ver é bastante delicado, uma vez que, a partir do que foi analisado, entendemos que no DSM encontram-se sentidos estereotipados e preconceituosos para com a comunidade trans.

Vamos agora nos ater às análises das reportagens. Assim como nos textos científicos, encontramos também nos textos jornalísticos a ideia de “homem que quer ser/ se enxerga como/ quer parecer uma mulher, assim como mulher que quer ser/ se enxerga como/ quer parecer um homem”. Encontramos também, em algumas reportagens analisadas, os pronomes de algumas pessoas trans flexionados em seus gêneros designados ao nascimento. Percebemos isso também em um dos recortes quando a categoria “atriz trans” é expressa através da expressão “ator trans”. Para nós, essas formas de se representar esse grupo social são estigmatizantes e preconceituosas.

Encontramos também trechos em que mulheres trans são definidas como homens biológicos, assim como no DSM-V. Em outros recortes, as pessoas trans, transgênero e travestis também representam um perigo a mulheres cisgênero e a crianças, principalmente quando o

assunto está relacionado ao uso de banheiros e vestiários, instaurando sentidos de que pessoas trans são pedófilas e abusadoras. Observamos também que, em boa parte dos recortes, é delimitada uma diferença entre as categorias mulheres e mulheres trans, sendo a segunda não pertencente à primeira, o que também é reforçado com os sentidos de que mulheres trans são homens vestidos de mulher. Para nós, estes sentidos apresentados anteriormente reforçam preconceitos com esse grupo social, um exemplo que trouxemos dessa relação é o exemplo da Verônica Bolina e da Anyky, sendo que uma teve seu cabelo raspado e a outra foi presa até os seus pelos do rosto nascerem. Essas violências materializam os sentidos de que mulheres trans e travestis são homens biológicos. Percebemos também a influência que os textos do DSM e CID têm sobre o jornalismo.

Percebemos também um funcionamento interessante quando se trata de esportes. Quando as reportagens retratam o caso de mulheres trans jogarem em campeonatos femininos, encontramos sentidos de trans relacionados a fraude, mentira, roubo, roubar o espaço de mulheres, desonestidade, insanidade, piada e conspiração. Contudo, encontramos em um dos recortes o caso de uma mulher trans que não joga em campeonatos femininos, nesse caso, sentidos de transexual estavam relacionados a superação e sucesso. Por fim, encontramos também sentidos ligados à Ideologia de gênero e à ideia de contágio social, o que acaba dialogando com a patologização anteriormente elaborada na análise dos textos científicos. Assim, concluímos que o material analisado, que foi veiculado em portais de notícias na internet, apresenta visões violentas para com esse grupo social.

Gostaríamos de iniciar nossas considerações sobre os textos encontrados em materiais didáticos, alertando que nos materiais que analisamos pouco encontramos sobre a comunidade trans, e o pouco que achamos foi em maior parte associado à sigla LGBT e variações. Isso já nos indica algo a ser pensado posteriormente, uma vez que com isso percebemos certa presença dessas pessoas nesses materiais, o que ao mesmo tempo também se configura como uma ausência. Um dos problemas dessa coordenação de pessoas trans com lésbicas, gays e bissexuais em uma sigla é que isso instaura sentidos de isonomia, de que ambos são iguais, portanto que pessoas trans passem pelas mesmas coisas que pessoas cisgênero.

Nos recortes que encontramos, percebemos a significação do nosso objeto de pesquisa como “minorias sociais” e uma associação dessa comunidade com outras como pretos/indígenas, entre outros. Encontramos também a associação de Trans, Transgênero, Transexual e Travesti com vítimas de agressões, vulnerabilidade e violência de gênero.

Na associação entre pessoas trans com violência de gênero, nome geralmente designado para a violência que mulheres cis passam, percebemos então uma aproximação entre essas categorias. Percebemos também sentidos de desprivilégio relacionados a essa comunidade.

Em contrapartida, também encontramos nesses materiais sentidos de LGBT e sentidos de agência de mudança social e movimento social. Encontramos também sentidos de que a cultura LGBT é uma cultura popular, é pauta da juventude e é repleta de manifestações artísticas. Para nós, esses sentidos encontrados nos materiais didáticos não se relacionam com o preconceito, muito pelo contrário, ajudam a ampliar a discussão sobre o tema na escola, que, como dissemos anteriormente, é um dos lugares onde essas pessoas mais sofrem com a violência e o preconceito. Contudo, não podemos deixar de falar novamente como as palavras Trans, Transgênero, Transexual e Travesti aparecem “escondidas” na sigla LGBT.

Assim como nos textos jornalísticos, aqui também encontramos uma relação entre transgeneridade e identidade, uma vez que identidade de gênero parece reescrever a experiência de pessoas trans em alguns trechos. Observamos, também, assim como encontramos nas outras duas partes do trabalho, sentidos de que mulher trans não é mulher de verdade. Por fim, também encontramos, relacionado a sentidos de trans a ideia de transformação. Para nós, os textos dos materiais didáticos aqui analisados, em sua maioria, não apresentam sentidos tão estereotipados como na CID, no DSM e nos portais de notícia, contudo não podemos considerar mais uma vez que, quando a palavra “transgênero” aparece isolada, ela instaura sentidos de “homem biológico”, o que para nós configura-se como preconceito.

Outro achado importante na nossa investigação é que, ao pesquisar sobre as expressões Trans, Transgênero, Transexual e Travesti encontramos as palavras sexo e gênero geralmente sendo utilizadas para falar sobre esse grupo.

Percebemos que a expressão *sexo* geralmente estava se articulando por dependência com “biológico” e as vezes, ainda que não estivesse articulada com a expressão *biológico*, instaurava sentidos de biologia, de morfofisiologia. Gênero, por sua vez, representava na maioria dos recortes a ideia de expressão social do sexo, estando relacionado a preferências, escolhas, gostos, entre outros. Assim, encontramos na maioria dos recortes uma dualidade entre sexo e gênero – um sendo o aspecto biológico dos corpos e o outro o social.

Essa dualidade parece ser primordial na definição do que é uma pessoa Trans, Transgênero, Transexual e Travesti nos recortes analisados – visto que a pessoa trans é entendida como tendo determinado sexo e desejando ser de outro gênero que não aquele que foi designado ao seu sexo.

Percebemos que boa parte das vezes em que havia um funcionamento de preconceito nos recortes analisados, esse preconceito se relacionava com essa dualidade entre gênero e sexo. Assim, mulheres trans foram frequentemente chamadas de homens biológicos, já que a partir dessa dualidade entre sexo e gênero isso estaria correto. Um ponto interessante a se discutir é que, em alguns recortes, à primeira vista, parecia não haver uma visão preconceituosa sobre essas pessoas, principalmente quando as pessoas trans eram respeitadas em relação aos seus pronomes. Mas, algumas, no final das contas, apresentavam uma visão preconceituosa por ainda assim definirem mulheres trans e travestis enquanto homens.

Percebemos assim que, em alguns recortes analisados, pessoas trans são reconhecidas em seu gênero (assim, mulher trans sendo entendida como do gênero feminino). Contudo, isso só é permitido mediante a afirmação de que “elas” também são “eles”, de que, apesar de serem do gênero feminino, elas são do sexo masculino. A partir dessa cisão entre gênero e sexo é que as pessoas trans nesses recortes são reconhecidas enquanto incongruentes, disfóricas, patologias, entre outras coisas.

Assim, chegamos na cena enunciativa. Um dos principais resultados dessa pesquisa foi identificar o alocutor-cisgênero em algum dos recortes. Vale lembrar que o alocutor não diz respeito a características bio-psicológicas de um sujeito, mas diz respeito a um lugar social em que o falante é agenciado no dizer.

Falamos também que esse agenciamento se dá sempre de forma política, os falantes agenciados em alocutores são divididos de forma desigual e hierárquica. Identificamos que o alocutor-cisgênero é esse lugar social que é autorizado a falar e a teorizar sobre o outro, o corpo transgênero. O alocutor-transgênero seria aquele que fala sobre si e se autodetermina, mas politicamente, o que é dito pelo alocutor-cisgênero é colocado acima do que é dito pelo alocutor-transgênero. Portanto, ainda que o alocutor-transgênero possa falar sobre si, isso não tem o mesmo valor na disputa política no centro do dizer do que quando um alocutor-cisgênero fala de seu outro, fala do corpo trans.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao enunciador-universal, pois percebemos uma regularidade em nosso trabalho. Nos recortes analisados, o falante sempre enuncia a partir desse lugar que diz sobre a realidade. Isso nos mostra que existe uma relação muito próxima entre o enunciador-universal e o alocutor-cisgênero. A nossa conclusão é que é constituinte do lugar social de cisgênero falar sobre pessoas trans como se pudessem dizer a verdade sobre elas. Ou seja, em nosso trabalho, o alocutor-cisgênero fala a partir de um enunciador-universal. Vale lembrar que o enunciador-universal é esse lugar em que se fala sobre o real a partir de uma régua veritativa, a-histórica. Então, para nós é muito próprio do lugar social de ser cisgênero

falar sobre pessoas trans, como se estivessem isentos da história, como se tivessem fora do simbólico do gênero, afinal eles são naturalmente e biologicamente corretos, é um fato, é científico. Observou-se também que conceitos como sexo e gênero são enunciados por falantes agenciados em locutores-cisgêneros para definir o que são pessoas trans e que quando isso acontece pessoas trans são colocadas como subordinadas à pessoas cisgênero.

Entendendo que exista um alocutor-cisgênero dessa forma a gente se opõe àquilo que é colocado na CID, DSM, em algumas reportagens e em trechos de livros, que afirmam que ser cisgênero ou transgênero seja apenas se identificar com seu sexo biológico ou não. Para nós, a partir da semântica, ser cis não diz respeito apenas a intenção do sujeito, ser cis é ocupar o lugar social de ser cisgênero.

Dessa forma, em conformidade com a ideia da Butler (2013) de que sexo e gênero sejam construídos na linguagem, iremos afirmar que gênero diz respeito a um lugar social em que o falante é agenciado ao dizer. Assim, entendemos que a Semântica Histórica da Enunciação possa contribuir também com os estudos de gênero, a partir de seu conceito de cena enunciativa.

Também em relação a cena enunciativa observamos a relação de conflito que existe nos lugares sociais, ou seja, nesse trabalho observamos que o lugar social de cientista não é singular. Como observado, o alocutor-cientista pode ocupar lugares diferentes na sociedade, como foi o caso do lugar social de cientista das ciências naturais e o das ciências sociais.

Para concluir a nossa pesquisa, retornamos aos nossos questionamentos iniciais: *Quais são os sentidos de Trans, Transexual, Transgênero e Travesti em textos da Psicologia/Psiquiatria, reportagens e em livros didáticos do Novo Ensino Médio? Como funciona a nomeação dessas pessoas nesses textos e quem está autorizado a nomeá-las? As manifestações de violência que esse grupo social é vítima materializam os sentidos que circulam na sociedade?*

Em resposta a essas perguntas, afirmamos que boa parte dos sentidos encontrados aludem ao preconceito e ao estereótipo, mesmo em meios de veiculação que supostamente deveriam ser inclusivos e auxiliares de grupos sociais desfavorecidos. Observamos também que os sentidos preconceituosos que funcionam nesses materiais também estão materializados em manifestações de preconceito, como foi no caso de Anyky e Verônica Bolina. Percebemos que ainda que nos materiais do Ensino Médio o nosso objeto não esteja colocado de forma explícita, encontramos sentidos de trans, travesti, transexual e transgênero ligados a agência social e a movimento social, o que é bastante positivo diante dos dados relacionados à evasão escolar de jovens trans. Observamos também que pessoas que estão agenciadas no lugar social de cisgênero são autorizadas a falar a “verdade” dos corpos trans, enquanto a estas é privado o

direito da autodeterminação. Por esse motivo, compreendemos que politicamente falantes cis e trans não possuem o mesmo estatuto de falantes.

Também identificamos que os memoráveis recortados nos textos da CID e do DSM também aparecem na mídia e em um dos textos do livro didático. O que indica o poder e a influência que a produção científica das ciências naturais possui em outros textos que circulam em nossa sociedade.

Por fim, gostaríamos de alertar que este trabalho apenas discute sentidos de Trans dentro de um pequeno corpus. Assim, para ampliar a discussão sobre os sentidos de Trans, Transgênero, Transexual e Travesti, sugerimos que posteriormente possam ser feitas pesquisas em que sejam analisados outros textos, principalmente aqueles em que as pessoas expressam suas opiniões, para que possamos ver como o preconceito que funciona em CID, DSM, reportagens e livros didáticos se materializam em manifestações preconceituosas. Nossas sugestões são: comentários em mídias da internet como X (antigo Twitter), Facebook, Youtube, Reddit, a aba de respostas em matérias em jornais de notícia; bem como fóruns de discussão online. Assim, posteriormente poderemos identificar melhor a relação com os sentidos que funcionam nesses materiais e como a população reage a eles.

Também propomos que seja melhor desenvolvida a relação de conflito existente nos lugares sociais em que os falantes são agenciados no acontecimento, quando um mesmo alocutor possa representar lugares sociais diferentes.

Também sugerimos que a relação estabelecida neste trabalho entre gênero e cena enunciativa, ou seja, o entendimento de gênero enquanto lugar social em que o falante é agenciado no dizer, seja melhor desenvolvida em trabalhos futuros, uma vez que acreditamos que a Semântica Histórica da Enunciação, nesse aspecto, possa contribuir também com os estudos sobre gênero.

REFERÊNCIAS

- ALCHORNE, I. Carvalho, S. **Vivências**. 1. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2020.
- ALMEIDA, L. M. A revisão da notícia web: um embate entre velocidade e qualidade. **Cader CESPUC de Pesq Sér Ensaio**, v. 1, n. 26, p. 205-240, 18 fev. 2016.
- ALMEIDA, M. S. C.; SOUSA FILHO, L. F. de; RABELLO, P. M.; SANTIAGO, B. M. Classificação Internacional das Doenças - 11ª revisão: da concepção à implementação. **Rev de Saúde Públ**, v. 54, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dsS4mjDwZsNQ4BGZRnpXjSs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002120>
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-IV. Porto Alegre: Artmed, 1995. Outro(s) Autor(es): BATISTA, Deyse (trad.).
- APPLE, C. Conheça Anyky, a travesti que enfrentou a ditadura e sobreviveu a 50 anos de prostituição. **R7**, 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/conheca-anyky-a-travesti-que-enfrentou-a-ditadura-e-sobreviveu-a-50-anos-de-prostituicao-16082016>.
- ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Rev bras terap comport cogn**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2023.
- AS LÉSBICAS acusadas de transfobia por recusarem sexo com mulheres trans. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2021/10/26/as-lesbicas-acusadas-de-transfobia-por-recusarem-sexo-com-mulheres-trans.ghhtml>.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **DOSSIÊ** – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 07/07/2022.
- ATLETA trans de povoado quilombola no Maranhão é destaque no cenário nacional do futebol. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/vem-ver-pequeno/noticia/2023/02/14/atleta-trans-de-povoado-quilombola-no-maranhao-e-destaque-no-cenario-nacional-do-futebol.ghhtml>.
- BAGAGLI, B. P. A BBC e as pessoas trans: entenda porque a emissora sucumbiu à transfobia. **Transfeminismo. org**, 2021. Disponível em: <https://transfeminismo.org/a-bbc-e-as-pessoas-trans-entenda-porque-a-emissora-sucumbiu-a-transfobia/>

BALDWIN, A. Boris Johnson diz que mulheres trans não devem competir no esporte feminino. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/boris-johnson-diz-que-mulheres-trans-nao-devem-competir-no-esporte-feminino/>

BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. Sexualidad, Salud y Sociedad. **Revista Latinoamericana**, n. 14, Dossier n. 2, p. 352-379, ago. 2013. ISSN 1984.6487 Acesso em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/hykHkccvn45vRkCFVgDZFqR/abstract/?lang=pt>

BARIFOUSE, R. Como ser transgênero foi de 'aberração' e 'doença' a questão de identidade. **BBC News**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev Estud Femin**, v. 19, n. 2, p. 549–559, maio 2011.

BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev Estud Femin**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Rev Bras de Ciên Política**, n. 6, p. 71–98, jul. 2011.

BONIN, R. Moro nomeia transexuais e indicados de ONG ligada a Damares na Justiça. **VEJA**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/moro-nomeia-transexuais-e-indicados-de-ong-ligada-a-damares-na-justica>.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. [Brasília]: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>

BRASIL. **Ministério da Educação**. O que muda no novo ensino médio. [Brasília]: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio>.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Tradução: Aída Ferrás et al. Coordenação e revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. São Paulo: EDUC / Pontes, 1992.

BRIOLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Rev Bras de Ciên Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011.

BROOKS, B. EUA: Juiz bloqueia diretrizes do governo Biden sobre atletas transgêneros. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-juiz-bloqueia-diretrizes-do-governo-biden-sobre-atletas-transgeneros/>.

BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 151-172.

CARDOSO, M.; EDUARDO, P.; MELLO, D. de; FALCÃO, T. H. **Vamos Juntos Profe! Ciências humanas e sociais aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CARRIERI, A. de P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **Rev de Adm Contemp**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, p. 78-95, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac>. Acesso em 05/07/2022.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G.. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 175-191, 2018.

CAVALCANTE, A. S.; SOUSA, N. A. A construção histórico-social do sujeito travesti. **Revista Em Perspectiva**, v. 6, n. 1, 2020, p. 292-321. Acesso em: <http://periodicos.ufc.br/emperspectiva/article/view/41890>

CESAR, C. L. G.; LAURENTI, R.; BUCHALA, C. M.; FIGUEIREDO, G. M.; CARVALHO, W. O.; CARATIN, C. V. S. Uso da classificação internacional de doenças em inquéritos de saúde. **Rev Bras Epidemiol**, v. 4, n. 2, 2001. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v4n2/07.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2001000200007>

COSTA, J. B.; VENTURA, A. Afroempreendedorismo Feminino: Os Sentidos da Expressão “Mulher Negra” Numa Revista Feminina. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, 2021.

CROCHIK, J. L. Preconceito e Inclusão. **Rev do Inst Cult Judai Marc Chagall**, v. 3, n. 1, jan/jun. 2011.

CROCHIK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 25 jun. 2023.

CRUZ, G. B.; VENTURA, A.; MAFRA, L. F. Sentidos de Incongruência de Gênero na CID-11. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 17, p. e1727, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-27. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/69202>. Acesso em: 16 ago. 2023.

D'AMORIM, M. A. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas psicol**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 121-134, dez. 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 11 nov. 2022.

DIÁZ O. R. T. A atualidade do livro didático como recurso curricular. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 609-624, set./dez. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v17n34/v17n34a10.pdf>

DUNKER, C. I. L.; KYRILLOS NETO, F. A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. **Ver Latam de Psico Fund.**, v. 14, n. 4, p. 611–626, dez. 2011.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENTENDA o que são Projetos Integradores no PNLD 2021. PNLD MODERNA. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/entenda-o-que-sao-projetos-integradores-no-pnld-2021/#:~:text=Os%20Projetos%20Integradores%20s%C3%A3o%20livros,nova%20proposta%20de%20ensino%20de%20aprendizagem>.

FREITAS, E. O. DE; MARTINS, I. **Concepções de saúde no livro didático de ciências**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 10, n. 2, p. 235-256, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/WrGgPX9rvsJL54wNZGQqS7w/?format=pdf&lang=pt>.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. A classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (cid-11): características, inovações e desafios para implementação. **ASKLEPION: Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 104-118, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/article/view/7/19>. Acesso em: 08 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.21728/asklepion.2021v1n1.p104-118>

GRADE, C.; GROSS, C. B.; UBESSI, L. D. **Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa psicologia, saúde & doenças**. 2019.

GRYZINSKI, V. É justo esta pessoa competir na Olimpíada contra mulheres biológicas? **VEJA**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/e-justo-esta-pessoa-competir-na-olimpiada-contra-mulheres-biologicas>.

GRYZINSKI, V. Tudo errado: clínica na Inglaterra forçava mudança de gênero precoce. **VEJA**, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/tudo-errado-clinica-na-inglaterra-forcava-mudanca-de-genero-precoce>.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos de arquivo. *In.*: GUILHAUMOU *et al.* **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradução: Carolina Fedatto & Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 115-140.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discurso e Arquivo, Experimentações em Análise de Discurso**. Campinas: Unicamp, 2016.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In.: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 163-183.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002b.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes. 2002

GUIMARÃES, E. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. **Líng e Instrum Líng**, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116-134, 2023. DOI: 10.20396/lil.v26i51.8671816. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GUIMARÃES, E. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cad de Est Ling**, v. 51, n. 1, 2011.

GUIMARÃES, E. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cad de Est Ling**, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, E. ANDORINHA, ANDORINHA. **Revista ECOS**, v. 9, n. 2, p. 197-207. 2016b.

GUIMARÃES, E. Argumentação e argumentatividade. **Rev do Prog de Pós-Grad em Let da Uni de Passo Fundo**, v. 9, n. 2, p. 271-283, jul./dez. 2013.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In.: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, E. Enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cad Estud Ling**, Campinas, p. 49-68, jan./jun. 2009

GUIMARÃES, E. Enunciação, língua e memória. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 27-33, 1996a.

GUIMARÃES, E. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Lab Corp: UFSM**, p. 49-68, jan./mar. 2014.

GUIMARÃES, E. Língua e enunciação. **Cad Est Ling**, Campinas, p. 99-103, jan./jun. 1996b.

GUIMARÃES, E. O sentido de “história” em dois estruturalistas brasileiros. **Rev Líng e Inst Ling**, UNICAMP: Editora RG, Edição 25, p. 9-24, 2011b.

GUIMARÃES, E. Quando o eu se diz ele: análise enunciativa de um texto de publicidade. **Rev. da Anpoll**, v. 1, n. 29, p. 15-39, 2010.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica, enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, E. Textualidade e enunciação. **Lab de Est Urb**, Escritos 2, 1999.

GUIMARÃES, E. Um contra argumento delocutivo: fala sério. **Rev Líng & Ling.**, v. 9, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HENKEL, A. P. Martina Navratilova e uma raquetada no politicamente insano. **VEJA**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/martina-navratilova-e-uma-raquetada-no-politicamente-insano>.

HERCKOVITZ, H. G. Características dos portais brasileiros de notícias. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 102-126, 2009. DOI: 10.25200/BJR.v5n1.2009.197. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/197>. Acesso em: 21 jul. 2023.

HERNANDES, R; BARRETO, R. G. **Da Escola Para o Mundo**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2020.

HOLANDA, R. Dia da Visibilidade Trans: conheça 'dicionário secreto' criado durante ditadura militar para proteger comunidade. **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/28/dia-da-visibilidade-trans-conheca-dicionario-secreto-criado-durante-ditadura-militar-para-proteger-comunidade.ghtml>

HOMEM é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: 2012.

KATZ, J. J. **O Escopo da Semântica**. Fundamentos Metodológicos da Linguística. Org. Marcelo Dascal. Campinas, 1982.

KOGUT, E. C. **Crossdressing Masculino**: Uma Visão Psicanalítica da Sexualidade Crossdresser. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAGUNA, M. Adversárias Temem a Força de Tiffany e 'mercado trans' no volei. **VEJA**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/adversarias-temem-forca-de-tiffany-e-mercado-de-trans-no-volei>.

LAURENTI, R. Análise da informação em saúde: 1893-1993, cem anos da Classificação Internacional de Doenças. **Rev Saúde Púb São Paulo**, p. 407-417, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/L4Z7xNFDDyWzjq5VYsF9B5v/?lang=pt#>. Acesso em: 08 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000600001>

LEAL, R. R.; VENTURA, A. Os Sentidos de Pessoa com Deficiência em Matéria Publicada Pelo Jornal A Folha de São Paulo. In: ATAÍDE, C. A.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino**: descrições e aplicações. 2018. p. 1163- 1172.

LEWIS, H. **The Politics of Everybody**: Feminism, Queer Theory, and Marxism at the Intersection. London-UK, Zed Books, 2016.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud de Psicol** (Natal), v. 9, n. 3, p. 401-411, set. 2004.

LONGHI, R. SOUZA, M. de C. de. A dinâmica da notícia na internet: organizações jornalísticas e atores da rede. **Contemporanea - comunicação e cultura**, v.10, n. 3, p. 511-529, set./dez. 2012. | ISSN: 18099386. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6343>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MARANHÃO FILHO, E. M. de A. “Gênero é pedofilia, zoofilia e necrofilia”: A destruição da família e as ideologias de gênero e gênesis nos discursos de Magno Malta. **Estudos de Religião**, v. 35, n. 3, p. 85-114, 2021.

MELO FILHO, C. de.; FACURY, R. **Tramas da linguagem**: Caminhos para a prática docente. 1ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2021.

MULHER trans é presa em cela masculina e tem a cabeça raspada no PR. **Queer.ig**, 2022. Disponível em: <https://Queer.ig.com.br/2022-04-14/mulher-trans-e-presa-em-cela-masculina-e-tem-a-cabeca-raspada.html>

NAHON, R. L. *et al.* Esportes e Desempenho na População Transgênero: Uma Revisão Sistemática e Metanálise. **Rev Bras Med Esporte**, v. 27, n. 6, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/CDkTksYcMPcKYTHGfcJLX4K/?lang=pt&format=pdf>.

NAHON, R. L. *et al.* Sports and performance in the transgender population: a systematic review and meta-analysis. **Rev Bras de Med do Esporte**, v. 27, n. 6, p. 637-645, nov. 2021.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. ISBN 978-65-87113-36-4.

OLIVEIRA, S. E. de. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Lín e inst linguíst**, Campinas: CNPQ - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG 34, p. 41-54, 2014.

OLIVEIRA, A. P. de; ENGERROFF, A. M. B. Cidadania e ensino de sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados no PNLD 2015. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 2, p. 235-271, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/viewFile/235746/28586>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-11. Application Programming Interface (API)**. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://icd.who.int/icdapi/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Saúde**: Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito. 1965.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Saúde**: Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito. 1975.

OWOSEJE, T. Eddie Redmayne se arrepende de interpretar mulher trans em “A Garota Dinamarquesa”. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/eddie-redmayne-se-arrepende-de-interpretar-mulher-trans-em-a-garota-dinamarquesa/#:~:text=Em%20sua%20entrevista%20ao%20%E2%80%9CSunday,o%20astro%20de%2039%20anos> . Acesso em: 13/06/2023

PAGLIARINI BAGAGLI, B. Uma crítica à compreensão parafílica da sexualidade de mulheres transexuais. Albuquerque: **Revista de história**, v. 13, n. 26, p. 17-32, 28 dez. 2021.

PRECIADO, P. Meu corpo não existe. **Sub specie alteritatis**. Disponível em: <https://subspeciealteritatis.wordpress.com/2020/02/05/meu-corpo-nao-existe-paul-b-preciado/> . Acesso em: 2 fev. 2024.

RAIMUNDO Luís, H. *et al.* As Travestis, Transexuais e Transgêneros (TTTs) e a escola: Entre a (re)produção e a denúncia dos corpos abjetos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021.

RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)**, p. 15-21, 2014. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017.

RICARDO, M. J.; LORENCINI-JÚNIOR, A. (2009). **AL Escola**: espaço de construção da sexualidade e aperfeiçoamento da cidadania. Programa de desenvolvimento educacional–PDE Governo do Estado do Paraná. UEL/PR. Londrina, 1876-8. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1876-8.pdf>.

RIGOLON, M.; CARLOS, D.; OLIVEIRA, M.; WANDERLEI, A.; SALIM, N. R. “A saúde não discute corpos trans”: História Oral de transexuais e travestis. **Rev Bras de Enferm**, edição suplementar 6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/x58YbB45vmkKFqh8zyhCCLC/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ROCHA, L. Técnica permite readequação vocal para pessoas trans; entenda o procedimento. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/tecnica-permite-readequacao-vocal-para-pessoas-trans-entenda-o->

procedimento/#:~:text=A%20tireoplastia%20%C3%A9%20um%20procedimento,diferentes%20tipos%20de%20dist%C3%BArbios%20vocais.

RODRIGUES, G.; CRUZ, P. **Trama das Linguagens**: Caminhos para a prática docente. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2021.

RODRIGUES, P. R. A.; ANDRADE, K. dos S. (org.). **Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense**. São Carlos, 2023.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, J. W. **Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, R. G. L. B. *et al.* Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Rev Ter Ocup Univ**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-72, set./dez. 2015.

SILVA, S. G. da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, set. 2010.

SILVA, M. N. A. da. **Direito, Bioética e Transexualidade**: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans. P. 223 Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2015.

SILVA, M. V. da. **Masculino, O Gênero do Jornalismo**: Um Estudo Sobre os Modos de Produção das Notícias. P. 249. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010b.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2015.

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. de C. **Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros**. 2018.

SOUZA, C. N. A. de. **Processo de elaboração da notícia no Ciberjornalismo**: estudo de caso do portal d24am. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

SOUZA, D. S. de. **O vigilante vendado**: sentidos conflitantes de aluno no Brasil do escola sem partido. P. 162. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

SOUZA, D. S. de; VENTURA, A. Paráfrase: um mecanismo de análise da semântica do acontecimento. **Revista ECOS**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/4163>. Acesso em: 15 maio. 2023.

TEIXEIRA, B. C. M. *et al.* Família: Sentidos e Memoráveis em um Livro Didático. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 10, p. 1-13, 2021.

TILIO, R. D.; HAINES, L. F. Vivência Intersexos: Identidade, Autopercepção, Designação Sexual e Seus Desdobramentos. **Psicol: Ciên e Profissão**, v. 41, p. e228578, 2021.

VENTURA, A. **O sentido da palavra poesia nas ciências da linguagem**. P. 123. Tese (Doutorado em Linguística) - Unicamp. Campinas, SP, 2012.

VENTURA, A. O Sentido: uma questão ética. *In: Linguagem e Significação: práticas sociais*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. 2 v.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30027. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Pós Verdade: Léxico, enunciação e política. *In: Linguagem e Significação: práticas sociais*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. 2 v.